

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

**“NEM VIDELA, NEM FIGUEIREDO!”: A BATALHA DA PRAÇA ARGENTINA E A
RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRGS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO SNI**

Porto Alegre

2017

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

“NEM VIDELA, NEM FIGUEIREDO!”: A BATALHA DA PRAÇA ARGENTINA E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRGS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO SNI

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2017

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

“NEM VIDELA, NEM FIGUEIREDO!”: A BATALHA DA PRAÇA ARGENTINA E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRGS ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO SNI

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História

Aprovada em: 18 de janeiro de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (orientador)

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli

Doutoranda Patrícia da Costa Machado

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Leticia Wickert

"Nem Videla, nem Figueiredo!": a Batalha da Praça Argentina e a resistência estudantil na UFRGS através dos documentos do SNI / Leticia Wickert Fernandes. -- 2017.

101 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. documentos repressivos. 2. movimento estudantil. 3. Ditaduras de Segurança Nacional. 4. visita de Videla ao Brasil. 5. Batalha da Praça Argentina. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Àquele que era, é, e sempre será.

Aos meus pais, Josué e Roberta, que estiveram sempre comigo, me dando todo apoio durante toda minha trajetória. Obrigada pelo incentivo a ir mais longe, pela paciência com minhas crises de ansiedade, pela preocupação com minha saúde, pela base sólida em que me estruturaram. O tempo, amor e paciência que dedicaram a mim são coisas que jamais conseguirei recompensar. Esse trabalho também vos pertence, assim como cada alegria e conquista que eu alcançar, sempre vos serão dedicadas. Amo vocês.

Ao historiador e discipulador Dionísio Hatzenberger, que em um dos momentos mais difíceis e de crise que tive, mostrou-me a luz de esperança que eu não via no fim do túnel; ela permanece brilhando e jamais se apagará. Obrigada por teres te colocado na brecha por mim. Mudou tudo!

Ao Gustavo Antonio, companheiro que demonstrou todo carinho e cuidado comigo nesses longos meses de tensão e desafio de escrita do TCC. Obrigada pelo tempo e atenção que tens dedicado ao meu lado, pela paciência e compreensão em relação às minhas ausências, pelo incentivo e pela dose de energia e tranquilidade quando as coisas pareciam travar. És parte importante nesse processo de conclusão de curso e na minha vida.

Aos companheiros de curso, especialmente minha amiga Natália Mano, com quem ao longo dos quatro anos dividi livros, textos, trabalhos, artigos, preocupações, noites viradas, atrasos na Biblioteca, almoços no RU, térmicas de café, ausências nas aulas, viagens de ônibus e trem. Foi um prazer ter conhecido e dividido essa etapa da vida com todos vocês.

Aos meus amigos e amigas em Novo Hamburgo, que são parte da minha família, especialmente Ricieli, Sérgio, Samuel, Victória, Izabella, e todos cujos nomes nem cabem em uma única página, mas sabem quem são. Obrigada pelo apoio, paciência, incentivo, torcida e orações que dedicaram a mim, a amizade de vocês é um presente sem preço.

À Patrícia da Costa Machado e ao professor César Guazzelli, que aceitaram o convite para compor a banca de avaliação deste trabalho, meu sincero agradecimento por todos apontamentos, críticas e sugestões. Foi uma grande alegria a participação de vocês nesta etapa da minha formação.

A Henrique Finco, que atenciosamente dispôs seu tempo para responder uma estudante de História desconhecida. Não sabes a alegria que foi ler seu relato de estudante dos anos 70 e 80 em Porto Alegre. És parte importante deste trabalho, e acredite, sua atuação como militante é de relevância histórica muito maior do que imaginas.

Ao historiador mais sensivelmente humano, ético, acessível e humilde que conheci, Enrique Padrós, este trabalho não existiria sem você. Meu coração se enche de orgulho por teres sido meu orientador, não só neste Trabalho de Conclusão de Curso, mas ao longo de toda graduação. O que tu ensinas vai além das paredes da academia, e não há dúvidas de que teu exemplo de luta e resistência foram essenciais na minha trajetória acadêmica e militância.

Dedico este trabalho a todos que lutaram e lutam pela democracia, por uma sociedade mais justa, sem opressão de classe, gênero ou raça. Aos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos das ditaduras no Cone Sul. E aos que seguem na luta por memória, verdade e justiça.

RESUMO

O presente texto tem por objetivo analisar os acontecimentos que circundaram a visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, em agosto de 1980, buscando examinar a resistência do movimento estudantil e atuação dos órgãos de inteligência no episódio que ficou conhecido, em Porto Alegre, como “a batalha da Praça Argentina”. Visto Videla representar o chefe de um Estado internacionalmente reconhecido por sua política ditatorial de violação de direitos humanos, sua visita ao Brasil foi interpretada por diversos grupos de políticos e de militantes de movimentos sociais como uma ameaça ao processo de redemocratização pelo qual passava a política brasileira, então encabeçada no Executivo pelo ditador general João Baptista Figueiredo. Em um episódio singular de resistência do movimento estudantil, Porto Alegre tornou-se palco de oposição às ditaduras de Segurança Nacional da América Latina, bem como de solidariedade democrática para com os demais países que também haviam sofrido golpes de Estado. Analisando documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), procurou-se examinar a atuação dos órgãos de inteligência no meio estudantil gaúcho sob a Doutrina de Segurança Nacional, evidenciando o papel da luta dos estudantes da UFRGS contra as ditaduras do Cone Sul e em defesa do retorno das liberdades democráticas.

Palavras-chave: Documentos repressivos; movimento estudantil; Ditaduras de Segurança Nacional; visita de Videla ao Brasil; Batalha da Praça Argentina.

ABSTRACT

This text aims to analyze the events that surrounded the visit of the Argentine dictator Jorge Rafael Videla to Brazil, in August 1980, examining the resistance of the student movement and the operation of the intelligence agencies in the episode that became known as the “Argentine Square Battle” in Porto Alegre. Seeing that Videla represented the president of a State internationally recognized for its dictatorial policy of human rights violations, his visit to Brazil was interpreted by several groups of politicians and social movement activists as a threat to the process of Brazilian redemocratization, headed by the government of the dictator general João Baptista Figueiredo. In a singular episode of resistance of the student movement, Porto Alegre became the stage of opposition to the National Security Dictatorships of Latin America, as well as of democratic solidarity with the other countries that also were afflicted by coups d’etat. Analyzing documents produced by the National Information Service (SNI), it was sought to examine the operation of the intelligence agencies among the students under the National Security Doctrine, highlighting the role of the UFRGS students’ struggle against the Southern Cone dictatorships and in defense of the return of democratic freedoms.

Keywords: repressive documents; student movement; National Security Dictatorships; Videla’s visit to Brazil; Argentine Square Battle.

LISTA DE SIGLAS

AC – Agência Central (SNI)

ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

AI – Ato Institucional

AL/RS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

AMCEU – Associação de Moradores da Casa do Estudante Universário

APA – Agência de Porto Alegre (SNI)

APUSM – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Maria

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BM – Brigada Militar

CADHU – Comissão Argentina dos Direitos Humanos

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CBSPLA – Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CEDOC/UCS – Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul

CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária

CEU – Casa dos Estudantes Universitários

CEUE – Centro dos Estantes de Engenharia da UFRGS

CLAMOR – Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEE – Diretório Estadual dos Estudantes

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOSP – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EMC – Educação Moral e Cívica

ENE – Encontro Nacional dos Estudantes

EPB – Estudos dos Problemas Brasileiros

ESG – Escola Superior de Guerra

EsNI – Escola Nacional de Informações
FRACAB – Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros
IPM – Inquérito Policial Militar
LIBELU – Liberdade e Luta
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC-USAID – Ministério da Educação-United States Agency for International Development
MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MUC – Movimento Universidade Crítica
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
OSPB - Organização Social e Política Brasileira
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC – Partido Operário Comunista
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PP – Partido Popular
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RU – Restaurante Universitário
SisNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

ZH – Zero Hora

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – A UFRGS, a ditadura e a vigilância	24
1.1 – A retomada das lutas estudantis no final dos anos 70	31
1.2 – Os olhos e ouvidos da ditadura: a infiltração de agentes secretos no movimento estudantil da UFRGS.....	36
Capítulo 2 – Dois ditadores em um único país	39
2.1 – Oposição política ativa: SNI alerta	45
2.2 – Videla nas capitais	50
Capítulo 3 – “Nem Videla, nem Figueiredo!”	58
3.1 – Restaurante Universitário: trincheira de lutas	63
3.2 – Praça das <i>Locas de Mayo</i>	69
3.3 – Balanço da visita	74
Considerações finais	83
Anexos	85
Acervos pesquisados	96
Fontes apresentadas	96
Bibliografia	98

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar os acontecimentos que circundaram a visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil em agosto de 1980, buscando examinar a resistência do movimento estudantil e atuação dos órgãos de inteligência no episódio que ficou conhecido, em Porto Alegre, como “a batalha da Praça Argentina”. Videla, líder da Junta Militar que derrubou Isabel Perón da presidência e instaurou um golpe de Estado em 24 de março de 1976, visitava o país em 1980 com o objetivo de firmar acordos político-econômicos com o governo brasileiro, que tinha o ditador João Figueiredo encabeçando o Executivo. Em um contexto de lenta reabertura da política brasileira, a firmação de acordos com a Argentina, que já contabilizava cerca de 30 mil mortos e desaparecidos políticos, causou intensa agitação na política e sociedade brasileira, e acendeu a resistência e a luta pela democracia. Em um episódio singular de resistência e repúdio à visita de Videla, o movimento estudantil em Porto Alegre teve protagonismo na oposição às ditaduras de Segurança Nacional da América Latina, num contexto de solidariedade democrática internacional e homenagem à luta pelos direitos humanos. Através da análise de documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), procurou-se examinar a atuação dos órgãos de inteligência no meio estudantil gaúcho sob a Doutrina de Segurança Nacional, evidenciando o papel da luta dos estudantes da UFRGS contra as ditaduras do Cone Sul e em defesa do retorno das liberdades democráticas.

Nesse sentido, é necessário lembrar que em 1964, parte da sociedade brasileira cai nas mãos de uma feroz ditadura de Segurança Nacional. O golpe, encabeçado por forças conservadoras de natureza civil (principalmente empresarial) e militar, com apoio de capital financeiro estadunidense, derrubou João Goulart da Presidência da República e instalou uma ditadura de mais de 20 anos que propiciou a “perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente”.¹ Sua rápida institucionalização através da aprovação de decretos-lei, emendas constitucionais e Atos Institucionais, forneceu aos golpistas e à sua rede de apoio e influência a legitimação para impor seus interesses político-econômico-ideológicos, mergulhando o país em uma dinâmica de transnacionalização da economia, arrocho salarial, disciplinamento da força de trabalho e

¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 26.

condenando parte de sua população a sofrer os efeitos de uma cultura do medo (demarcada pelo silêncio e desesperança social).²

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), sob a qual se baseou a ditadura civil-militar brasileira, consistia num projeto intelectual produzido a partir dos Estados Unidos e adaptado, apropriado e reapropriado pelos estrategistas militares e civis dos diversos países da América Latina. As premissas dessa doutrina serviram para justificar os golpes de Estado das décadas de 1960 a 1980. A DSN vinculava uma política de vigilância e suspeição sob uma lógica de existência de um “inimigo interno” e de “fronteiras ideológicas”, que promovia o combate a um suposto “perigo vermelho” de ideologia comunista ou de esquerda, no contexto da Guerra Fria.³ Esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” produziu no seio da população sensações de insegurança, desconfiança e divisão, o que permitiu aos setores golpistas justificar violentas campanhas repressivas, fundamentadas numa racionalidade de opressão classista.⁴

Sob a lógica de “inimigo interno”, a ditadura brasileira empenhou-se em desenvolver dois tipos de estruturas defensivas para a consolidação de seus interesses. A primeira tratou de criar um aparato repressivo capaz de impor sua vontade e coagir a população, utilizando-se do monopólio da violência, supressão da liberdade de expressão, perseguição política e, chegando ao extremo do processo, produzindo sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes. Em segundo lugar, criou, também, uma formidável rede de informações a fim de detectar focos subversivos e prover os recursos intelectuais necessários para aniquilar política, social e até fisicamente a oposição. Isso implicou a centralização do poder político nas mãos do executivo federal e a coordenação das forças repressivas e de informação.⁵ Neste sentido, tornava-se indispensável para a defesa e planejamento da segurança nacional um eficiente mecanismo de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores da sociedade a fim de estabelecer um sistema de vigilância e controle da oposição política do Estado de Segurança Nacional. De acordo com o *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra (ESG)⁶,

² ALVES, op. cit. p. 169.

³ COMBLIN, Joseph. A doutrina. In: _____. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁴ ALVES, op. cit. p. 26-27.

⁵ Ibid. p. 41.

⁶ “A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos para treinar ‘pessoas de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional’. Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um ‘método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico’. [...] Pelo alto nível de seu ensino, a ESG tornou-se conhecida como a ‘Sorbonne’ do *establishment* militar”. In: Ibid, p. 24.

O papel das Informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna.⁷

Idealizado – já antes do golpe de 1964 – pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado nos primeiros meses da ditadura, através da Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, durante o governo do ditador Castello Branco. Tendo iniciado com um quadro de agentes composto por “meia dúzia de gatos-pingados”⁸, o Serviço dispôs de um curso de informações na Escola Nacional de Informações (EsNI), a partir de 1971, para a formação de analistas e agentes secretos qualificados; em 1982, possuía um efetivo de mais de 6 mil quadros, formando aquilo que se denominou de “comunidade de informações”.⁹ Portanto, o SNI era a peça central do Sistema Nacional de Informações (SisNI), integrado ainda pelos sistemas setoriais de informações dos ministérios civis e militares e pelo sistema de informações estratégicas militares; todo esse complexo formava a comunidade de informações.¹⁰ O SisNI contava com cerca de 16 órgãos especializados em serviços secretos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual, numa complexa malha entrecruzada na qual o SNI era responsável pela coordenação em seu mais alto nível, centralizando a troca de informações. Tinha, portanto, a função de coleta, avaliação e integração das informações em proveito das decisões do Presidente da República, ou seja, diretamente vinculado ao Executivo. Era sua incumbência superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, assessorando o Executivo, em proveito do Conselho de Segurança Nacional¹¹, nas decisões de interesse do regime.¹² O SNI, ainda, era organizado em agências regionais, espalhadas pelo país, e uma Agência Central, com sede em Brasília.

Assim, como as demais ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, a ditadura civil-militar brasileira atuou de duas formas simultâneas: “através da atividade burocrática, seguindo cadeias de hierarquia e mando, e dividindo responsabilidades entre as diferentes

⁷ Manual Básico da ESG, p. 438, apud. ALVES, p. 72.

⁸ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 159.

⁹ Ibid, p. 160.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni/>> Acesso em: 27 set. 2017.

¹¹ Órgão criado pelo artigo 162 da Constituição de 1937 a fim de estudar todas as questões relativas à segurança nacional; era presidido pelo Presidente da República e integrado pelos ministros de Estado, além dos chefes dos estados-maiores do Exército e da Armada. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-seguranca-nacional-csn>> Acesso em: 27 set. 2017.

¹² LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 19.

instituições (Forças Armadas, órgãos de informação, polícia, etc.) e através de ações clandestinas”.¹³ Neste sentido, seria factível imaginar que dessas ações não houvessem registros, dado seu caráter clandestino e ilegal. Contudo, por ser uma ditadura de organização burocrático-militar, a prática destas instituições policiais, militares e de inteligência implicava a produção de registros, informes, organização de prontuários e arquivos, ou seja, de documentos repressivos.¹⁴ A ditadura brasileira se destacou pela produção e organização de arquivos e acervos documentais alimentados pelos órgãos de inteligência e repressão da ditadura civil-militar brasileira.

Nesta pesquisa, faremos uso da documentação produzida pelo SNI, especificamente os documentos pertencentes à Agência de Porto Alegre (APA), que constituem o “Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS”, que se encontram sob responsabilidade de guarda e disponibilização ao público no Memorial Jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). O material, oriundo do Arquivo Nacional, foi reunido pelo projeto Resgate da História, e consiste num mapeamento e coleta de documentos digitalizados nos arquivos do Sudeste e de Brasília. O acervo integra ao todo 17.635 arquivos produzido pelo Serviço. É o segundo maior acervo do órgão, ficando atrás do corpo documental referente a São Paulo (com 20.185 documentos) e superando o do Rio de Janeiro (com 17.333). A disponibilização dos arquivos teve início a partir de setembro de 2016, e desde então ainda não foi publicado trabalho científico utilizando este fundo como fonte histórica.¹⁵

Em termos metodológicos, o pesquisador que trabalha com o Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS depara-se com um grave e cansativo problema de acesso: os arquivos não se encontram catalogados nem classificados por tipologias ou séries, além de não haver nenhum meio de busca ou recurso para direcionamento ou refinamento da pesquisa por meio de palavras-chave ou temas mais pontuais. Todos os documentos encontram-se dispostos em três grandes pastas digitais, sem demais classificações, não havendo também nenhum recurso de suporte ou instrução ao pesquisador que inicia sua busca por estas pastas.

É possível termos uma noção da classificação em ordem cronológica por ano através do título de cada documento (exemplo: “APA_ACE_00001_71”, que teoricamente remeteria a um documento produzido no ano de 1971, neste caso hipotético), o que nem sempre condiz

¹³ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 175.

¹⁴ JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: _____; CATELA, Ludmila da Silva (comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 3.

¹⁵ Cf. <<http://www.ihu.unisinos.br/559479-arquivos-da-ditadura-ao-alcance-do-publico-na-unsinos>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

com as informações do próprio documento. A pesquisa, portanto, se dá por meio de abrir o arquivo digital, um a um, individualmente, e ler título e informações objetivamente em busca de palavras ou temas do interesse da pesquisa. Em um acervo com mais de 17 mil documentos, pode-se inferir o esforço físico e mental do pesquisador para trabalhar com este fundo.

A partir dessa documentação, escolhi desenvolver uma temática pouco trabalhada pela historiografia nacional e regional, a fim de trazer luz a questões ainda não respondidas pela história e que têm ficado no campo da memória individual e coletiva de parcela da população: a) os acontecimentos que circundaram a visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil em 1980; b) a resistência à mesma por parte do movimento estudantil universitário de Porto Alegre; c) as atividades dos órgãos de inteligência e do aparato repressivo da ditadura envolvidos no episódio. Pretende-se elucidar, através desta documentação, de que forma os principais órgãos de repressão e vigilância da ditadura civil-militar atuaram em relação ao movimento estudantil e às ebulições políticas, dentro da lógica da DSN, frente ao episódio da visita diplomática de Videla. Apesar da indicação cronológica imprecisa contida nos títulos dos documentos do Fundo Digital do SNI, foi possível mapear denso material confidencial e secreto pertencente à APA que pode elucidar e abrir questões que permitem aprofundar a compreensão da conjuntura político-social-militar do Brasil nos últimos anos de Estado de Segurança Nacional e no processo de redemocratização.

A partir do governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), que teve como insígnia o projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”, os movimentos sociais – como os ligados aos operários do ABC paulista, os da Igreja católica, as associações de bairro e moradores, etc – ressurgem com força diante da expectativa de retomada das liberdades democráticas suprimidas com o golpe de Estado. O movimento estudantil, que desde o início da ditadura fora alvo de brutal coerção repressiva e legislativa, como a Lei Suplicy¹⁶, os Decretos-lei 228/67¹⁷, 477/69¹⁸, o AI-5¹⁹ e a Regulamentação de Publicações Estudantis²⁰, a

¹⁶ Determinava a extinção das entidades estudantis existentes e a criação de outras sob o controle do Estado. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve seu funcionamento proibido e os centros acadêmicos nas universidades foram substituídos por diretórios acadêmicos subordinados às direções das faculdades como forma de controle sobre as atividades dos estudantes.

¹⁷ Estabelecia eleições indiretas para os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e dissolvia os órgãos de representação estudantil que desobedecessem a proibição de participação política.

¹⁸ Também conhecido como “AI-5 das universidades”, processava pela Lei de Segurança Nacional (LSN) os estudantes, professores ou funcionários universitários que estivessem envolvidos com atividades políticas “subversivas”, expulsando-os das instituições e restringindo novo acesso por 5 anos.

¹⁹ Ato Institucional nº 5, foi a expressão máxima do endurecimento da ditadura, conferindo total poder ao Executivo em face ao fechamento do Congresso Nacional, proibindo qualquer reunião de caráter político,

partir da segunda metade dos anos de 1970 vê a esperança de possibilidade de rearticulação de forças e retomada das lutas até então sufocadas.

Em consequência do arrocho salarial e grave crise produzidos pelo esgotamento do dito “milagre econômico”, a ditadura entra em uma fase de desgaste, que vinha se confirmando desde meados da década de 1970. A partir de então, diversos outros movimentos sociais ganham destaque em suas lutas, como por exemplo as organizações sindicais, as associações de bairro, os movimentos de base da Igreja, etc. “Percebe-se que o final da década de 1970 via não apenas o início da derrocada do regime militar, mas o surgimento de um contexto extremamente propício para o afloramento dos grupos contrários à ditadura”.²¹

A partir de 1977, os movimentos sociais retomam o espaço público que lhes fora retirado pela imposição da ação repressiva da ditadura. Em 23 de agosto, os estudantes reocupam as ruas em Porto Alegre e em diversas capitais brasileiras no Dia Nacional de Lutas. Considerado um ano de marco no processo de redemocratização do país e de grande investida do aparato policial repressivo contra as massas manifestantes, 1977 é o momento que se verifica a constituição do movimento estudantil como um movimento de vanguarda na retomada das lutas democráticas no país, centro do cenário da ainda vigilante ditadura de Segurança Nacional.²²

Em 1979, a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto, representou um grande passo rumo à redemocratização da política brasileira. Passada a efervescência do momento, com a alegria pela libertação de presos políticos e a volta de muitos exilados, verificar-se-ia que a proposta de anistia aprovada pelo Parlamento, como fora denunciado por diversos setores políticos e da sociedade civil, seria a consagração da impunidade e do esquecimento dos crimes contra os direitos humanos cometidos pela ditadura civil-militar brasileira. Neste sentido, segundo Fico (2012),

A Lei da Anistia, [...] aprovada em agosto de 1979, compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente Geisel, Golbery e Petrônio Portela) e fazia parte da lógica segundo a qual era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos. [...] A lei de 1979, que beneficiou opositores, mas também foi uma autoanistia, tornou-se a

estabelecendo a censura prévia e suspendendo o *habeas corpus*. Na prática, o AI-5 constituiu uma redução drástica dos direitos civis.

²⁰ Encaminhada em 1973, considerava como atividade ilegal toda e qualquer publicação produzida pelos diretórios acadêmicos sem autorização da direção da faculdade.

²¹ SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 18.

²² BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão**: movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 97.

principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade.²³

Diversas outras mudanças seguiram-se no período. A impopularidade do Estado de Segurança Nacional se acentuou. A inflação acarretada pelo dito “milagre econômico” e a dívida externa brasileira chegaram a níveis altíssimos e refletiam no bolso da população, cada vez mais crítica com a situação política. As manifestações de rua e o ativismo dos movimentos sociais que haviam participado da “Campanha da Anistia”, deslocava-se, cada vez com maior intensidade, a outras lutas por demandas que diziam respeito a outros temas sensíveis da realidade política, econômica e social. Como resultado dessas pressões, o governo se viu intimidado a realizar certas concessões: o pluripartidarismo (democracia formal) fora instituído de volta e a liberdade de imprensa era novamente permitida; mas isso ainda não era suficiente. Havia perguntas que continuavam sem resposta. Os anos de chumbo passaram e deixaram um rastro de sangue, mortes, desaparecimentos, silenciamentos e medo. É em meio a esta conjuntura, no início da década de 1980, de frustrações e emergência de movimentos sociais lutando por liberdades democráticas, pelo fim da ditadura e em defesa dos direitos humanos, violados pelo Estado, que nosso tema se desenvolve.

As primeiras informações sobre a viagem oficial do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, que seria realizada entre os dias 19 e 23 de agosto de 1980 foram noticiadas pela mídia. A visita, de caráter diplomático e econômico, previa sua passagem por quatro capitais brasileiras: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Entretanto, “a chegada de um presidente militar argentino, mundialmente execrado pela opinião pública devido às atrocidades cometidas contra seus opositores, transmitia uma ideia de retrocesso político e provocou reações controversas no seio da sociedade brasileira”.²⁴ Com previsão de encerramento da viagem do ditador argentino na capital gaúcha, foi agendado um almoço com autoridades políticas locais e empresários. No espírito desse encontro, pretendia-se encerrar a visita de Videla com a instalação de uma placa de bronze comemorativa à sua vinda ao Brasil, na reinauguração da recentemente reformada Praça Argentina, localizada na Avenida João Pessoa, no centro de Porto Alegre.

Quando foi anunciada a intenção da cerimônia de reinauguração da praça com a presença dos ditadores da Argentina e do Brasil, praça essa que fora, nos anos anteriores, um

²³ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017. p. 51.

²⁴ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. O ditador Videla em Porto Alegre: um episódio de resistência e solidariedade democrática em tempos de ditaduras. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 56, jul./dez. p. 27. 2014. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/download/307/209>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

espaço de diversas mobilizações de resistência à repressão da ditadura civil-militar, os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) prometeram reagir em repúdio. Os conflitos decorrentes desse fato foram noticiados através da imprensa local e nacional, e movimentaram o aparato repressivo e a comunidade de informações que se empenharam na tarefa de vigiar, controlar e reprimir a ação estudantil nesse episódio, que ficou conhecido como “a batalha da Praça Argentina”.

A produção historiográfica sobre esse evento é muito restrita. Em relação à produção de trabalhos acadêmicos ou de depoimentos sobre a visita de Videla a Porto Alegre, devem ser mencionados um capítulo no livro dos jornalistas Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens (2008), *Abaixo a repressão: movimento estudantil e as liberdades democráticas*,²⁵ que entretanto não se baseia em revisão bibliográfica ou documental, o que, de certa forma, limita o texto produzido, sem, contudo, interferir na compreensão do conteúdo. Jorge Christian Fernández (2011), em sua tese de doutorado intitulada *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*,²⁶ redige um capítulo da mesma para descrever a visita de Videla utilizando como fonte essencial a cobertura do jornal *Zero Hora*, tratando mais a respeito dos argentinos exilados no Brasil. Consta também publicado por ele um artigo em 2014 derivado deste capítulo de sua tese.²⁷ Enrique Serra Padrós também publicou no VIII *Seminario Internacional de Políticas de la Memoria*, na Argentina, um artigo a respeito da Praça Argentina como espaço e marco de resistência à ditadura e solidariedade às *Madres da Praça de Maio*.²⁸

Em relação às fontes básicas para esta pesquisa, se conformam, fundamentalmente, dois conjuntos documentais. O secundário e complementar consiste nas chamadas fontes de imprensa, em jornal impresso. Estas são amplamente utilizadas como fonte histórica para recuperar os eventos decorrentes da visita de Videla ao Brasil. Para tanto, escolhi alguns dos principais jornais locais e nacionais de grande circulação, entre eles *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Veja*, *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*. O uso da grande imprensa para a escrita da história, entretanto, exige uma atenção especial por parte do pesquisador. De acordo com Rafael Lapuente (2016), é necessário um cuidado metodológico na utilização deste tipo de material como fonte, principalmente no que tange ao jogo de

²⁵ BORTOT; GUIMARAENS. Op. cit.

²⁶ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. 2011. 617 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁷ FERNÁNDEZ, 2014. op. cit. p. 26 a 48.

²⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Homenaje a Videla en Porto Alegre: La Plaza Argentina como marco territorial de la memoria y del olvido. Argentina: *VIII Seminario de Políticas de la Memoria*, out. 2015.

interesses, ora conflitante, ora divergente, na produção de informação dos periódicos, que buscam cativar seu público-leitor. Há uma série de pressões nos bastidores das reportagens, seja na defesa de um posicionamento político, poder econômico, causa social ou público alvo, não sendo o jornal, portanto, uma fonte neutra ou isenta de ideologia.²⁹ Assim, a fonte de imprensa jamais pode ser vista como um dado a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade.³⁰ A pesquisa histórica, portanto, fica prejudicada se houver exclusivamente o uso de jornais, sendo imprescindível a pesquisa bibliográfica e a leitura de textos teóricos para situar o objeto de estudo num quadro maior de compreensão e para que se permita cotejar o grau de veracidade, plausibilidade ou a intencionalidade do texto jornalístico.³¹

A principal fonte desta pesquisa é o conjunto de documentos que podemos denominar como fonte repressiva (ou seja, corpos documentais produzidos pelo próprio regime de exceção). A utilização de fontes repressivas produzidas pelos órgãos de inteligência do Estado de Segurança Nacional traz um novo foco de luz sobre o objeto de estudo proposto. No Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS, foi possível localizar um denso e rico leque de informes, comunicados e pareceres acerca da vigilância e suspeição sobre os estudantes da UFRGS que integravam o movimento estudantil e participaram das manifestações de repúdio à presença do ditador argentino na capital gaúcha em 1980. Segundo Elizabeth Jelin, acervos produzidos por regimes de exceção se caracterizam por arquivos de caráter policial ou de inteligência, especialmente no que tange a produção de informes, prontuários e antecedentes.³² A análise da documentação produzida por organismos relacionados ao Estado repressor implica em uma série de cuidados metodológicos para evitar as armadilhas geradas durante a sua própria elaboração. Muitas das informações desses acervos podem ser resultado do efeito da tortura física ou psicológica, indução a delações e colaboracionismo, ações de chantagem, informações improcedentes, ações de desmoralização, etc. Por outro lado, também são um produto de uma racionalidade burocrática que se pretende eficiente, ágil e de resultados concretos. O argumento dos dados ali apontados com a bibliografia existente, com a imprensa da época, com as pesquisas mais recentes e com o uso instrumental da ciência histórica são vitais para preservar a cautela com o conteúdo desses fundos documentais e

²⁹ LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. Fortaleza: *Revista de História Bilros*, v. 4, n. 6, jan.-jun. 2016. p. 18.

³⁰ ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: LEAL, Elizabete, et. al. O uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica. Porto Alegre: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, 1995. p. 21.

³¹ *Ibid.* p. 25.

³² JELIN, op. cit. p. 5.

extrair o que é de relevância concreta e sobretudo, do funcionamento e da utilização que o sistema e seus agentes faziam dos mesmos.

Cumpra aqui ressaltar a imprescindibilidade de uma análise em perspectiva global e lógica da história, enfatizando os acontecimentos e o processo histórico a partir da História do Tempo Presente.³³ Assim sendo, a batalha da Praça Argentina, o movimento estudantil da UFRGS e a participação dos órgãos de inteligência sob a Doutrina de Segurança Nacional no evento, objetos de estudo nesta pesquisa, não são fechados numa lógica interna, analisados isoladamente ou desarticuladas do macroprocesso histórico. Encontram-se, pois, inseridos numa conjuntura de crescente oposição dos movimentos sociais, acirramento das lutas democráticas no projeto de reabertura política “lenta, gradual e segura”, e no contexto de uma ditadura de Segurança Nacional com seu aparato burocrático-repressivo forte e ativo.

A variedade de materiais existentes que podem tornar-se fontes de estudo para a História do Tempo Presente é uma das principais características desta perspectiva analítica e, portanto, “proporciona, através do cruzamento das mesmas e da análise resultante, exercícios de complementação, aferição, comparação e interdição das informações coletadas”.³⁴ Ao utilizá-las, há que ter cautela por parte do pesquisador e o domínio de metodologia científica para o uso de cada tipo de fonte, observando suas especificidades, limitações e alcances.

No que se refere à distribuição de conteúdos, optou-se por dividir este trabalho em três capítulos. Nesse sentido, o primeiro capítulo tratará sobre a relação do movimento estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira; buscando introduzir o leitor no recorte do final da década de 1970 e início de 1980, será apresentado um breve histórico das lutas do movimento estudantil ao longo da ditadura, bem como os mecanismos utilizados pela repressão para estabelecer redes de vigilância e controle sobre os grupos tidos como “ameaça” ao Estado. O segundo capítulo será utilizado para abordar a expectativa da chegada do ditador Videla ao Brasil e os desdobramentos das manifestações contrárias e favoráveis à sua presença nas capitais brasileiras, traçando uma análise de suas implicações na conjuntura de abertura política e redemocratização. Por fim, o terceiro capítulo será dedicado para analisar os acontecimentos

³³ Nesta perspectiva analítica, há uma simultaneidade temporal de existência entre o historiador e o seu objeto de estudo, ou seja, sujeito e objeto encontram-se mergulhados em uma mesma temporalidade. Por se tratar de algo “inconcluso”, possui uma diversidade de fontes que permite ao pesquisador realizar cruzamentos e verificações para elaborar suas conclusões. A existência dos arquivos vivos, ou seja, de testemunhas e protagonistas dos acontecimentos estudados, constitui outra particularidade do Tempo Presente, num estreitamento entre história e memória. In: PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: < www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/708/599>. Acesso em: 20 jul. 2017.

³⁴ PADRÓS, 2009, op. cit, p. 43.

que culminaram na ocupação do Restaurante Universitário da UFRGS pelos estudantes em 1980, a tomada e troca de nome da Praça Argentina e o balanço das lutas do movimento estudantil gaúcho em repúdio à visita de Videla ao Brasil.

A partir destas considerações, procedimentos teórico-metodológicos e fontes disponíveis, pretende-se trabalhar os episódios e mobilizações em torno da visita de Videla a Porto Alegre sob uma perspectiva de História do Tempo Presente, tornando compreensível a dinâmica da sociedade brasileira que, inserida num processo histórico macro, achava-se na efervescência política de movimentos sociais reivindicatórios de direitos democráticos negados pela ditadura civil-militar. Fazendo um cruzamento de fontes de imprensa e documentação repressiva, se apresenta necessário um cuidado metodológico no tratamento de cada fonte, observando suas especificidades, limitações e alcances, a fim de compreender os eventos envolvendo o movimento estudantil universitário da UFRGS na dimensão do processo histórico referido.

1 A UFRGS, A DITADURA E A VIGILÂNCIA

No dia 23 de agosto de 1979 era lançado em Porto Alegre o livro “Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS”, também conhecido como “o Livro Negro da UFRGS”.³⁵ Elaborado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), assinado anonimamente³⁶ e editado pela L&PM, documentava e denunciava o processo de expurgos do corpo docente da Universidade em 1964 e 1969, executados através do Ato Institucional Nº 1, que colocou em funcionamento a chamada “Operação Limpeza”, baseada nos princípios da DSN. Assinado pelo então General Arthur da Costa e Silva logo após o golpe de Estado, o AI-1 autorizava a cassação de mandatos, demissão sumária e suspensão de direitos políticos por dez anos de todos os considerados opositores ao novo governo. Buscando a eliminação, imobilização e controle de toda e qualquer tentativa de “subversão” nas universidades, muitos professores, funcionários e estudantes percebidos como comunistas, subversivos, agitadores e/ou inimigos internos da nação, foram desligados das instituições.

Menos de uma semana após o lançamento oficial do livro, um informe de caráter confidencial produzido pela Agência de Porto Alegre (APA) do SNI foi difundido pela Agência Central (AC).³⁷ Anexo ao informe, um exemplar completo do livro foi fotocopiado, juntamente com nove páginas contendo artigos dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* que tratavam sobre o lançamento do livro e debatiam as ondas de expurgos de 1964 e 1969 na Universidade. O documento traçava um panorama objetivo e direto sobre as informações que poderiam ser úteis ao Estado de Segurança Nacional, no que se referia ao controle de uma possível ameaça à estabilidade e legitimidade do governo que as revelações contidas no “Livro Negro da UFRGS” representavam. O informe também detalhava o lançamento do livro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AL/RS), indicando o comparecimento de cerca de 300 pessoas, em sua maioria professores e estudantes

³⁵ Nome não oficial, usado também pelos órgãos de informações, em alusão ao “Livro Negro da USP: o controle ideológico na Universidade”, publicado pela Associação dos Docentes da USP (ADUSP), em 1978, denunciando o processo de expurgos e cassação dos docentes durante a ditadura. A ideia de elaborar um “livro negro” da UFRGS surgiu no I Encontro Nacional dos Docentes Universitários, realizado em São Paulo em fevereiro de 1979, conforme Informe nº 122/119/APA/79, ARS_ ACE_625_79, fl. 02. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

³⁶ É importante ressaltar que na primeira edição do livro, lançado em 1979 sua autoria foi mantida anônima, por medidas de segurança tomadas contra possíveis represálias da polícia política aos autores do trabalho. Lançado novamente em 2008, o livro pôde finalmente dar os devidos créditos aos seus autores, sendo eles: Lígia Averbuck, Maria Assunta Campilongo, Lorena Holzmann, Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda, José Vicente Tavares dos Santos e Aron Taitelbaum.

³⁷ Informe nº 122/119/APA/79, ARS_ ACE_625_79. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

universitários. Duas pessoas foram identificadas no evento: Cláudio Augustin, ativista do movimento estudantil gaúcho, e José Carlos Dias de Oliveira, presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre. Outros nove nomes foram citados como destaques na condução dos trabalhos de apresentação do livro, entre eles sócios da ADUFRGS, professores universitários da UFRGS e USP e até um ex-coronel do Exército, cassado.³⁸

Durante todo o período de vigência do Estado de Segurança Nacional, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi palco de significativos episódios de repressão e resistência que ilustram expressivamente a relação que se estabeleceu entre Estado e oposição, entre a ditadura civil-militar e o ensino superior público. A institucionalização do golpe, através de decretos-lei, atos institucionais, emendas constitucionais e outros recursos burocráticos, exerceram o papel fundamental de legitimação do novo estado ditatorial e contenção dos grupos que ofereciam oposição ou potencial oposição ao regime. De caráter retroativo, inquisitorial e punitivo, a ditadura instalou nas universidades Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS), aliando agentes militares e civis nas ações de repressão aos “inimigos internos” do sistema dentro de órgãos públicos e instituições de ensino.³⁹

No caso da UFRGS, Por meio da portaria nº 885, do reitor José Carlos Fonseca Milano, foi instalada uma CEIS em maio de 1964. Formada por dezesseis membros indicados pelas faculdades, presidida pelo professor Nagipe Buaes juntamente com a assessoria militar do general Jorge César Garrastazu Teixeira, tornou-se o principal instrumento de controle e punição institucionalizada na UFRGS, investigando os suspeitos de serem “subversivos” e “comunistas” da universidade, fossem eles professores, alunos ou funcionários administrativos. Só a Comissão, que funcionou oficialmente de maio a agosto de 1964, foi responsável pelo afastamento de dezoito docentes de forma autoritária e seletiva. As atas das reuniões da CEIS encontram-se atualmente no acervo do Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS), pertencentes ao falecido professor Laudelino Teixeira de Medeiros⁴⁰, que dá nome à coleção de documentos e integrou a Comissão.⁴¹

³⁸ “José Fraga Fachel, presidente da ADUFRGS; José Luiz Marques, presidente do DCE/UFRGS; Luiz Tadeu Viapiana, vice-presidente do CBA/RS; Héliqio Henrique Casses Trindade, professor da UFRGS; Luiz Carlos Pinheiro Machado, representando os professores cassados da UFRGS; Pedro Arbues Martins Alvarez, ex-coronel do Exército, cassado; Manoel André da Rocha, vice-presidente da ADUFRGS; Mário Schenber, professor cassado da USP e Maria Luiza Jaeger, representando a Associação dos Sociólogos do Brasil”. In: Informe nº 122/119/APA/79, ARS_ACE_625_79, fl. 01 a 02. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 49.

⁴⁰ Representante da Faculdade de Filosofia na CEIS da UFRGS, Laudelino Medeiros era referência da sociologia no Estado, e um dos principais integrantes da Comissão. Foi amigo dos sociólogos Gilberto Freyre e Raymond Aron. Compôs a banca examinadora no doutorado de Fernando Henrique Cardoso. Morreu em 1999. No ano seguinte, a família vendeu por R\$ 75 mil seu arquivo e uma coleção de 17 mil volumes, para a Universidade de

O posicionamento do professor Laudelino Medeiros e sua manifestação de repúdio ao livro da ADUFRGS foi registrado no informe do SNI, o qual cita seu artigo publicado na coluna “A pedido” do jornal *Correio do Povo* no dia 29 de agosto de 1979. Segundo o documento, Medeiros encerra seu manifesto dizendo que:

[...] desejam os seus autores é criar uma falsa imagem pública daqueles que com eles não concordam e, com este clima, mais facilmente vir a exercer o terrorismo intelectual, assim como seus correligionários fizeram sempre e em todo lugar; como eles mesmos fizeram antes de 1964, em pleno regime constitucional [...] estão agindo como grupo político de pressão e revolucionário. Esses pretensos paladinos da liberdade só toleram ideias que com as deles concordem. [...] E a arma que, no momento, estão usando é a calúnia e a difamação.⁴²

O informe também destaca que Medeiros, que integrou a CEIS da UFRGS, é citado pelo livro “Universidade e repressão”, livro este que também enfatiza a responsabilidade do general Jorge Cesar Garrastazu Teixeira nos expurgos aplicados aos docentes. Ainda, segundo o mesmo informe, o “Livro Negro da UFRGS” foi redigido tendenciosamente, procurando “acusar e deslegitimar o Regime implantado pela Revolução de 31 de março de 1964, além de criticar as autoridades militares por exigir do Ministério da Educação e Cultura a constituição da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), a qual é responsabilizada pela cassação dos professores da UFRGS”.⁴³ A ênfase dada no informe sobre os professores cassados da Universidade, em um momento no qual a liberdade de imprensa havia sido retomada, pode exprimir o temor do Estado de Segurança Nacional em ver tais violências e histórias sendo expostas e contadas num momento de reabertura político-democrática e aparente esgotamento da ditadura. Tendo passado por duas grandes ondas de expurgos,⁴⁴ a UFRGS totalizou 41 docentes atingidos⁴⁵ e um ainda incontável número de matrículas discentes bloqueadas ou não renovadas, por perseguição político-ideológica.

Caxias do Sul. Em meio aos livros e à papelada que documenta a trajetória de Laudelino, estavam as atas da CEIS. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1701201012.htm>> Acesso em: dez. 2017.

⁴¹ Cf. CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

⁴² Informe nº 122/119/APA/80, ARS_ ACE_625_79, fl. 04. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

⁴³ *Ibid.* fl. 03.

⁴⁴ Cf. MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁴⁵ Em 1964 foram atingidos os seguintes professores: Demétrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Enilda Ribeiro, Nelson Souza, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Ápio Cláudio de Lima Antunes, Ernani Maria Fiori, Hugolino Andrade Uflacker, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Cláudio Francisco Accurso, Cibilib da Rocha Viana, Armando Temperani Pereira, Antônio Ajadil de Lemos, Luiz Fernando Corona, Antônio Santos Flores, Brasil Rodrigues Barbosa e Carlos Jorge Appel. Em 1969, os seguintes professores: Angelo Ricci, Antonio do Carmo, Ari Mazzini Canarin, Bruno Puntel, Carlos de Britto Velho, Carlos Maximiliano Fayet, Carlos Roberto Velho Cirne Lima, Dionísio de Oliveira Toledo, Emilio Mabilde Ripoll, Ernesto Paganelli, Ernildo Jacob Stein, Gabriel Azambuja de Britto Velho, Gerd Alberto Bornheim, Joaquim José Barcelos Felizardo, João Carlos Brum Torres, José Pio de Lima Antunes, Leônidas Xausa, Manoel

O histórico de repressão e resistência na relação entre Estado e Universidade durante o período da ditadura não se restringiu a atos de cassações políticas e afastamentos sumários. Infelizmente os episódios de perseguição envolvendo a cooperação de funcionários e professores da própria universidade não se limitaram apenas no desenvolvimento dos trabalhos da CEIS. Um dos fatos mais dramáticos e nebulosos refere-se à história de Ary Abreu Lima da Rosa, a qual nos revela um lado da colaboração entre polícia política e Universidade do qual a instituição reluta em reconhecer sua responsabilidade.

Estudante de Engenharia na UFRGS, Ary foi preso junto com Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC) durante um ato estudantil onde panfletavam um manifesto conclamando os estudantes a participarem da eleição do DCE-Livre em apoio ao Movimento Universidade Crítica (MUC), em frente à Faculdade de Farmácia da UFRGS. Era janeiro de 1969, durante o processo seletivo de vestibular da Universidade, e os panfletos distribuídos criticavam a política educacional do Governo Federal e a escassez de vagas, conclamando os vestibulandos a se unirem aos estudantes e lutarem contra o “inimigo comum”.⁴⁶ A diretora da Faculdade de Farmácia, Belchis Maria Smith Santana, diante da manifestação e panfletagem, chama o DOPS⁴⁷ que detém Ary e Paulo; ambos acabaram condenados a seis meses de prisão em 1969 pela Lei de Segurança Nacional e liberados pouco tempo depois.⁴⁸

Em setembro, Ary Abreu foi internado no Sanatório São José em Porto Alegre, por opção de seu pai, influente político da ARENA e crítico à participação do filho no movimento estudantil; lá permaneceu até 1º de setembro de 1970. De acordo com o parecer médico assinado pelo psiquiatra José A. Godoy Gavioli,

o paciente teria apresentado reação esquizofreniforme, com ideias de conteúdo paranoide. Sentia-se desadaptado no ambiente sociofamiliar com ideias de referência e de que não era benquisto pelos que o cercavam. Em junho de 1968, [...] passou a apresentar ideias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo comunismo. Deixou crescer barba e cabelo como um “protesto ao mundo capitalista”. [...] Tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatia esquizoparanoide, pôr em prática aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defendeu, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente.⁴⁹

Alves de Oliveira, Maria da Glória Bordini, Maria Luisa de Carvalho Armando, Reasylyvia Kroeff de Souza, Roberto Buys e Victor de Brito Velho. In: MANSAN, op. cit. p. 151 e 275.

⁴⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume 3 – Mortos e Desaparecidos. Brasília: CNV, 2014. p. 486.

⁴⁷ O Relatório da Comissão Nacional da Verdade omite a autoria da denúncia feita pela diretora da Faculdade ao DOPS, relatando apenas o dia e circunstância da prisão de Ary.

⁴⁸ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2ª ed. rev, ampl, atual. 2009.

⁴⁹ BRASIL, op. cit. p. 487.

Transferido no dia seguinte para o Hospital da Aeronáutica na Base Aérea de Canoas, veio a falecer dois meses depois, aos 21 anos de idade. A versão oficial conta que Ary, considerado “doente mental”, suicidou-se cortando as veias do próprio braço, mas a causa de sua morte apresentada pelo IPM contém diversas fragilidades. Associando sua “doença mental” ao seu posicionamento político e militância estudantil, bem como a não especificação de que instrumento supostamente foi usado por Ary para ferir-se (e ausência de justificativa de como ele portava tal objeto, sendo que cumpria pena diagnosticado como doente mental) deixa um vácuo na apuração das reais circunstâncias de sua morte.⁵⁰

Uma missa foi organizada pelos acadêmicos da UFRGS na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, em homenagem a Ary. Na ocasião, uma nota foi elaborada pelos estudantes denunciando a morte do colega por tortura nas dependências da Base Aérea de Canoas, a qual resultou, com base no Decreto 477, na expulsão por três anos da universidade do estudante Renato Dagnino e outros que haviam assinado a nota. “Não houve nenhum pronunciamento sobre a morte de Ary por parte da Reitoria da UFRGS, do Diretor da Faculdade de Engenharia ou de outra autoridade pública. Para os representantes do DCE-UFRGS, isso teria representado uma tentativa ‘de abafar qualquer tentativa ou mesmo esboço de revolta [...] contra a causa de sua morte’”.⁵¹

No longo período de duração da ditadura de Segurança Nacional no Brasil, diversos atos de resistência foram registrados no âmbito universitário. O dia do Golpe, por exemplo, não foi absorvido de forma apática e passiva pelo movimento estudantil. Segundo Marcos Cerutti (2010), consta nas atas da CEIS o relato do ex-reitor Elyseu Paglioli, quem registrou que, na manhã do dia 1º de abril de 1964, um grande número de estudantes da UFRGS ocupou a Rádio da Universidade e, interferindo na programação, leram manifestos de oposição ao reitor, chamando-o de “reacionário” e outros termos, ao mesmo tempo em que outro grupo tentava invadir a Reitoria. A rebelião provocou a intervenção do III Exército, acionado por Paglioli.⁵² Outro episódio de teor parecido ocorreu no dia 18 de setembro de 1964 quando, inconformados com os expurgos de seus professores, estudantes de diversas faculdades recusaram-se a assistir suas aulas e manifestaram-se nos arredores da Assembleia Legislativa. O clima era de nervosismo e mal estar, não apenas pela confirmação oficial do

⁵⁰ BRASIL, op. cit. p. 488.

⁵¹ Idem.

⁵² UFRGS/CEIS. Ata da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 15/06/1964, p. 5, UCS/CEDOC/LTM. In: CERUTTI, op. cit. p. 85 e 86.

retalhamento político promovido pelo AI-1 aos professores, mas pelo “renascimento de certas manifestações estudantis”.⁵³

Os tempos que se seguiram testemunharam os esforços da coalizão civil-militar dominante na estruturação e consolidação do Estado de Segurança Nacional sob os preceitos estabelecidos pela Doutrina. A sede da União Nacional dos Estudantes, por exemplo, foi invadida e incendiada por tropas golpistas no mesmo 1º de abril – o que demonstra que era um dos principais alvos do projeto golpista – sendo oficialmente extinta e desmantelada pelo novo regime. Entretanto, “a extinção da UNE e a promulgação de legislação destinada a controlar os estudantes determinou [...] o ressurgimento da oposição dentro do movimento estudantil, apesar da repressão”.⁵⁴ A reforma universitária promovida pelos acordos MEC-USAID,⁵⁵ juntamente com a onda repressiva aplicada nos expurgos docentes, as restrições impostas à autonomia universitária e sua organização⁵⁶ e a morte do secundarista Edson Luís por agentes do Estado no Rio de Janeiro, em 1968, catalisaram e alimentaram a indignação do movimento estudantil, que se manteve constante em atitude de resistência e mobilização, mesmo considerando as dificuldades de cada conjuntura, até atingir o ápice em 1968, quando rapidamente constituiu uma onda crescente de rebelião. Nesses anos, aliados ao movimento estudantil, a crescente e efervescente oposição do movimento dos trabalhadores, de grupos da Igreja e da Frente Ampla⁵⁷ tornou a crise de legitimidade insustentável para a ditadura, que passou a utilizar-se do seu último recurso para conter a oposição radicalizada: a retomada da violência física, defendida pelos grupos da denominada “linha-dura” militar. Efetivamente, o agitado ano de 1968, que teve no seu epicentro o protagonismo estudantil e foi concluído com

⁵³ CORREIO DO POVO, 19 de setembro de 1964, p. 14.

⁵⁴ ALVES, op. cit. p. 68.

⁵⁵ Acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), assinados em 1966, que objetivavam uma completa reforma do ensino universitário brasileiro, aproximando-o dos moldes adotados nas universidades estadunidenses, visando sua privatização. Entre outros objetivos, procurava: padronizar o ensino ao reduzir a carga horária de disciplinas da área de Ciências Humanas; fragmentar a estrutura de ensino através da imposição de matrículas por disciplina; desmantelar as redes de relações entre colegas acabando com o enturmamento, estratégia para dissolver os agrupamentos e dificultar os contatos políticos. Além disso, impôs o ensino curricular de valores do sistema, através da obrigatoriedade de disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudo dos Problemas Brasileiros. Em síntese, os acordos visavam, portanto, uma educação acrítica, fragmentada, tecnicista, autoritária e colonizada (“estadunizada”).

⁵⁶ Além da extinção da UNE, órgão máximo de representação discente no Brasil, através do Decreto 228 de 1967, estabeleceu-se a eleição indireta de representantes estudantis nos Diretórios Centrais de Estudantes, possibilitando também a suspensão ou dissolução dos órgãos de representação que desobedecessem a proibição da participação política.

⁵⁷ “Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela ‘restauração do regime democrático’ no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao> Acesso em: dez. 2017.

a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968; a atmosfera de repressão e perseguição política no Brasil foi exponencialmente recrudescida. Segundo Maria Helena Moreira Alves, “a consequência mais grave do Ato-Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional”⁵⁸. O período que se abriu a partir da nova normativa veio a caracterizar-se por uma dinâmica mais acentuada de violência, perseguições, prisões, torturas e medo; essa realidade passou a ser também denominado de “anos de chumbo”. A luta armada, organizada por alguns setores da oposição que julgavam não haver outra maneira de enfrentar o Estado de Segurança Nacional, acabou fortalecendo os argumentos dos setores ligados à defesa da segurança interna, implantando um formidável aparato repressivo e institucionalizando a estratégia de controle pelo terror.⁵⁹

A ditadura civil-militar, conseqüentemente, passou então para uma nova fase de intensificação e institucionalização de sua ofensiva repressiva resultando na prática do terrorismo de Estado. A tortura foi institucionalizada como método massivo de interrogatório e controle político⁶⁰ e seu uso generalizado criou na sociedade brasileira uma “cultura de medo”, valendo-se do terror como prática aplicada sistematicamente pelo Estado na forma de dominação política.⁶¹ Segundo Alves (1984), esta cultura do medo, que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política desenvolveu três componentes psicológicos bases para sua dominação.⁶² O primeiro foi o silêncio, a censura dos veículos de informação e supressão da liberdade de expressão; o segundo foi o sentimento de isolamento dos grupos que sofreram diretamente a repressão e/ou exploração econômica; e por fim, a desesperança, prevalecendo o retraimento da atividade de oposição. “Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da ‘cultura do medo’ que permitiu ao Estado impor-se com poderes quase ilimitados”.⁶³ A imposição do AI-5 e a aplicação dos seus dispositivos repressivos sem limites legais e com total impunidade impuseram aos movimentos sociais e demais sujeitos de oposição política a necessidade de recuos constantes como forma de sobrevivência. O exílio e a clandestinidade foram as raras opções para escapar das prisões, da tortura e das execuções sumárias promovidas pelo regime. Esse foi o clima de

⁵⁸ ALVES, op. cit. p. 135.

⁵⁹ Ibid, p. 136 e 137.

⁶⁰ Ibid, p. 168.

⁶¹ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁶² ALVES, op. cit. p. 169.

⁶³ Ibid, p. 169 e 170.

terror que afetou diretamente os círculos concêntricos do ativismo social e político do combativo movimento estudantil, até meados dos anos setenta.

1.1 A RETOMADA DAS LUTAS ESTUDANTIS NO FINAL DOS ANOS 70

O período do Governo Geisel (1974-1979) se caracterizou pela fundamental discrepância entre o discurso que apregoava uma política oficial de abertura política e a realidade prática da repressão política forte e ativa.⁶⁴ Ao mesmo tempo em que a política de distensão dava maior espaço para a atuação de grupos da oposição, as pressões exercidas por estes intensificaram os temores e ações do aparato repressivo em operações de busca e detenção, mesmo após a eliminação do “perigo” de movimentos internos de luta armada, seja urbana ou rural. Cabe registrar que até o fim da administração Médici, ou seja, dos estritos “anos de chumbo”, as principais organizações armadas urbanas haviam sido desmanteladas. A destruição dos remanescentes dessas organizações, bem como a ofensiva final contra o desafio rural do Araguaia ocorreria na gestão de Geisel. Por outro lado, a crise produzida pelo esgotamento do “milagre econômico” gerava crescente desemprego e inflação, justificando assim as primeiras manifestações populares contra a carestia. Temas como a evidente violação de direitos humanos pelo Estado começavam a ser debatidos intensivamente, sobretudo após a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975. Dentro desse cenário, atores da Igreja Católica, através da atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Arquidiocese de São Paulo, com Dom Paulo Evaristo Arns, tornavam-se órgãos de solidariedade e defesa dos direitos humanos junto às famílias de mortos e desaparecidos políticos, oferecendo também ajuda social aos grupos necessitados e agindo na política formal. Simultaneamente, o surgimento do movimento pela anistia aliado à OAB iniciava uma atuação constante; enquanto isso, as primeiras greves operárias por melhores condições de trabalho nas fábricas automotivas do ABC paulista começavam a ganhar destaque nos noticiários nacionais. No plano internacional, a ascensão da administração Carter na presidência dos EUA e a aplicação da defesa dos direitos humanos na política externa da superpotência – mesmo fazendo as ressalvas necessárias – desgostou a imagem externa das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e estimulou os setores internos de oposição. Portanto, a conjuntura do final dos anos 70 era marcada pela retomada de importante ativismo de denúncia e oposição ao regime.

⁶⁴ ALVES, op. cit. p. 200.

Para o movimento estudantil, o ano de 1977 se tornaria um ano de significativas mudanças na configuração de lutas pelas liberdades democráticas. Em 1976 surgem os primeiros DCE-Livres do Brasil pós-AI-5, na USP e na Bahia, e ocorrem os primeiros Encontros Nacionais dos Estudantes. O expressivo número de votos conquistados pelo MDB nas eleições de 1974 e 1976, mesmo sendo minoria no Congresso, criava uma crescente perda de legitimidade da ARENA, como partido governista no plano político nacional. O governo Federal lançou então, em 13 de abril de 1977, as Emendas Constitucionais N° 7 e 8, que ficaram conhecidas como o Pacote de Abril,⁶⁵ na tentativa de frear o avanço da oposição e garantir a manutenção do Estado de exceção. Entretanto, nas universidades, a inconformidade e resistência contra as arbitrariedades até então impostas ganhavam mais força.

O primeiro semestre de 1977 iniciou com um amplo processo de mobilizações políticas com alto grau de explosividade e espontaneidade. Em todos os estados do Brasil surgiram manifestações, greves e passeatas que envolviam milhares de estudantes. Estas manifestações, de conteúdo econômico (maior número de vagas, mais verbas para a educação, melhoria dos RUs, etc), e político (pelo fim das prisões, torturas, assassinatos, pela anistia ampla geral e irrestrita, pelo fim do regime militar, etc.), por não expressarem um acúmulo de forças anteriores, pegou a vanguarda do movimento estudantil despreparada. A ausência de um órgão nacional que sustentasse e dirigisse o ascenso das lutas levou o ME [movimento estudantil] ao refluxo.⁶⁶

Três grandes mobilizações de retomada das lutas no movimento estudantil (após tantos anos de repressão estatal) tiveram notável expressão naquele ano, em meio a frequentes (quase semanais) manifestações de rua promovidas pelos estudantes. A primeira delas foi a tentativa de realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em Minas Gerais, em junho; da mesma forma, houve muita mobilização para a organização do Dia Nacional de Lutas em todo Brasil, especialmente em Porto Alegre, em agosto; e finalmente, a concretização do 3º ENE na PUC/SP, em setembro. Em meio ao caos, centenas de estudantes foram presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional e expulsos de suas universidades. O Encontro, em Belo Horizonte, havia sido marcado para o início de junho de 1977, na Faculdade de Medicina da UFMG, reunindo delegações estudantis de todo o país, com o intuito de reorganizar a maior unidade representativa discente, extinta pela ditadura nos

⁶⁵ Entre as medidas: suspensão das eleições diretas para governador estadual; aumento para seis anos do mandato de presidente; retirada de julgamento de policiais militares nos tribunais civis (passando a ser julgados no Tribunal Militar); criação do Conselho de Magistratura, para controlar a ação dos juízes, a fim de conter a oposição da OAB contra o Estado; novo balanceamento do número de deputados estaduais na Câmara para fins de representatividade; criação do “senador biônico”, indicado pelo governo; restrição do uso político da televisão e rádio nas eleições estaduais e federais, a fim de negar à oposição a chance de debater e criticar as ações do Governo, entre outras. In: ALVES, op. cit. p. 194 e 195.

⁶⁶ VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 174.

primeiros momentos do golpe: a UNE. Já na viagem para o encontro, a repressão atuava fortemente. Segundo David Fialkow Sobrinho, um dos treze delegados da UFRGS ao ENE, que relatou como escapou da prisão das delegações, ser estudante já bastava para ficar sob a mira da suspeição de subversão:

A polícia entrou no ônibus e olhou um por um. E começou a pegar estudantes atrás de nós, dois bancos para trás, lá no banco dos fundos, porque a gente fez baldeação em São Paulo, em ônibus de linha. Não me prenderam porque eu estava vestido com calça de tergal, camisa de gola, bem diferente do traje típico estudantil. Nada de tênis, nada de calça brim. Então, sou um dos únicos, um dos poucos que escaparam. Daí, eu me lembro que, quando arrancou o ônibus, vi vários caras sendo levados. Tu via o cara, estudante assim, com as mochilas.⁶⁷

Cerca de 400 estudantes compareceram ao encontro em Minas Gerais, mas muitos outros foram impedidos de estar presentes. Barreiras policiais bloqueavam as rodovias de acesso à capital mineira, revistando ônibus, carros e conduções, realizando interrogatórios e lotando as celas das delegacias. A Faculdade de Medicina foi sitiada pela tropa de choque, impossibilitando tanto a entrada quanto a saída dos estudantes. As informações que chegavam aos estudantes que já estavam no local preocupava ainda mais as lideranças. Comícios relâmpagos realizados em diferentes pontos da cidade eram violentamente reprimidos pela polícia que utilizava cães sobre os manifestantes. As opções de resistência começaram a se reduzir. Na manhã do dia seguinte, soldados do Exército invadiram o campus da UFMG empunhando fuzis e metralhadoras; após horas sob a mira das armas, os estudantes foram detidos e conduzidos para interrogatório nas delegacias de polícia, lotando as celas. Posteriormente foram liberados. O encontro de Minas Gerais foi violentamente reprimido e não pôde ser efetivamente realizado, mas os estudantes não desistiram do seu objetivo.⁶⁸

Em setembro do mesmo ano, ocorre uma nova tentativa de efetuar o 3º ENE e de retomada das discussões para a reorganização da UNE. A escolha recaiu sobre o campus da PUC/SP. Na UFRGS, a preparação para o novo encontro, em São Paulo, contou com a promoção de uma série de atividades políticas e culturais a fim de manter a mobilização dos estudantes em vigília, inclusive com a exibição de filmes.⁶⁹ Entretanto, o aparato repressivo estava disposto a evitar o encontro a todo custo. Nos dias que antecederam o evento, o Secretário de Segurança de São Paulo, Erasmo Dias, garantiu que era questão de honra impedir a realização do ENE. Dilermano Gomes Monteiro, comandante do II Exército declarou à imprensa: “não se trata absolutamente de nenhum endurecimento do regime, tendo em vista que o Governo está interessado no diálogo e na abertura democrática, mas, sim, de

⁶⁷ BORTOT; GUIMARAENS, op. cit. p. 104.

⁶⁸ Ibid, p. 108 e 109

⁶⁹ Ibid, p. 151.

responder a uma atitude de um grupo de agitadores que pretende desafiar as autoridades com provocações cada vez em escala maior”.⁷⁰

No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram assembleia secreta na Universidade Católica de São Paulo para eleger a comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. Terminada a assembleia, decidiram realizar à noite uma grande comemoração aberta no auditório da universidade. Naquela noite, sob o comando do Coronel Erasmo Dias, a Polícia Militar invadiu a Universidade Católica, causando às instalações estragos estimados na época em mais de 10.000 cruzeiros, e deteve três mil estudantes, professores e empregados no estacionamento, lançando bombas de gás lacrimogêneo e espancando-os. Cinco universitárias ficaram gravemente queimadas por bombas químicas que se acredita terem sido de napalm. quarenta e um estudantes viriam a ser processados em nome da Lei de Segurança Nacional por desobediência coletiva.⁷¹

O 3º ENE foi realizado, portanto, sob forte violência policial. Dezenas de estudantes foram expulsos de suas universidades em consequência de sua participação nas manifestações e enquadramento na LSN. A UNE viria a ser reorganizada de fato somente em 1979, no Congresso de Reconstrução em Salvador, nos dias 29 e 30 de março. Entretanto, as lutas e percalços enfrentados que envolveram o processo até culminar na sua reorganização são fundamentais para a compreensão do macro processo histórico de retomada das lutas estudantis do período.

O terceiro episódio que ficou marcado na memória dos envolvidos foi o Dia Nacional de Lutas, em 23 de agosto de 1977, uma manifestação que foi histórica para o movimento estudantil gaúcho. Organizada pelas lideranças estudantis do DCE da UFRGS e PUC, juntamente com secundaristas e outros grupos de diversas vertentes políticas de esquerda, foi realizada de uma manifestação em repúdio aos acontecimentos de violação da autonomia universitária na UnB. Neste caso, o reitor, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo, ligado ao general Hugo Abreu, chefe do gabinete militar da Presidência, suspendeu 16 estudantes que haviam participado de uma homenagem a Edson Luís, o secundarista morto pela polícia carioca em 1968. Os alunos da UnB tentaram negociar as medidas tomadas pelo reitor; não havendo diálogo, optaram pela greve no final de maio. A seguir, a PM e os fuzileiros navais invadiram o campus e interromperam a greve estudantil, que passou a ter a solidariedade de parlamentares, da OAB, Igreja, e outros grupos de oposição à ditadura. O saldo repressivo contabilizou 64 estudantes suspensos, 34 expulsos e dezenas de presos e processados com base na LSN.⁷²

⁷⁰ BORTOT; GUIMARAENS, op. cit. p. 151.

⁷¹ ALVES, op. cit. p. 207.

⁷² Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-da-unb-desafiam-o-regime>> Acesso em: 30 out 2017.

A preparação para o ato de 23 de agosto na capital gaúcha foi intensa. O movimento estudantil como um todo havia sentido os golpes de autoritarismo provocados pela repressão ao 3º ENE em Belo Horizonte e à greve dos estudantes na UnB mutilada pelo reitor militar. Os ânimos estavam a todo vapor, e era necessário organizar uma boa estratégia de luta. Na véspera da manifestação, os estudantes ficaram sabendo que a Brigada Militar (BM) dispunha de uma nova arma de efeito moral, o gás lacrimogêneo, usado pela primeira vez poucos meses antes em São Paulo.⁷³ O plano do ato era iniciar uma manifestação em frente ao DCE da UFRGS, na Av. João Pessoa, próximo à Praça Raul Pilla, recentemente inaugurada, com o plano de seguir em direção ao Centro da Cidade. Prevendo a repressão que viria, a coordenação do ato distribuiu entre os estudantes de confiança um algodão embebido em amoníaco, envolto por um papel plástico, para ser usado para cortar os efeitos do gás lacrimogêneo. Também organizaram duplas de estudantes disfarçados em pontos esparsos das ruas do centro, que convocariam comícios relâmpagos a fim de confundir os agentes policiais e facilitar a articulação e desenvolvimento da manifestação.⁷⁴

A nova forma de organização tática nos enfrentamentos com a polícia repercutiu nos informes difundidos pelo SNI;⁷⁵ apesar de reprimida, a manifestação do Dia Nacional de Lutas impulsionou o movimento estudantil a uma nova etapa de resistência e enfrentamentos diretos com a polícia. Iniciava uma nova e longa fase de luta pelas liberdades democráticas contra o Estado de Segurança Nacional, e o movimento estudantil, juntamente com o movimento operário, a Igreja, a OAB e outros grupos de oposição, encabeçaram a vanguarda pela luta democrática. Fruto dessa pressão, foi o fim do AI-5, em 1978. A ditadura continuava forte, mas a superação desse brutal entrave institucional abria um cenário de lutas com perspectivas mais esperançosas.

⁷³ BORTOT; GUIMARAENS. op. cit. p. 118.

⁷⁴ “A linha era fazer várias minimanifestações no Centro para deixá-los [os policiais] enlouquecidos. Nós saímos em grupos simulando casais de namorados. Tentávamos descaracterizar alguns arquétipos, então penteamos o cabelo como gomina e usamos roupas menos ‘estudantis’. (Depoimento de César Alvarez)”. In: Ibid. p. 121.

⁷⁵ “Diz a Informação nº 19 116 APA 81: ‘Em dia 23 de agosto de 77, o nominado teve participação ativa durante as manifestações do Dia Nacional de Lutas promovido pelo movimento estudantil e que alcançou uma maior repercussão na UFRGS. Na oportunidade, os estudantes apresentaram nova organização tática nos enfrentamentos com a Polícia, atuando de forma descentralizada, caracterizada, particularmente, pela realização de comícios-relâmpagos e passeatas em locais não vigiados pelas forças policiais.’” In: Ibid, p. 145.

1.2 OS OLHOS E OUVIDOS DA DITADURA: A INFILTRAÇÃO DE AGENTES SECRETOS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRGS

O movimento estudantil, como vimos, vinha sendo alvo de intensa suspeição e vigilância por parte dos agentes repressivos desde os primeiros momentos do Golpe, por representar um grupo de “inimigos internos” à segurança interna do Estado sob a ditadura. Alvos de Comissões Especiais de Investigação Sumária, expulsões das universidades, cancelamentos de matrículas, vigilância, prisões, torturas e perseguições, muitos estudantes também tinham que conviver com seus repressores diariamente nas suas rotinas acadêmicas e pessoais. Na UFRGS, bem como em outras universidades e instituições de ensino, era corriqueira a presença de “ratos” e “dedos-duros” que colaboravam na vigilância e fornecimento de informações para a repressão; os “ratos”, agentes dos órgãos repressores (de inteligência ou policiais) infiltrados ou não que faziam-se passar por estudantes regularmente matriculados; os “dedos-duros”, alunos regulares que entregavam seus colegas, voluntariamente (ou pressionados por algum tipo de coerção); ambos, eram responsáveis pelo monitoramento do cotidiano das salas de aula e faculdades (bem como casas estudantis, manifestações, festas, jantas de turma, assembleias, reuniões particulares, etc.), coletando informações e colaborando na elaboração de relatórios sobre os elementos “subversivos”, “comunistas” ou “agitadores” que apresentavam uma ameaça ao sistema. Muitos, inclusive, desempenharam papel ativo dentro do movimento estudantil e de organizações partidárias, tudo em prol de compreender o *modus operandi* dos grupos de esquerda e de parecerem convincentes em seus papéis frios e calculistas de infiltrados. Desempenhavam, portanto, um papel funcional e crucial na estratégia de controle ideológico e na propagação da “cultura do medo”, criando também uma atmosfera quase esquizofrênica de perseguição, medo e paranoia.⁷⁶

A teoria do “inimigo interno” tornou necessária a dinamização de uma rede de informações para que os mesmos pudessem ser detectados, neutralizados e eliminados, o que implicava na eficiência e na centralização de todas essas informações. O SNI, cabeça da comunidade de informações, difundindo as informações no interior da rede de agências (regionais e central) e os demais órgãos do aparato repressivo. Suas atividades partiam da ideia de produção de informação, que seguia diversas etapas. Segundo Priscila Antunes (2002),

⁷⁶ Havia casos de presença pública e ostensiva de agentes que, “assumindo o papel de estudantes”, acompanhavam alvos seletos (alunos, professores) durante semestres, vigiando a rotina da sala de aula, dos debates acadêmicos e das aplicações dos conteúdos programáticos.

A coleta de informações é, sem sombra de dúvidas, a função mais conhecida dentro da atividade de inteligência. Compreende o primeiro estágio do ciclo, no qual as informações solicitadas pelo usuário ou para preencher demanda da própria agência de inteligência são obtidas. São informações necessariamente relacionadas com a defesa e a segurança nacional, coleta de dados relevantes sobre capacidades, potencialidades e intenções de alvos que podem estar protegidos ou cujo acesso é restrito. Uma especificidade da atividade de inteligência no processo de coleta se deve justamente ao fato de que as informações requeridas estão, normalmente, protegidas.⁷⁷

A coleta dos dados, trabalhados na forma de informes, se dava pelo agente em campo, infiltrado - fazendo-se passar por estudante comum - ou não-infiltrado - como era o caso de professores e reitores (em muitos casos militares) nomeados pelo Governo Federal para atuarem nas universidades, ou policiais que costumavam estacionar suas viaturas ou frequentar as proximidades e entornos de casas de estudantes, diretórios acadêmicos, bares e outros lugares de encontro e circulação dos estudantes com o objetivo de gerar intimidação através da sua simples presença. A utilização do medo, nestes casos, também produzia os efeitos desejados de silenciamento e opressão sobre os elementos da oposição. Após a coleta, as informações produzidas pelo SNI eram transformadas em produtos de inteligência pelos analistas, em proveito das decisões de planejamento, execução e acompanhamento das políticas do Poder Executivo.

O combate contra o inimigo interno demandava uma estrutura defensiva e ofensiva do governo para estabelecer um controle sobre a oposição; as redes de informações foram essenciais para a constituição deste controle, e a infiltração de agentes secretos era fundamental para tal objetivo. Ao longo da ditadura, entretanto, os estudantes também passaram a desenvolver dispositivos de segurança para burlar e identificar os agentes infiltrados no movimento estudantil. Um documento confidencial produzido pela APA, em setembro de 1980, informa que havia sido observado em todas as manifestações na área da Agência regional do SNI o emprego de algumas medidas de segurança por parte dos grupos estudantis de esquerda, em maior ou menor grau dependendo do tipo de manifestação, que passaram a dificultar a atuação dos agentes dos serviços de informações. Segundo o informe,

nas reuniões de entidades como Diretório Central de Estudantes (DCE), União Estadual de Estudantes (UEE), e outras, assim como de outros setores fora do Movimento Estudantil, as dificuldades aumentam para o elemento operacional, pois além do conhecimento mútuo entre os participantes, que é usado como forma de identificação, ocorre, que os representantes para tais atos, são escolhidos com antecedência pelas suas entidades.⁷⁸

⁷⁷ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 33.

⁷⁸ Informe nº 026/116/APA/80, APA_ACE_1687_80. fl. 01. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

Algumas estratégias como a organização de comissões de segurança formadas para identificação dos agentes, bem como a sinalização de elementos estranhos ao meio, a provocação destes e até inquirição através de perguntas como “qual universidade você estuda?, qual faculdade?, quem são seus colegas?”, etc, passou a dificultar os trabalhos dos “arapongas”⁷⁹ no meio estudantil. A dificuldade foi aumentada quando os estudantes passaram a utilizar equipamentos fotográficos e filmadoras até mais sofisticadas que os usados pelos órgãos de inteligência para compartilhar entre os estudantes o registro da identificação destes elementos.⁸⁰ As medidas de segurança implementadas pelo movimento estudantil, juntamente com a cooperação de jornalistas e fotógrafos da imprensa, ajudaram a “detetizar” os “ratos” que infestavam as salas de aula, salões de assembleias, casas estudantis e ruas em manifestações, demonstrando certa eficiência no combate aos agentes da repressão:

particularmente para os elementos de operações e demais funcionários da APA/SNI, tem sido utilizado um outro processo de identificação, que consiste na utilização do saguão do prédio onde funciona a Superintendência Regional do DPF/RS e esta AR [agência regional], por jornalistas, fotógrafos e ativistas de todos os setores da sociedade, que a pretexto de obterem passaportes, vistos de saída, ou mesmo para depor junto às Delegacias do DPF, aproveitam a oportunidade para identificar o pessoal do SNI. Este fato já foi confirmado junto a elementos ligados ao meio jornalístico da Capital.⁸¹

No fim da década de 1970, quando as organizações de luta armada já haviam sido neutralizadas pelo aparato repressivo, esperava-se que houvesse um retrocesso nas atividades do SNI. O contrário, entretanto, ocorreu, principalmente durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), chefe do Serviço entre 1974 e 1978, quando as atividades de inteligência do órgão sofreram uma intensa expansão. Durante a presidência Figueiredo, Octávio Medeiros era o chefe do SNI, enquanto a sua Agência Central era comandada pelo general Newton Cruz. De acordo com a pesquisadora Priscila Antunes, “o SNI de Medeiros teve um poder extraordinário, sendo considerado algo como uma quarta força armada”.⁸²

Os informes produzidos pela Agência de Porto Alegre, do SNI, que serão apresentados e analisados na sequência do trabalho apresentam uma significativa riqueza de detalhes, cujas informações aparentam partir de dentro do próprio movimento estudantil, evidenciando assim o estado de vigilância, suspeição, e o alcance dos braços da repressão através dos diversos agentes infiltrados pelos órgãos de inteligência entre os universitários. Sendo o movimento estudantil um dos alvos prioritários da vigilância pelo Estado de Segurança Nacional, por ser um dos grupos de oposição mais ativos e combativos no período final da ditadura, observa-se

⁷⁹ Nome popularmente associado aos agentes infiltrados, espões.

⁸⁰ Informe nº 026/116/APA/80, APA_ACE_1687_80, fl. 02. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

⁸¹ *Ibid.*, fl. 04.

⁸² ANTUNES, op. cit. p. 61 e 62.

a contradição nos informes entre a política oficial de reabertura “lenta, gradual e segura” da democracia, e a intensificação da vigilância ostensiva e de ameaça sobre os estudantes.

2 DOIS DITADORES EM UM ÚNICO PAÍS

Corria o ano de 1980. Na Polônia, uma greve operária sem precedentes, liderada pelo Solidariedade do líder Lech Walesa, eclodia sob o contexto de nova escala de tensões da Guerra Fria, demonstrando ao mundo o poder mobilizatório da classe trabalhadora como agente de mudanças no curso histórico do seu país e do mundo. Era também o ano das Olimpíadas de Moscou, esquentando ainda mais os ares de rivalidade entre URSS e EUA; estes, não comparecem aos jogos no país rival por motivos políticos. Na América Latina, mais um golpe militar era deflagrado contra a democracia, desta vez na Bolívia; a ditadura argentina de Jorge Rafael Videla, líder da Junta Militar golpista de março de 1976, foi o primeiro país a reconhecer o novo governo na Bolívia, seguida pelo Brasil. Na política nacional, desde 1978, quando o Ato Institucional Nº 5 foi revogado, abriram-se novas possibilidades legais para a organização e a atuação dos movimentos populares que seriam decisivos no processo político dos anos seguintes.⁸³ A Lei de Anistia foi aprovada em 1979, o que permitiu a volta de muitos exilados, libertação de presos políticos e recuperação da legalidade de militantes que viviam na clandestinidade. Meses depois a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979) extinguiu o bipartidarismo da ARENA e do MDB e propiciava a reestruturação político-partidária com a fundação de novos partidos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores (PT) em fevereiro de 1980, nascido das greves operárias do ABC paulista.⁸⁴

Em 1980, se intensificaram nas universidades brasileiras federais as reivindicações estudantis por mais vagas e qualidade no ensino; nas particulares, a disputa por mensalidades mais baixas. O arrocho salarial assolava o poder aquisitivo dos brasileiros, que quando não sofriam pela fome e condição de miserabilidade, conviviam com a elevação diária da cesta básica causada pela alta inflação. Nesse contexto, a UNE voltava com força política, organizando encontros e reuniões, ao mesmo tempo em que UEE e DEE disputavam

⁸³ ALVES, op. cit. p. 226.

⁸⁴ Outros partidos surgiram amparados por essa lei, como o Partido Democrático Social (PDS), resultante da antiga ARENA, de caráter governista e simpático à ditadura; como desdobramento do oposicionista MDB, surgiram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o já citado Partido dos Trabalhadores (PT) e, da ala mais conservadora, o Partido Popular (PP).

legitimidade e representatividade entre o corpo discente universitário gaúcho.⁸⁵ À medida em que os grupos de esquerda e os movimentos sociais retomavam suas articulações e militância num período de reabertura política, grupos da extrema-direita vinculados à ditadura, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), realizavam atentados terroristas em livrarias e bancas que comercializavam jornais associados à esquerda, bem como contra entidades vinculadas à oposição, como a OAB, em órgãos e em eventos públicos (como ocorreu no atentado do Riocentro), de forma a intimidar a oposição a reverter a tendência da política de abertura.⁸⁶

Em 1980, a promulgação da nova Lei de Estrangeiros acrescentaria maior tensão ao clima de insegurança e medo vivenciados pelos exilados das ditaduras vizinhas que se achavam no Brasil. A lei previa a recusa de visto aos estrangeiros cujos comportamentos pudessem “ser considerados nocivos à ordem e interesses nacionais”, bem como “aos processados por crime doloso” em outros países;⁸⁷ os alvos a serem atingidos pela lei seriam, em sua maioria, os perseguidos políticos pelas ditaduras do Cone Sul, os quais deveriam ser repatriados ao seu país de origem; tratava-se de outra forma de cooperação entre os Estados de Segurança Nacional latinoamericanos a fim de buscar, controlar, neutralizar e eliminar o “inimigo interno” na região; nesse sentido, o meio mais sofisticado de ação coordenada entre as ditaduras resultou nas ações da Operação Condor.

O general João Baptista Figueiredo, ex-ministro do SNI,⁸⁸ encabeçava o Executivo nacional sob uma proposta política de liberalização, mantendo os parâmetros da “democracia forte” estabelecidos por seu antecessor, o general Ernesto Geisel. O projeto de distensão promovia no espaço político uma abertura suficiente para conter a oposição, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior estabilidade e maior apoio interno e

⁸⁵ Com a deflagração do golpe de 1964, além do fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), as Uniãos Estaduais de Estudantes (UEEs) também foram extintas, substituídas pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), cuja diretoria era escolhida pelos Secretários de Educação em cada estado; o DEE era governista, direitista e simpatizante/vinculado à ditadura. A partir do final da década de 1970 a UEE gaúcha volta a se rearticular, juntamente com a UNE. Segundo Della Vecchia, “a existência do DEE dificultou o processo de reorganização do movimento estudantil gaúcho na medida em que tinha a necessidade de não apenas organizar os estudantes e entidades, mas também de fazer um confronto político e ideológico com setores de direita do movimento estudantil”. In: DELLA VECHIA, op. cit. p. 23-24.

⁸⁶ Segundo o informe de número 086/116/APA/80, produzido pela Agência de Porto Alegre, do SNI, José Carlos Dias de Oliveira, sócio majoritário da Livraria Combate, de Porto Alegre, entregou ao DOPS/RS no dia 31 de julho de 1980 uma carta de ameaça de explosão de seu estabelecimento, datilografada em vermelho, assinada pelo CCC. A carta, anexada ao informe, dizia: “em nome da democracia e contra os fantoches do comunismo internacional, seu estabelecimento ou seu covil de subversivos foi escolhido para ser o exemplo: será explodido dentro de 3 dias se não deixar de receber e ofertar estas suas revistas e publicações comunistas”. In: 086/116/APA/80, APA_ACE_1643_80, fl. 02 e 03. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em 26 nov. 2017.

⁸⁸ Importante ressaltar que o chefe do SNI tinha título, também, de ministro de Estado, com gabinete no Palácio do Planalto, podendo ser chamado tanto de “chefe do SNI” como “ministro do SNI”. In: LAGÔA, op. cit. p. 33.

internacional, ao mesmo tempo em que as diretrizes da “democracia forte” eram definidas de modo a “limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a oposição aceitável, e qual é intolerável”.⁸⁹

Contudo, uma série de acontecimentos estaria para ocorrer naquele ano de 1980 e mobilizaria todo o sistema de repressão com seus órgãos de inteligência, de segurança e suas redes de informações, articulando iniciativas para a contenção de uma grande agitação de caráter internacionalista e solidário, resultante da união de políticos, organizações de esquerda e movimento estudantil contra as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, especialmente contra as ditaduras brasileira e argentina. O estopim para estas manifestações se deu a partir de agosto daquele ano, quando a imprensa passou a divulgar a notícia da visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, entre os dias 19 e 23 de agosto de 1980. A sua presença em solo brasileiro tinha por objetivo dar continuidade à visita que Figueiredo fizera em maio daquele mesmo ano a Buenos Aires, onde se iniciou um processo bilateral de relações diplomáticas mais próximas entre os dois países.⁹⁰ Sua visita teria duração de cinco dias; o cronograma da mesma apontava para visitas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A despedida entre Figueiredo e Videla aconteceria em Porto Alegre, no último dia da passagem do argentino pelo país. A notícia do grande evento movimentou ainda mais a já agitada e ativa vida política da cidade, e marcaria o ineditismo da presença de dois chefes de Estado na capital gaúcha - dois presidentes ditadores, cabeças do executivo nacional de dois países denunciados internacionalmente pela violação de direitos humanos; ou seja, representantes de governos marcados por um forte caráter antidemocrático e autoritário.

A visita de Videla era oficialmente justificada pela ratificação de tratados diplomáticos entre Brasil e Argentina. Através da análise dos jornais *Folha da Tarde*, *Zero Hora* e *Folha de São Paulo*, foi possível destacar a forte iniciativa da grande imprensa em influenciar um consenso público sobre a importância política e econômica da cooperação entre os dois países, que era considerada especialmente vantajosa para o Rio Grande do Sul visto que o estado compartilha fronteira com a Argentina, o que facilitaria o custo de logística para as trocas comerciais. Era divulgado, com ênfase, a assinatura de acordos para a comercialização de urânio, lixívia e pilha entre os dois países,⁹¹ a fim de favorecer o desenvolvimento de tecnologia nuclear.⁹² Outras fontes de energia como a resultante da construção de novas

⁸⁹ ALVES, op. cit. p. 225.

⁹⁰ NOVA etapa nas relações entre Brasil e Argentina. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 ago. 1980, p. 17.

⁹¹ A IMPORTÂNCIA desta visita do presidente argentino. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 ago. 1980, p. 16.

⁹² QUESTÃO nuclear será central, diz Videla. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 ago. 1980, p. 6.

hidrelétricas no Rio Uruguai⁹³ e o fornecimento de gás, também eram visados;⁹⁴ discutia-se, inclusive, a pretensão de “convênios sobre complementação industrial, para o intercâmbio de pesquisas e tecnologia e, finalmente, [...] um acordo quanto ao satélite de telecomunicações binacional”;⁹⁵ a cooperação visava também acordos na área de reflorestamento, meteorologia, comunicações e pesquisa científica e agropecuária.⁹⁶ A venda de maquinário agrícola pelo empresariado gaúcho ao país platino, bem como a vantagem de uma cooperação turística, montavam um quadro de otimismo e superação da crise econômica enfrentada pelo Brasil e Argentina no final da década de 1970 e início de 1980.

Entretanto, as ações da Operação Condor, a conexão político-militar-repressiva entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (cujo nome ainda era desconhecido), vinha ocupando cada vez mais espaço na imprensa desde 1978, quando ocorrera o sequestro do casal de uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz e os filhos dela, Camilo e Francesca, nas ruas de Porto Alegre. O episódio, que contou com a cooperação dos serviços secretos e polícias do Brasil e do Uruguai, fora denunciado pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha e pelo fotógrafo João Baptista Scalco,⁹⁷ revelando, nos seus desdobramentos, um esquema de mútua colaboração entre os serviços secretos de ambas as ditaduras. O anúncio da visita de Videla ao Brasil, em 1980, levantou ainda mais o debate sobre a participação das ditaduras argentina e brasileira na repressão conjunta sob a perspectiva do *Condor*. O jornal *Folha da Tarde* citou um trecho do jornal *El Nacional*, da Argentina, em um artigo publicado no dia 22 de agosto:

Toda uma série de sintomas, evidentes ao longo das últimas semanas, parece demonstrar que no Cone Sul aperfeiçoa-se uma espécie de aliança - não necessariamente explicitada - entre os governos da região, com uma única exceção do Peru. Em todos esses países - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - as respectivas Forças Armadas, ligadas em sua maior parte à denominada “Doutrina de Segurança Nacional”, ocupam o poder ou têm um controle preponderante sobre seus governos.⁹⁸

Outros eventos, tratando da suspeita de aliança entre os governos repressivos contra grupos de esquerda no Cone Sul, ocuparam as páginas nos noticiários de agosto de 1980. Entre eles, a morte de Noemi Gianotti, uma das *Madres da Praça de Maio*⁹⁹, encontrada morta em um quarto de hotel na Espanha em 18 de julho. Segundo a Comissão Argentina dos Direitos Humanos (CADHU), ela teria sido assassinada em Madri por agentes do serviço

⁹³ COOPERAÇÃO bilateral. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 19 ago. 1980, p. 4.

⁹⁴ VISITA de Videla não será só retribuição. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 06 ago. 1980, p. 5.

⁹⁵ LANÇAMENTO de satélite terá ajuda argentina. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 13 ago. 1980, p. 15.

⁹⁶ ASSINADOS 5 atps de cooperação bilateral. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 16 e 17 ago. 1980, p. 20.

⁹⁷ Cf. CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*. São Paulo: L&PM Editores, 2008.

⁹⁸ JORNAL destaca aliança dos países do Cone Sul. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 22 ago. 1980, p. 17.

⁹⁹ Movimento político organizado por mães de mortos e desaparecidos políticos na Argentina, reconhecido mundialmente pela busca de seus filhos e netos desaparecidos, vítimas da repressão do Estado ao longo da ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980.

secreto argentino, por envenenamento; a embaixada argentina na Espanha, entretanto, comunicou que Noemi morrera de causas naturais.¹⁰⁰ Também no mesmo dia no mesmo jornal, foi noticiada a solicitação do deputado paranaense Nelton Friedrich, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para que fosse aberta uma investigação do suicídio do casal Eduardo Gonzalo Escabosa e Liliana Inés Goldemberger, pertencentes à organização *Montoneros*. Ambos ingeriram cápsulas de cianureto ao notar a presença de policiais fardados na fronteira entre Brasil e Argentina, enquanto faziam a travessia de barco de Porto Meira a Puerto Iguazu, sobre as águas do Rio Iguazu. Segundo consta, “a suspeita de sequestro [...] deve-se ao fato de que dois policiais argentinos, à paisana, estavam no mesmo barco, ‘possivelmente perseguindo os exilados’”¹⁰¹. Outro episódio de colaboração entre as duas ditaduras, refere-se à denúncia de que ao menos sete refugiados argentinos foram recambiados de volta ao seu país no início de agosto com a ajuda de policiais brasileiros, escândalo denunciado por deputados do PMDB do Paraná que diziam-se dispostos a acionar a Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa para investigação desses casos.¹⁰² Segundo Newton Carlos, colunista do jornal *Zero Hora*,

várias organizações de direitos humanos revelaram “evidências” que levam a essa conclusão, de que não há “desaparecidos” na Argentina, mas mortos. O mais “conclusivo” é o relatório da Comissão de Direitos Humanos da OEA, incluindo nomes e patentes de militares acusados de sequestros, torturas e assassinatos. Com a participação argentina no golpe da Bolívia, os Estados Unidos parecem recuar também da aparente intenção de recompor relações com os militares no poder em Buenos Aires.¹⁰³

De forma geral, a divulgação da visita do ditador abalou profundamente a política brasileira e agitou o movimento estudantil, as organizações sociais e os partidos políticos. A imagem pública da ditadura argentina como um dos Estados mais violentos da América Latina corria o mundo. As organizações de direitos humanos contabilizavam em cerca de 30 mil o número de mortos e desaparecidos políticos, e o movimento das *Madres* da Praça de Maio se apresentava mundialmente como exemplo de luta e resistência contra a ditadura, denunciando as violações de direitos humanos e reivindicando justiça aos crimes cometidos pelo Estado terrorista. O então recente golpe na Bolívia, deflagrado pelo general Luiz García Meza em julho daquele ano, enfrentava uma generalizada hostilidade internacional; em declaração, Videla assumiu a simpatia do governo argentino ao golpe na Bolívia, e admitiu a assessoria de militares argentinos à nova ditadura da região, pois para ele significava o

¹⁰⁰ POLÍCIA não vê violência na morte da argentina. *Zero Hora*. Porto Alegre, 09 ago. 1980, p. 14.

¹⁰¹ DEPUTADO quer investigar suicídio de argentinos. *Zero Hora*. Porto Alegre, 09 ago. 1980, p. 13.

¹⁰² DENÚNCIA: sete refugiados recambiados à Argentina. *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 ago. 1980, página central.

¹⁰³ QUEM dá mais por Buenos Aires? *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 ago. 1980, página central.

combate ao “perigo de se ter na América do Sul o que Cuba representa para a América Central”.¹⁰⁴

Cumpra aqui ressaltar a paulatina mudança de posicionamento da imprensa, mais especificamente do jornal *Zero Hora*, em relação à intervenção argentina no golpe de Estado da Bolívia. A mudança percebida refere-se essencialmente no quesito da gradual perda de eufemismo nas críticas contidas nos títulos das matérias, à medida em que a opinião pública a respeito de Videla também era influenciada por todo o emaranhado de acontecimentos políticos, denúncias e manifestações públicas de repúdio contra as ditaduras. Enquanto que no dia 07 de agosto a matéria sobre a intervenção argentina intitulava-se “Militares argentinos *dão ajuda* à Bolívia” (grifo meu), com o decorrer das críticas e acirramento dos manifestos em repúdio à visita de Videla, as manchetes também vão progressivamente transparecendo a mudança de posicionamento. No dia 19, o título é “Argentina *ajuda repressão* do novo governo boliviano” (grifo meu), e já no dia 20 de agosto, importante data na resistência contra Videla em âmbito político nacional, a manchete indica que “Argentinos *comandam torturas* na Bolívia” (grifo meu). De acordo com Maria Helena Capelato (2014), esta mudança no posicionamento da grande imprensa, do apoio à crítica à ditadura, pode ser verificada quando se consideram esgotadas as possibilidades do projeto autoritário, o que pode ser verificado neste momento de acirramento das disputas políticas e ideológicas no país.¹⁰⁵ Assim, apesar de o jornal não assumir um posicionamento de repúdio à presença de Videla, é possível notar a mudança na ênfase da crítica ao Estado autoritário argentino e à sua colaboração com o golpe de Estado na Bolívia.

Para parcela da sociedade brasileira que engajava-se na luta pela redemocratização brasileira, “a chegada de um presidente militar argentino, mundialmente execrado pela opinião pública devido às atrocidades cometidas contra seus opositores, transmitia uma ideia de retrocesso político e provocou reações controversas no seio da sociedade brasileira”.¹⁰⁶ A vida política portoalegrense, bem como a brasileira, de um modo geral, passou por dias de tensos confrontos e disputas que ditaram o rumo e clima político de todo aquele mês de agosto. Nesse sentido, em Brasília, no Congresso Nacional, o Partido Democrático Social (PDS) preparava uma homenagem a Videla no dia 20 de agosto, decisão esta execrada pela oposição congressista; para a oposição, especialmente para PMDB e PT, homenagear o

¹⁰⁴ MILITARES argentinos dão ajuda à Bolívia. *Zero Hora*. Porto Alegre, 07 ago. 1980, p. 16.

¹⁰⁵ CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

¹⁰⁶ FERNÁNDEZ, 2014, op. cit. p. 27.

ditador era inaceitável, pois desmerecia anos de lutas por direitos democráticos; para o PDS, como afirma seu líder Nelson Marchezan no Congresso, a recusa à homenagem era uma atitude descortês frente à visita de tão ilustre presidente;¹⁰⁷ no Rio de Janeiro e São Paulo, estudantes e organizações de direitos humanos preparavam suas manifestações em repúdio à presença do argentino nestas cidades.

Enquanto isso, em Porto Alegre estudantes universitários da UFRGS traçavam as diretrizes de um ato público a ser realizado no dia 22 de agosto, véspera do encontro entre João Baptista Figueiredo e Jorge Rafael Videla na cidade; simultaneamente, organizações de direitos humanos publicavam e distribuíam panfletos com palavras de ordem e denunciando o desaparecimento de brasileiros na Argentina. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL/RS), nesse contexto, foi tomada por intensa disputa e debate entre os deputados e vereadores favoráveis e contrários à visita de Videla. Em síntese, Porto Alegre, em todos os aspectos, parecia uma panela de pressão fadada à explosão.

2.1 OPOSIÇÃO POLÍTICA ATIVA: SNI ALERTA

No Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS, não foi encontrado nenhum documento que tratasse do episódio da visita de Videla ao Brasil cuja produção fosse simultânea à sua chegada, ou seja, pertencentes ao mês de agosto ou anterior; os informes que tratam sobre o episódio são posteriores aos acontecimentos, produzidos essencialmente entre os meses de setembro e outubro. Destes, dois merecem destaque pela densidade de seu conteúdo, produzidos pela Agência de Porto Alegre (APA) e de caráter confidencial: o primeiro é o de 08 de outubro de 1980;¹⁰⁸ o segundo é o de 13 de outubro do mesmo ano.¹⁰⁹ É relevante ressaltar, entretanto, que apesar de terem sido produzidos apenas em outubro, fazem referência a informações coletadas desde, no mínimo, o dia 12 de agosto; tal constatação corrobora a noção de vigilância sistemática, suspeição e conexão da rede de informações às movimentações do período.

Cabe aqui, uma inferência explicativa sobre a produção da documentação repressiva. O informe 70/119 inclui em seu cabeçalho, no item “referências”, a descrição de números de telex¹¹⁰ enviados nos dias 12, 18, 21 e 22 de agosto à APA, embora em seu corpo cite

¹⁰⁷ BOICOTE a Videla: PP não se definiu. *Zero Hora*. Porto Alegre, 15 ago. 1980, p. 16.

¹⁰⁸ Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_80. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*.

¹⁰⁹ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80. *Idem*.

¹¹⁰ “Telex é um sistema internacional de comunicações escritas que prevaleceu até ao final do século XX. Consistia numa rede mundial com um plano de endereçamento numérico, com terminais únicos que poderia

acontecimentos referentes a partir do dia 16 do mesmo mês, incluindo também o dia 23 (neste documento é também anexado um pequeno informe de uma página, produzido pela Secretaria da Segurança Pública, de nº 12-3224/80); já no outro informe, o do dia 13 de outubro, apesar de não constar, como no primeiro, os telex referenciados, apresenta informações desde o dia 12 de agosto. É possível inferir, deste modo, que ambos os informes são complementares, não só devido às informações que se cruzam e são trabalhadas de forma contínua, embora apresentem conteúdos diferentes, mas também pela proximidade de suas produções (cerca de 5 dias de diferença).

A análise dos documentos citados permite salientar a forma como a informação é apresentada. Sendo assim, cabe levar em conta, também, o padrão da estruturação com que os textos dos documentos são produzidos; por tratarem-se de relatórios de inteligência que procuram a sua difusão pela rede de informações, os documentos do Serviço deixam todos os nomes de pessoas e lugares, via de regra, em letra maiúscula, fazendo uso de abreviação de datas, também em caixa alta, bem como uso de siglas. A estruturação dos parágrafos, iniciada normalmente pela referência à data do ocorrido, também é clara e resumida, a fim de não misturar e confundir assuntos diferentes em cronologias diferentes. As sentenças são em geral breves e objetivas, frequentemente carregadas de palavras de juízo de valor ideológico pouco criteriosas - como “comunistas”, “subversivos”, “agitadores”, entre outras - ao tratar-se de elementos da oposição. Estas estratégias de escrita do texto nos informes facilitam a sua rápida leitura e compreensão a quem os recebe; este agente rapidamente capta as informações essenciais dentro da dinâmica dos órgãos de informação e repressão: o “quem” e o “onde”. Finalmente, quando a informação está pronta e organizada para a difusão pela rede, são anexados documentos que comprovam a inferência dos dados citados ou complementam os mesmos (como fotografias, recortes de jornais, outros informes recebidos de outros órgãos, trechos de livros, folhetins, etc.), nem sempre bem identificados. O informe, assim, constituía a síntese inicial na produção de informação, que, além de contribuir na produção de mais informação, instruía toda ação dos órgãos repressivos.

A visita do presidente ditador argentino ao Brasil, em agosto de 1980, se iniciou na terça-feira do dia 19, com sua chegada em Brasília; depois continuou pelo Rio de Janeiro, no dia 21, São Paulo, no dia 22, e foi encerrada em Porto Alegre, no sábado do dia 23 de agosto. As expectativas sobre a visita previam “protestos contra sua presença até a demonstração

enviar uma mensagem escrita para qualquer outro terminal. Os terminais pareciam e funcionavam como máquinas de escrever ligadas a uma rede igual à telefônica. Uma das particularidades deste sistema de comunicações escritas [...] era a garantia de entrega imediata com autenticação dos terminais.” Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Telex>> Acesso em: 28 nov. 2017.

oficial do entendimento entre os governos do Brasil e da Argentina”.¹¹¹ As primeiras manifestações públicas de repúdio à presença de Videla no Brasil iniciaram anteriormente a sua chegada. De fato, no dia 12, logo após a divulgação pela imprensa do futuro encontro entre os dois ditadores, especialmente após a confirmação da homenagem que seria feita no Congresso Nacional no dia 20, em Brasília, organizada pelo PDS. Agitavam-se, no âmbito político, como dito anteriormente, as opiniões divergentes a essa homenagem. Freitas Nobre, líder do PMDB na Câmara, havia garantido que a bancada do partido não compareceria à recepção do ditador, em protesto à violência e arbítrio imposto por seu governo ao povo e legislativo argentinos; Thales Ramalho, líder do Partido Popular (PP), declarou que a ausência ou presença de parlamentares do partido não seria ditada em consenso, cabendo a cada político decidir seu posicionamento em foro íntimo de acordo com sua decisão pessoal, embora grande parte optava pela ausência. Já o PDS, através do seu líder na Câmara Nelson Marchezan, anunciava que a ausência de partidos opositores à sessão no Congresso seria considerada como prova de intolerância e falta de decoro ao líder argentino; Ricardo Fiuza, deputado de Pernambuco, saudaria o ditador visitante em nome do PDS.¹¹²

Em meio à expectativa em ebulição com os preparativos para a chegada de Videla ao Congresso Nacional, Flávio Márcilio (PDS), presidente da Câmara, realizou uma reunião com os dirigentes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Alceu Collares, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Jorge Curi, PMDB, Freitas Nobre e PP, Thales Ramalho, em apelo para que os partidos não organizassem manifestações contrárias ao ditador quando de sua visita a Brasília; em resposta, os líderes informaram que não tinham intenção de fazer qualquer agravo ao visitante, embora não fossem comparecer à sessão de homenagem.¹¹³ Pela primeira vez na história, os partidos opositores brasileiros recusaram-se a receber um Chefe de Estado.¹¹⁴

Segundo registros do Serviço Nacional de Informações no informe nº 047/115, o deputado José Fogaça (PMDB/RS), entrou com uma solicitação ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 12 de agosto de 1980, para a realização de “uma sessão especial, com o objetivo de homenagear as ‘MADRES DE LA PLAZA DE MAYO’ e as ‘VÍTIMAS DA REPRESSÃO NA ARGENTINA’”.¹¹⁵ Segundo consta no referido informe, a proposta de Fogaça pretendia “concretizar uma manifestação de caráter

¹¹¹ VIDELA reencontra Figueiredo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 ago. 1980, p. 5.

¹¹² BOICOTE a Videla: PP não se definiu. *Zero Hora*. Porto Alegre, 15 ago. 1980, p. 16.

¹¹³ MARCÍLIO pede à Oposição que não se manifeste. *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 ago. 1980, página central.

¹¹⁴ SÓ o PDS estará na homenagem. *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 ago. 1980, p. 12.

¹¹⁵ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80, fl. 01. *Fundo de Arquivos do SNI – Agência RS*. Palavras destacadas em maiúsculo, conforme o original.

político”, e se justificava como um posicionamento assumido “contra a ação conjunta dos regimes militares do Cone Sul no sentido de esmagarem a democracia e todos os que lutam por ela”.¹¹⁶ Em artigo publicado no jornal *Folha da Tarde*, Hilário Honório questiona se “não há ninguém de bom senso dentro do PMDB para puxar as orelhas desses agitadinhos”.¹¹⁷ Para o deputado Romeu Martinelli (PDS), a atitude representava uma “provocação com consequências perigosas, que poderiam, inclusive, levar à subversão”; para o político governista, Fogaça, “travestido de defensor dos direitos humanos, tenta se intrometer em assuntos internos de outros países”.¹¹⁸

O objetivo da sessão ordinária a ser realizada na Assembleia Legislativa gaúcha no dia 20 pretendia marcar a ampla e pública manifestação de repúdio à presença de Videla e à posição tomada pelo PDS em homenageá-lo, posição essa que era percebida como séria ameaça ao processo de abertura da política brasileira. Disse Fogaça: “apenas expressamos o sentimento do povo brasileiro, que demonstra nítido repúdio a todas as ditaduras militares do Continente. O que estamos vendo é um sentimento de defesa nacional, pois, com a visita do presidente argentino aqui, a nossa própria abertura política sofre ameaças”.¹¹⁹ Discurso semelhante foi identificado em manifestações do deputado Álvaro Dias, do PMDB do Paraná; segundo ele, “a vinda de Videla ao País demonstra a solidariedade do governo brasileiro com outras ditaduras militares do continente e patenteia a verdadeira face de nossos governantes [...]. Que moral tem o presidente argentino para ser homenageado no Brasil, se em seu país ele fechou o Congresso e perseguiu deputados e senadores?”.¹²⁰

O informe 047/115, de 13 de outubro de 1980, produzido pela APA, apresenta em suas duas primeiras páginas um sintético quadro geral a respeito das manifestações de políticos gaúchos contra a visita do ditador, registradas nos dias anteriores a sua chegada a Porto Alegre, marcada para o dia 23 de agosto. O documento é denso, principalmente pelo conteúdo de seus anexos: dois anais de reuniões oficiais de políticos, na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, no dia 19, e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 20. Na sessão da Câmara de Vereadores, foram destacados os pronunciamentos dos deputados Antônio Cândido Brião Ferreira “Bagé”, do PT, e Glênio Peres, do PDT, de frontal repúdio à presença de Videla. Segundo Antônio Cândido, participante de um comitê de apoio aos refugiados latinoamericanos, a complacência de uma homenagem ou a iniciativa de

¹¹⁶ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80, fl. 02. *Fundo de Arquivos do SNI – Agência RS*.

¹¹⁷ VISITA do Presidente da Argentina. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 18 ago. 1980, p. 8.

¹¹⁸ PROTESTO contra a visita do general Videla. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 13 ago. 1980, p. 14.

¹¹⁹ OPOSIÇÃO gaúcha vê ameaça à abertura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 ago. 1980, p. 12.

¹²⁰ DIAS critica o apoio às ditaduras. *Zero Hora*. Porto Alegre, 18 ago. 1980, p. 16.

manter e expressar respeito ao ditador causador de mais de 30 mil homicídios é incabível e incoerente por parte dos políticos brasileiros; segundo ele, “um povo que apesar dos pesares ainda tem um Parlamento não pode respeitar um ditador, um general qualquer, que fechou todos os parlamentos, um general que matou a juventude, [...] um ditador general que ceifou a vida de milhares e milhares de estudantes que tentaram resistir pela manutenção de um governo eleito”.¹²¹ O deputado, então, fez uma chamada à luta e ao comparecimento ao ato público que seria realizado dias depois, na sexta-feira do dia 22, em frente à Faculdade de Direito da UFRGS. Seu pronunciamento finalizava com um discurso de solidariedade que expressava o repúdio conjunto a todas as ditaduras de Segurança Nacional:

Abaixo o tirano de guerra, abaixo a ditadura do cone sul da América! Viva os irmãos, viva os cidadãos do mundo! Iremos fazer muitos minutos de silêncio, sexta-feira, pelos mortos do Brasil, pelos mortos do Araguaia, pelos mortos do Uruguai, pelos mortos da Argentina, pelos mortos do Chile, pelos mortos do Paraguai e, agora, pelos mortos da Bolívia e pelos mortos da ditadura tirana e nefasta que matou tantos e tantos companheiros brasileiros sob a ditadura, sob os cárceres sujos da ditadura nojenta de Rafael Videla.¹²²

A sessão especial na Assembleia Legislativa, aberta no dia 20 de agosto a pedido do deputado José Fogaça, do PMDB, visava homenagear as *Madres* da Praça de Maio, que lutavam em busca de seus filhos mortos e desaparecidos pelo Estado; a reunião era simultânea à homenagem que Videla recebia no Congresso Nacional, em Brasília. A sessão na Assembleia foi marcada pela retirada da bancada do PDS, liderada pelo deputado Jarbas Lima enquanto Fogaça discursava contra a ditadura argentina e homenageava a luta das *Madres*; tal situação foi manchete de jornais da capital gaúcha que ressaltaram, ainda, a tentativa de agressão física de Lima (PDS) contra o deputado peemedebista.¹²³ Nos anais da Assembleia, anexados ao informe do Serviço, o discurso de José Fogaça presta homenagem às *Madres* da Praça de Maio, em nome da solidariedade e afeto do povo gaúcho aos argentinos, que sofriam nas mãos da ferrenha ditadura:

[...] quando pensamos em dedicar o Grande Expediente desse dia para uma homenagem às “Mães da Praça de Maio” e para todas as vítimas da repressão da Argentina, em nenhum momento estivemos abandonando a ótica fundamental dos interesses nacionais, em nenhum momento estávamos abandonando a ótica fundamental dos grandes interesses do povo brasileiro que, hoje, estão entrelaçados e solidarizados com os interesses dos povos latinoamericanos, oprimidos por regimes militares fascistas, que espezinham a liberdade, que atentam contra a vida e contra o homem. E é justamente a nossa preocupação com o Brasil e com os brasileiros, que nos leva, hoje, a dar a esta homenagem o significado político que ela precisa ter.¹²⁴

¹²¹ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80, fl. 40. *Fundo de Arquivos do SNI – Agência RS.*

¹²² *Ibid.*, fl. 42.

¹²³ PROTESTO tumultua Assembleia gaúcha. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, p. 17.

¹²⁴ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80, fl. 14 e 15. *Fundo de Arquivos do SNI – Agência RS.*

E finaliza:

Quando resolvemos requerer a designação deste Grande Expediente para homenagear estas vítimas [...] e as “Mães da Praça de Maio”, não tínhamos em mente o repúdio a um Chefe de Estado como tal, não tínhamos em vista uma atitude antidiplomática de desagravo às vítimas da repressão para criar dificuldades de relacionamento e convivência com o povo argentino. Ao contrário, o que queremos deixar bem claro aqui é que [...] a associação que ora se faz de interesses políticos e econômicos entre Argentina e Brasil, essa aliança que se consolida, [...] [busca formar com] Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia [...] um bloco coeso de governos ditatoriais para impedir o avanço das forças democráticas e populares da América do Sul. Portanto, o revigoramento, o reforço de um Governo como o de Rafael Videla, na Argentina significa decididamente um obstáculo ao avanço da abertura democrática no nosso país [...].¹²⁵

Assim, o caráter de repúdio à visita do ditador argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, por parte da sociedade brasileira, vinculava, em suma, o desgosto com a homenagem ao chefe de um Estado violador de direitos humanos que praticava o terrorismo de Estado. E ainda mais, denunciava a cooperação entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul na repressão sem fronteiras e conclamava à solidariedade latinoamericana entre os países sob governos autoritários diante da crescente denúncia de violações de direitos humanos na região, fato que começava a ser internacionalmente reverberado pela mídia, rompendo o silêncio criado pela cultura do medo sob a Doutrina de Segurança Nacional. O clima para essas grandes manifestações de oposição era alimentado, também, pela crise econômica decorrente dos projetos econômico-sociais excludentes, pela emergência dos movimentos sociais, que encontraram mais espaço de expressão e luta no período de abertura política e, principalmente, pelo temor de retrocesso - através da identificação de Figueiredo com o governo ditatorial argentino - do já lento e gradual processo de redemocratização política brasileira.

2.2 VIDELA NAS CAPITAIS

Videla desembarcou em Brasília no dia 19 de agosto de 1980, acompanhado por sete ministros, e foi recebido pelo ditador João Baptista Figueiredo no Palácio do Planalto, onde foram executados os hinos nacionais dos dois países na cerimônia oficial de recepção; na solenidade, foram assinados acordos de cooperação bilateral entre Brasil e Argentina nas áreas de formação de recursos humanos e troca de informação técnica no setor nuclear (bem como sua execução), turismo, transporte marítimo, venda de gás e previdência social.¹²⁶

¹²⁵ Informe nº 047/115/APA/80, APA_ACE_1788_80, fl. 36 e 37. *Fundo de Arquivos do SNI – Agência RS.*

¹²⁶ PRESIDENTES assinam atos de cooperação. *Folha da Tarde.* Porto Alegre, 21 ago. 1980, p. 16.



“Brasília, 19 (EBN) – Presidentes Videla e Figueiredo cumprimentam-se na Base Aérea de Brasília, tendo ao lado as duas Primeiras Damas”. Fonte: Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11062.

Fazia semanas que os muros de Brasília e de outras capitais brasileiras amanheciam pichados com a frase “FORA VIDELA”; a imprensa brasileira informava “que o governo argentino pediu discretamente que as palavras [fossem] cobertas” na capital federal.¹²⁷ Na manhã do dia 20 de agosto, um forte esquema de segurança foi montado em volta do Congresso Nacional, enquanto Videla era homenageado pelo legislativo brasileiro em sessão especial. O esquema de segurança “chegou ao extremo de destruir o jardim principal do Congresso, sob a alegação de que roseiras e arbustos de médio porte poderiam esconder inimigos do regime argentino”.¹²⁸ Foi registrado também pela imprensa a recusa, pelo serviço de segurança do Palácio do Planalto, dos pedidos de credenciamentos de doze jornalistas designados a cobrir a visita de Videla.¹²⁹ A sessão de homenagem lotou o Congresso, apesar de ter sido marcada pela ausência das bancadas dos partidos de oposição, contando com a presença de apenas 60 deputados e senadores, além de cerca de 50 oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica brasileira. Apenas dois parlamentares do PP compareceram à sessão, os senadores Hugo Ramos, do Rio de Janeiro, e Valdon Varjão, do Mato Grosso, bem como Paulo Brossard, líder do PMDB no Senado, e o senador Dirceu Cardoso, ex-PMDB e

¹²⁷ PROTESTO não afeta relações. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 16-17 ago. 1980, p. 20.

¹²⁸ POUCOS parlamentares na visita ao Congresso. *Zero Hora*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, página central.

¹²⁹ Entre eles, eram vetados os credenciamentos dos jornalistas Olga Curado e Sérgio Chacon (*O Estado de São Paulo*); Nélio Lima, Henrique Gonzaga Jr. e Juarez Pires (*Folha de São Paulo*); Carlos Marchi e Cora Ronai (*Jornal do Brasil*); Luís Recena, Andrei Mereles, Célia de Nadal e Hélio Contreiras (*O Globo*); e Aloísio Santos (*Gazeta Mercantil*). In: JORNALISTAS não recebem credenciais do Planalto. *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 ago. 1980, página central.

então sem partido, do Espírito Santo, todos aplaudindo com euforia o ditador.¹³⁰ A atitude de Brossard, ao prestar homenagem ao ditador contrariando a decisão coletiva do partido, gerou polêmica e intenso debate entre seus correligionários; deputados do PMDB do Paraná cogitaram sua expulsão do partido,¹³¹ enquanto que, para os grupos governistas, a atitude do senador representou um investimento à sua própria carreira, à medida em que prestou “oposição respeitável”, demonstrando “respeito às tradições históricas que unem as duas maiores nações do continente”.¹³²

À tarde, no Palácio do Burity, em Brasília, o ditador argentino entregou à cidade, através do governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, o monumento “Forma Espacial do Plano”, do artista plástico argentino Enio Iommi¹³³, visitando em seguida o Supremo Tribunal Federal.¹³⁴ Em entrevista coletiva à imprensa, quando indagado sobre seu governo na Argentina, Videla disse que os mortos, desaparecidos e presos políticos de seu país são “as consequências da guerra” e foram o preço pago “lamentavelmente” no combate ao “terrorismo subversivo”, buscando amenizar assim as, segundo ele, injustificáveis denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado platino.¹³⁵ Pode-se ver no teor dessas informações a tese central defendida pela ditadura argentina – a qual, em igual ou menor medida, foi usada nas demais ditaduras do Cone Sul –, que o enquadramento da oposição organizada em movimentos sociais, armados ou não, foi resultado de uma guerra interna promovida pelo comunismo internacional através da utilização de métodos subversivos. Essa argumentação, sustentada pela DSN, gerou a conhecida “teoria dos dois demônios”, dividindo a responsabilidade da violência política, que ocorreu nos contextos dos anos 60 e 70, com as organizações de oposição. Ou seja, com essa argumentação, torturas, execuções, desaparecimentos e outras formas de violência estatal foram diluídas como saldo dessa pretensa “guerra civil”. Por isso, deve-se salientar que, em meio às reuniões diplomáticas, foi confirmado por Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, que o Brasil votaria contra a condenação da Argentina no relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Portanto, o Brasil assumia, oficialmente, uma postura de conivência como havia feito anteriormente em relação ao Chile de Pinochet quanto às violações de direitos humanos. A jornada desse dia concluiu à noite com um pomposo jantar realizado na casa do

¹³⁰ POCOS parlamentares na visita ao Congresso. *Zero Hora*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, página central.

¹³¹ COMEÇAM a surgir repercussões políticas. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 30.

¹³² O ENCONTRO de Videla e Figueiredo. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 4.

¹³³ Artista plástico argentino vanguardista, autor de diversas obras em espaços públicos, reconhecido internacionalmente. Não encontrei referências à sua atuação ou posição política, favorável ou contrário ao regime de Videla.

¹³⁴ MONUMENTO em Brasília, um presente argentino. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, p.16.

¹³⁵ VIDELA explica repressão e lamenta mortos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1980, capa.

embaixador argentino Oscar Camillion, que contou com a presença dos dois ditadores, Videla e Figueiredo.¹³⁶

A visita de Videla ao Rio de Janeiro, no dia seguinte, contou também com um rigoroso esquema policial e militar montado para sua chegada, incluindo a presença de dois helicópteros. No Rio, Videla prestou homenagem a José de San Martín, prócer argentino, no seu monumento a este na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde foi depositada uma coroa de flores. Enquanto isso, um ato contra Videla havia sido organizado pelas seções do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do Rio de Janeiro e de São Paulo, pela Comissão de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos (CBSPLA) e outras representações; seu objetivo era entregar ao Consulado da Argentina, no Botafogo, documentos denunciando o desaparecimento de cidadãos brasileiros na Argentina, e de cidadãos argentinos no Brasil. Entretanto, isso não aconteceu em função de que não havia expediente no Consulado devido à visita do mandatário do seu país ao Rio de Janeiro. Uma carta redigida ao povo brasileiro e assinada por diversas entidades de classe e estudantis, manifestava o protesto contra essa visita:

Nosso protesto, nosso repúdio, nossa denúncia, é produto de compromisso histórico que temos com a luta pela democracia no Brasil e no mundo, não permitindo que fiquemos alheios e silenciosos diante dos atentados, mortes, crimes, torturas, exílio, que se abate sobre o país irmão e, em especial, sobre os combativos patriotas argentinos que lutam pela justa libertação de seu povo.¹³⁷

No final da tarde, um comício organizado por estudantes e militantes da Convergência Socialista na Cinelândia, no Rio, reuniu um pequeno grupo de pessoas que distribuía panfletos em desagravo à comitiva visitante; um cartaz com a inscrição “Fora Videla” foi exposto em frente à Câmara Municipal, enquanto o grupo gritava “um, dois, três, quatro, cinco mil, abaixo a ditadura na Argentina e no Brasil”. Há poucos metros dali, próximo ao Teatro Municipal, três viaturas da polícia mantinham-se alertas frente a qualquer sinal de distúrbio. Segundo um dos membros da Convergência Socialista presente no local, outro ato em repúdio a Videla fora cancelado por receio da repressão policial.¹³⁸

No dia 22 de agosto, o presidente argentino chegou à capital paulista recepcionado pelas pichações de “FORA VIDELA” nos muros da cidade. Poucos dias antes, o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) havia apresentado na Assembleia Legislativa uma solicitação de informações, a ser dirigida a Videla no dia de sua chegada a São Paulo, a respeito de treze brasileiros desaparecidos na Argentina. Tal lista havia sido elaborada pelo Comitê Brasileiro

¹³⁶ À NOITE, o apelo à coesão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1980, p. 4.

¹³⁷ COMISSÃO vai ao Consulado no Rio. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 ago. 1980, p. 02.

¹³⁸ Idem.

de Anistia.¹³⁹ Apesar da imprecisão das informações na época, todos os nomes encontram-se na lista de mortos e desaparecidos constantes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014 e pertencem a cidadãos vistos pela última vez na Argentina ou na fronteira do país com o Brasil.¹⁴⁰

Os atos de protesto contra Videla em São Paulo foram de singular natureza. Aconselhado por sua comitiva a não realizar a visita à capital paulista, devido a informações de que seria difamado com manifestações contrárias (visíveis nas pichações dos muros pelas cidades), o ditador argentino quase teve sua viagem cancelada, buscando evitar os protestos.¹⁴¹ Recepcionado pelo governador Paulo Maluf e homenageado por 41 alunos do Colégio Sarmiento de São Paulo e integrantes da colônia argentina no estado, Videla recebeu uma placa comemorativa.¹⁴² Na capital paulista as manifestações de repúdio à violência estatal praticada pelas ditaduras argentina e brasileira foi elevada a outras proporções. Numa passeata pacífica organizada por entidades feministas, cerca de 500 mulheres (em sua maioria de mais idade) trajando luto e lenço branco na cabeça, em homenagem às *Madres* argentinas, percorreram o trajeto da Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal paulista, até o Largo São Francisco. Eram as mães dos brasileiros desaparecidos, junto com seus familiares e amigos. Ao longo do trajeto, centenas de populares se uniram à marcha, que foi encerrada com cerca de mil pessoas. Na frente da passeata, a mãe de Maria Regina Marcondes Pinto, dona Ivete, e a mãe de Sidney Marques dos Santos, dona Maria, ambos cidadãos

¹³⁹ “1) Jorge Alberto Basso, militante do Partido Operário Comunista, exilado no Chile até o golpe de setembro de 73, quando viajou para a Argentina. Preso no dia 15 de abril de 76, em um hotel do centro de Buenos Aires, está desaparecido desde então; 2) Sidney Fix Marques dos Santos, militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista, exilado na Argentina desde 1972, sequestrado às 21h30 do dia 15 de fevereiro de 1976, por agentes da Superintendência da Segurança Federal; 3) Maria Regina Marcondes Pinto, sequestrada em abril de 1976, juntamente com Edgardo Enriquez Espinosa, militante do MIR chileno; 4) Roberto Rascado Rodrigues, estudante do 2º ano de Engenharia da Universidade Federal de Buenos Aires, sequestrado por seis elementos com uniforme da Marinha, em fevereiro de 1977; 5) Francisco Tenório Júnior, músico do conjunto de Vinícius de Moraes, desapareceu no dia 18 de março de 1976; 6) João Batista Rita, estudante secundarista, banido do Brasil em janeiro de 1971. Foi preso no dia 11 de setembro de 1973, juntamente com o major Joaquim Pires Cerveira, por um grupo de homens armados que falavam português, segundo as testemunhas; 7) Major Joaquim Pires Cerveira, militante da Frente de Libertação Nacional, banido em junho de 1970, preso juntamente com Batista Rita; 8) Luís Renato do Lago Faria, estudante do 6º ano da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, morava na Argentina desde 1973 e desapareceu depois de despedir-se de um amigo na Estação Rodoviária de Buenos Aires, no dia 7 de fevereiro de 80; 9) Walter Kenneth Néelson Fleury, desaparecido desde 9 de agosto de 1976; 10) Daniel José de Carvalho, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), banido do Brasil em janeiro de 1971 e desaparecido desde dezembro de 1973, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil, caso em que estão também outros três nomes da lista; 11) Edmur Pércles Camargo, banido em janeiro de 1971, inicialmente morou no Chile e depois mudou-se para Buenos Aires; 12) Joel José de Carvalho, militante da VPR, também banido em 1971; e 13) José Lavechia, igualmente militante da VPR e banido em 1970”. In: APELO por 13 desaparecidos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 ago. 1980, p. 5.

¹⁴⁰ BRASIL, op. cit. pp. 642, 1452, 1458, 1683, 1695, 1700, 1817, 1822, 1832, 1842, 1861, 1903 e 1942.

¹⁴¹ VIDELA evitará protestos de SP. *Veja*. São Paulo, 06 ago. 1980, p. 34.

¹⁴² VIDELA evita contato com a imprensa em São Paulo. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22 ago. 1980.

brasileiros desaparecidos na Argentina em 1976, choravam muito durante a caminhada e, juntas, emocionavam todos que as viam passar.¹⁴³

Várias faixas negras, escritas em branco, foram distribuídas entre as participantes da caminhada - também em protesto contra a visita do Presidente Videla: “Argentinas e brasileiras, na mesma dor”; “Mulheres brasileiras apoiam mães da Praça de Maio”; “Onde estão os brasileiros desaparecidos na Argentina?”; “Onde estão os argentinos desaparecidos no Brasil?; “Prisões, mortes, violência, basta!”. Em cartazes menores, sempre precedidos da pergunta “onde está” o nome de brasileiros que desapareceram na Argentina. [...] A menina Luiza, de 4 anos, ia na frente das duas mães, segurando um pequeno cartaz, feito de improviso: “Onde estão as crianças desaparecidas na Argentina?”.¹⁴⁴

Durante toda a estadia de Videla no Brasil, as capitais brasileiras fervilhavam politicamente e diversas denúncias contra a ditadura argentina ocupavam espaços nos jornais. Entre estas manifestações, é importante ressaltar a denúncia feita pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), no dia 21 de agosto, sobre o desaparecimento de, no mínimo, 191 crianças, filhas de presos políticos; junto à denúncia, era feita a sugestão de acréscimo de outro princípio à Declaração da ONU sobre os Direitos da Criança, no qual fosse fornecido a toda criança o direito de ser criada pela própria família. Segundo o documento, “desde o golpe de março de 1976, pelo menos 99 adolescentes e 14 crianças foram sequestradas juntamente com seus pais e levadas para locais ignorados, e pelo menos 78 mulheres grávidas foram sequestradas, dando à luz no cativeiro a filhos cujo destino é ignorado”.¹⁴⁵ Hoje sabe-se, principalmente através da luta das *Madres e Abuelas* da Praça de Maio, que mais de 500 crianças filhas de presos, mortos ou desaparecidos políticos na Argentina tiveram suas identidades roubadas através de sequestros e apropriações promovidas pelo Estado de Segurança Nacional; a maioria delas acabaram sendo criadas por famílias de militares ou pessoas adeptas ao regime. Segundo Padrós (2007),

pode-se afirmar que as crianças seqüestradas foram transformadas em parte do saque obtido na luta contra a “subversão”. Segundo as avaliações dos grupos de especialistas que auxiliam as organizações de familiares de desaparecidos nos diversos países, as hipóteses utilizadas para compreender tal comportamento repressivo giram em torno de uma questão central: as crianças arrancadas do convívio familiar e tornadas prisioneiras expressavam o endurecimento extremado da violência estatal no sentido de apagar qualquer vestígio do “inimigo interno”. Essa é a essência da transformação dos filhos dos “subversivos” em “botim de guerra”.¹⁴⁶

No Rio Grande do Sul, o advogado Juez Jover, da executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Rio Grande do Sul (CBA/RS), juntamente com representantes do DCE da

¹⁴³ MULHERES, de preto, promovem passeata. *Jornal do Brasil*, 23 ago. 1980, p. 4.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ DENÚNCIA: 190 crianças desaparecidas desde 76. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, p. 17.

¹⁴⁶ PADRÓS, Enrique Serra. “Botim de Guerra”: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platinos. *Caxias do Sul: MÉTIS: história & cultura* - v. 6, n. 11, p. 141-161, jan./jun. 2007. p. 143.

UFRGS e da UEE, entregou no dia 21 de agosto no consulado argentino de Porto Alegre um documento para que fosse encaminhado a Videla, quando de sua presença na capital gaúcha no dia 23, no qual solicitava-se esclarecimento do desaparecimento de sete brasileiros na Argentina,¹⁴⁷ como vinha ocorrendo nas demais capitais. O documento consta anexado ao informe 70/119 produzido pelo SNI na APA; nele, Jover cita o temor de que os brasileiros teriam sido executados no país vizinho por motivos de ordem política e solicita que, “se tais execuções realmente tiverem ocorrido, torna-se imperativa a explicação das mesmas e a imediata devolução dos corpos às respectivas famílias”.¹⁴⁸ Segundo o advogado, a entrega do documento no consulado argentino foi marcada pelo fato do cônsul geral em Porto Alegre, Joaquim Otero, negar-se recebê-lo, sendo a entrega feita à cônsul-adjunta Maria Ester Felippo, que não garantiu que o pedido chegasse às mãos de Videla.¹⁴⁹

Em Porto Alegre, o clima não era diferente daquele encontrado nas demais cidades. Pichações de “FORA VIDELA” estampavam as ruas e muros de pontos centrais da cidade, expressando o repúdio e hostilidade à presença do argentino.¹⁵⁰ O clima de tensão era palpável, detectado também pelos órgãos de segurança, que temiam manifestações radicalizadas. Em matéria do dia 13 de agosto, mais de uma semana antes da chegada do ditador à capital gaúcha, a revista *Veja* publicou um pequeno parágrafo intitulado “Videla em P. Alegre preocupa”, que revela a movimentação dos setores de segurança e inteligência na contenção dos movimentos da oposição; os limites da “democracia forte”, do governo Figueiredo, pareciam tomar evidência ao tratar os “pontos de pressão” como “inimigos internos”;¹⁵¹ na matéria, consta:

O Planalto está certo de que a visita do presidente argentino Jorge Rafael Videla ao Brasil, a partir do dia 19, será um rastilho para manifestações de grupos radicais e estudantis. Já foram localizadas preparações de protestos contra Videla no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas a cidade que preocupa mesmo o governo é Porto Alegre. Tanto que os preparativos praticamente escaparam às mãos do Itamaraty, concentrando-se na área militar e de segurança.¹⁵²

A passagem de Videla por Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, embora marcada por episódios de homenagem, convívio ou indiferença à sua presença foram, principalmente, demonstrações conjuntas de movimentos de repúdio à sua visita, ao seu governo, e ao que ele

¹⁴⁷ Em comparação à lista apresentada por Suplicy na Assembleia Legislativa em São Paulo, na solicitação de Juarez Jover não constam os nomes de João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, Walter Kenneth Néelson Fleury, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho e José Lavechia.

¹⁴⁸ Informe nº 70/119/80, APA_ACE_1770_80, fl. 11. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*.

¹⁴⁹ CBA quer saber de pessoas sumidas. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 22 ago. 1980, p. 17.

¹⁵⁰ OPOSIÇÃO gaúcha vê ameaça à abertura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 ago. 1980, p. 12.

¹⁵¹ ALVES, op. cit. p. 257.

¹⁵² VIDELA em P. Alegre preocupa. *Veja*. São Paulo, 13 ago. 1980, p. 31.

representava à luta pela democracia brasileira e dos demais países do Cone Sul. A despedida da sua visita ao Brasil em Porto Alegre, no sábado 23 de agosto. Um almoço de despedida ocorreria no Palácio Piratini, tendo como anfitrião o Governador do Estado (Interventor nomeado pelo poder discricionário vigente) José Augusto Amaral de Souza; entretanto, algo marcaria esse encontro, diferenciando-o dos demais; João Baptista Figueiredo também compareceria à despedida em Porto Alegre. Paralelamente, o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos preparava um ato público de repúdio marcado para a manhã da véspera da chegada dos dois ditadores à capital gaúcha. O encontro e seus desdobramentos, na Avenida João Pessoa, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, marcaria a história do movimento estudantil gaúcho e reforçaria o papel de importantes setores de resistência portoalegrense frente às ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Os estudantes, que vinham desde 1977 retomando sua luta no espaço público, após anos de repressão, montariam uma verdadeira trincheira de denúncias, resistência e confronto visando impedir que o protocolo oficial realizasse, nas ruas de Porto Alegre, a homenagem da ditadura brasileira à ditadura argentina. Enquanto isso, os “olhos” e “ouvidos” da ditadura também sentavam-se às classes e participavam das manifestações junto aos estudantes; a ditadura, aparentemente em face de retração autoritária, se mostrava ainda muito viva nos arquivos secretos da repressão aqui revelados. Agentes infiltrados do serviço de informações espalhavam-se pelas reuniões e assembleias estudantis, vigiando, organizando informes, anotando nomes, produzindo relatórios e registrando fotografias daqueles que seriam reconhecidos, anos mais tarde, não como subversivos, provocadores ou terroristas ao serviço do comunismo internacional, mas como jovens heróis anônimos da resistência de um dia chuvoso de agosto de 1980.

3 “NEM VIDELA, NEM FIGUEIREDO!”

Compreender a posição geográfica do Rio Grande do Sul na região do Cone Sul é de grande relevância para dimensionar a tensão gerada pela chegada de Jorge Rafael Videla ao Brasil e, especialmente, sua visita ao estado sulino. Por possuir fronteira comum com a Argentina e o Uruguai, ao longo dos sucessivos golpes de Estado de Segurança Nacional deflagrados na região, o Rio Grande do Sul tornou-se uma rota de entrada, saída ou passagem de cidadãos da mesma (muitas vezes de forma clandestina), assim como teve seu policiamento e controle fronteiriço acirrado, ainda mais após a conformação da estrutura repressiva conhecida como Operação Condor. Para a ditadura brasileira, o estado gaúcho deveria constituir uma espécie de baluarte da defesa nacional. Para os perseguidos políticos brasileiros após o golpe de 1964, o Rio Grande do Sul era um corredor ou rota de fuga por onde poderiam escapar, buscar refúgio e organizar suas resistências no Uruguai, Argentina ou Chile, principalmente, dependendo da conjuntura do momento. Posteriormente, poderiam tentar voltar de forma clandestina ao Brasil para retomar, em muitos casos, alguma forma de resistência.¹⁵³ Em 1968, ao ser promulgado o decreto-lei 348, diversos municípios brasileiros foram declarados de interesse para a segurança nacional, sendo cerca de um terço deles gaúchos.¹⁵⁴ Com os golpes de Segurança Nacional no Uruguai (junho de 1973), Chile (setembro de 1973) e Argentina (março de 1976), o estado passou a servir de entrada para muitos perseguidos políticos destes países também. Apesar de fazer parte de um país marcado por uma ditadura, o Rio Grande do Sul constituía uma porta de acesso ao Brasil, ou seja, de fuga contra a perseguição político-ideológica dos países vizinhos e, para muitos perseguidos, de reorganização da luta e resistência ou de superar o desespero pela urgente sobrevivência.

Ao longo da visita de Videla, diversas organizações de direitos humanos tomaram providências no sentido de proteger os cidadãos argentinos exilados no Brasil; o caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, em novembro de 1978, ainda assombrava a comunidade de estrangeiros; receava-se de que o Condor, aproveitando a ocasião e presença de efetivos de segurança argentinos e brasileiros nas ruas da capital gaúcha, pusesse suas garras nos perseguidos políticos dentro da lógica de “fronteiras ideológicas” das ditaduras do Cone Sul. No Brasil, a Lei dos Estrangeiros, recém promulgada, criava um clima ainda maior de medo e tensão entre os exilados.

¹⁵³ PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de segurança nacional. In: _____; et. al. (orgs) **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**. Memória e história. v. 3. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 37.

¹⁵⁴ Ibid. p. 41.

[...] se temia que os possíveis presos fossem devolvidos à Argentina, de forma legal ou ilegal, o que poderia ocorrer no caso de manifestações de exilados, já que a legislação brasileira proíbe os estrangeiros de participarem de atividades políticas. Independentemente da forma escolhida, o resultado final para o repatriado por motivo político seria, na melhor das hipóteses, o cárcere, quando não o derradeiro roteiro: tortura, morte e desaparecimento.¹⁵⁵

Em São Paulo, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e as igrejas Metodista e Presbiteriana ofereceram o referido amparo jurídico e jornalístico aos argentinos que moravam na cidade. Uma comissão de plantonistas voluntários tratou de vigiar de perto os exilados a fim de evitar prisões arbitrárias ou sequestros, como o ocorrido com os uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz; nesse sentido, uma equipe de advogados se manteve alerta a qualquer solicitação de intervenção. De fato, o socorro jurídico passou a funcionar no dia da chegada de Videla, na terça-feira do dia 19, com cerca de trinta advogados no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Segundo Jaime Wright, pastor membro do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, “tornou-se comum a realização nos países latinoamericanos de ‘operações limpeza’ quando da visita de autoridades estrangeiras”.¹⁵⁶ Em Porto Alegre, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) também montou um plantão; durante a semana de visita do ditador argentino ao Brasil, uma equipe de oito advogados (entre eles Ibsen Pinheiro e Eloar Guazzelli), montada na sede da entidade, na Rua dos Andradas, Centro Histórico da cidade, foi mobilizada para intervir em qualquer caso de detenção ilegal ou ação repressiva das ditaduras.¹⁵⁷ A capital gaúcha iniciava, assim, os preparativos para a chegada de Videla, que haviam começado muito antes do anúncio de sua visita; o recente golpe de Estado na Bolívia, em julho de 1980, que contou com apoio e colaboração dos governos argentino e brasileiro, despertou a atenção da juventude para a solidariedade democrática na América Latina, criando o panorama de ebulição e efervescência política, propícios para o desenrolar dos acontecimentos de agosto daquele ano.

Um ato público de repúdio ao golpe de Estado na Bolívia foi registrado em Porto Alegre pelos órgãos de informações no dia 19 de julho, em informe de número 098/116/APA/80, produzido pela APA em 5 de setembro.¹⁵⁸ Ao final do ato, a Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros (FRACAB), o grupo Liberdade e Luta (LIBELU), o MJDH do Rio Grande do Sul, bem como as organizações do

¹⁵⁵ FERNÁNDEZ, 2014, op. cit. p. 30.

¹⁵⁶ REFUGIADO político terá apoio jurídico. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 19 ago. 1980, p. 16.

¹⁵⁷ COMITÊ gaúcho convoca para manifestação. *Zero Hora*. Porto Alegre, 21 ago. 1980, página central.

¹⁵⁸ Informe 098/116/APA/80, APA_ACE_1704_80. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

movimento estudantil como o DCE da UFRGS e da UNISINOS e o Centro de Estudantes de Engenharia da UFRGS (CEUE), defenderam a criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino Americanos (CBSPLA) em Porto Alegre.¹⁵⁹ O golpe deflagrado pelo general Luis García Meza na Bolívia foi o estopim para a decisão de se abrir uma seção do comitê em solo gaúcho. Segundo o informe, sua instalação, no dia 4 de agosto, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, tinha por objetivo unir forças à resistência contra as ditaduras ao “conscientizar os povos da América Latina que estão passando uma situação muito difícil e evitar que as ditaduras militares tomem conta da situação por completo. Na ocasião, ficou estabelecido também que o comitê deverá denunciar todas as arbitrariedades cometidas pelo governo, órgãos de segurança e atos de terrorismo”.¹⁶⁰

No mesmo dia, foi escolhida uma pré-comissão para elaborar a primeira ação do comitê (cujos integrantes tiveram seus nomes registrados por agentes da repressão no informe do SNI),¹⁶¹ a fim de preparar uma manifestação de caráter hostil à presença de Videla em Porto Alegre. Durante o ato de instalação do CBSPLA na Assembleia, foi lida uma nota pela imprensa alternativa que repudiava os atos de terrorismo praticados pela ditadura brasileira, bem como os ataques da extrema direita a bancas de jornais e as ameaças do CCC contra a Livraria Combate, de José Carlos Dias de Oliveira.¹⁶² O ato contou com a presença de cerca de 80 pessoas, das quais 12 foram identificadas por agentes dos órgãos de informação possivelmente infiltrados, sendo basicamente militantes de organizações políticas de esquerda e integrantes do movimento estudantil gaúcho.¹⁶³

As primeiras manifestações estudantis de repúdio à visita de Videla e Figueiredo em Porto Alegre foram registradas nos dias seguintes; segundo o informe 70/119, as atividades iniciais ocorreram em uma reunião na sede do CEUE da UFRGS, organizada pelo Conselho Estadual de Estudantes Livres do RS (CEE/UEE/LIVRE/RS), entre os dias 16 e 17 de agosto,

¹⁵⁹ Informe 098/116/APA/80, APA_ACE_1704_80, fl. 01. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

¹⁶⁰ Ibid, fl. 01 e 02.

¹⁶¹ “ADELI SELL, professor do MUTE. Agitador e representante do jornal ‘O TRABALHO’, órgão da OSI [Organização Socialista Internacionalista]; ANTÔNIO CUNHA LOSADA, subversivo da VPR. Cumpru pena até recentemente; DENIOR JOSÉ MACHADO, ativista do ME/RS [movimento estudantil]. Membro da Convergência Socialista; DAVID FIALKOW SOBRINHO, presidente da UEE LIVRE/RS. Ativista do ME. Grupo UNIDADE E LUTA, apoiado pelo PCdoB; FIRMO RODRIGUES DA TRINDADE, economiário e membro da comissão pró-PT. Agitador; JOSÉ CARLOS DIAS DE OLIVEIRA, membro do PT e proprietário da Livraria Combate; JOSÉ ROBERTO, membro do PT (possivelmente trata-se de CARLOS RENATO DA SILVEIRA, bancário, que usa os nomes falsos de PAULO ROBERTO OZIR DA SILVEIRA, JOSÉ ROBERTO OZIR DA SILVEIRA ou JOSÉ RENATO ONI DA SILVEIRA)”. In: Ibid, fl. 02.

¹⁶² Ver nota 86.

¹⁶³ Ana Ruth Mendes da Fonseca; Sandra Helena Neumann Machado Maestri; Francisco Daniel Lourenço da Silva; Leonilse Fracasso Guimarães; Elizabete Primo Portugal; José Losada; Elizabete Zardo Filho; Luiz Alberto Rodrigues; Dagmar Anelise Pithar Felker; Izabel de Souza Costa; Ana Ruth Fonseca de Lima e Paulo Grapiglia. In: Ibid. fl. 03.

que pretendia traçar as diretrizes para o ato público programado para o dia 22 daquele mesmo mês, véspera da chegada de Videla a Porto Alegre. Circulava a informação de que as autoridades da cidade aproveitariam a presença do argentino para reinaugar a Praça Argentina, localizada na Avenida João Pessoa, atrás do Hospital da Santa Casa, a menos de 50 metros do Campus Central da UFRGS. A praça havia passado por uma recente reforma e limpeza, com a revitalização da pavimentação e nivelamento de meios-fios, bem como a recuperação dos bancos, escadas, muros e espelho d'água; o governo argentino doou ao local diversos brinquedos infantis e placas com o nome da praça foram espalhadas ao longo de sua extensão;¹⁶⁴ a presença de Videla e Figueiredo, assim, marcaria em um ato de solenidade a reinauguração simbólica daquele espaço, e uma placa de bronze, doada pelo ditador argentino ao Prefeito Socias Villela (PDS) marcando sua passagem pela capital, seria instalada no sábado 23, pela manhã, antes do seu regresso a Buenos Aires.¹⁶⁵ Entretanto, a presença dos dois ditadores naquele local, tão próximo à Universidade Federal Rio Grande do Sul, um dos centros de resistência e luta pelas liberdades democráticas no estado, foi levada pelos estudantes como “uma grande provocação”.¹⁶⁶

Os dias que antecederam a chegada de Videla a Porto Alegre, como visto, foram marcados pela intensa mobilização dos políticos gaúchos da oposição, que em sessão especial na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no dia 20 de agosto, discursaram em repúdio à vinda de Videla ao país, com destaque para a atuação dos deputados José Fogaça (PMDB) e Antônio Cândido “Bagé” (PT). No mesmo dia, uma grande quantidade de panfletos foi distribuída pelo CBSPLA convocando a população a unir-se aos estudantes em frente ao prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, na manhã da sexta-feira 22 (véspera da chegada de Videla a Porto Alegre), em uma manifestação pública de repúdio a tudo que sua presença no Brasil representava, bem como à presença de Figueiredo na reinauguração da Praça Argentina. A natureza do panfleto, entretanto, chama atenção pelo seu caráter de solidariedade democrática dos brasileiros para com os povos argentino e boliviano, especialmente, mas para com todos os países latinoamericanos, de um modo geral. O ato da sexta-feira não tinha por objetivo apenas criticar a ditadura instalada na Argentina, mas continha também um sentimento de repúdio aos regimes de Segurança Nacional do Cone Sul como um todo. A oposição, portanto, não se baseava apenas na

¹⁶⁴ BRINQUEDOS, presente à Praça Argentina. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 e 24 ago. 1980, p.17.

¹⁶⁵ BORTOT; GUIMARAENS. op. cit. p. 237.

¹⁶⁶ Idem.

denúncia à ditadura argentina, mas também à brasileira. Intitulado “NÃO QUEREMOS MAIS UM DITADOR NO BRASIL! FORA VIDELA!”, o panfleto declarava:

Nesta semana chega ao Brasil o chefe da ditadura militar fascista da Argentina. O seu nome é Rafael Videla. Responsável pelos assassinatos, torturas, prisões e desaparecimentos de milhares de trabalhadores, jovens, intelectuais e opositores à ditadura sanguinária por ele chefiada. Esta ditadura tem assassinado e reprimido violentamente o povo argentino para defender os interesses de seus exploradores. Ela existe para combater e destruir as lutas democráticas dos trabalhadores e do povo argentino.¹⁶⁷

Além disso, o caráter de solidariedade internacional do protesto organizado pelo CBSPLA e movimento estudantil, realizado na sexta-feira, foi expresso na crítica à aprovação do Estatuto dos Estrangeiros, identificado como “um presente valioso” de Figueiredo a Videla, ao referir-se à caça aos exilados argentinos no Brasil pela nova legislação. Por outro lado, a cooperação entre as ditaduras latinoamericanas também foi atacada:

VIDELA VEM AO BRASIL para estreitar ainda mais os acordos com a ditadura brasileira, e assim consolidar a integração dos aparelhos repressivos das ditaduras do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e agora também a Bolívia). Lembremos do sequestro dos uruguaios aqui no Brasil e o apoio das ditaduras argentina e brasileira ao golpe fascista dos gorilas bolivianos. [...] DEVEMOS DENUNCIAR os acordos entre as ditaduras sanguinárias do Cone Sul e prestar a nossa solidariedade ao POVO ARGENTINO na sua luta contra a ditadura de Videla e pelas liberdades democráticas.¹⁶⁸

Outros panfletos de denúncia e convocação à manifestação eram distribuídos por aqueles dias. Um deles, também documentado no informe 098/116,¹⁶⁹ contou com a assinatura de diversas entidades estudantis, movimentos sociais e de direitos humanos;¹⁷⁰ nele, além das denúncias dos ataques terroristas de grupos da extrema direita contra bancas e livrarias no Brasil e das dezenas de milhares de mortos e desaparecidos políticos no país vizinho, foi feita uma homenagem às *Madres* da Praça de Maio da Argentina:

[...] a visita de um representante das forças mais repressivas do continente [...] constitui uma afronta à consciência humanística dos nossos povos, principalmente no momento em que ainda temos presente a angústia, a dor e o sofrimento das mães argentinas, cujos filhos desapareceram ou morreram, vitimados pela repressão. A comovente luta, internacionalmente sustentada por “LAS LOCAS DE LA PLAZA DE MAYO”, mais do que nunca estimula nossa vigilante participação na denúncia de todas as ofensas aos Direitos Humanos.¹⁷¹

À medida que se aproximava o dia da chegada da comitiva argentina, mais se acirrava a tensão política na cidade e mais muros e prédios da área central apareciam com inscrições

¹⁶⁷ Informe 098/116/APA/80, APA_ACE_1704_80, fl. 09. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

¹⁶⁸ *Idem.*

¹⁶⁹ *Ibid.* fl. 06 e 07.

¹⁷⁰ Entre eles, constava: “Comitê Brasileiro pela Anistia/RS, União Gaúcha de Estudantes Secundaristas, Sindicato dos Jornalistas, Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos, Sindicato dos Metalúrgicos, UEE/RS, CUE/UFRGS, DIU/URGS, DAIC/PUC da Medicina/PUC, DCE/UFRGS, PDT, PMDB, PT, Comissão de Justiça e de Direitos Humanos”. In: *Idem.*

¹⁷¹ *Idem.*

de “FORA VIDELA”. Diversos cartazes eram colados pelas imediações do Campus Central da UFRGS, nos espaços de convivência estudantil e diretórios acadêmicos, sendo um deles também registrado pelos órgãos de informações, comunicando o local e hora da concentração às 11h em frente à Faculdade de Direito da UFRGS, na manhã de sexta-feira. Nesses cartazes, constavam as palavras de ordem “Abaixo às ditaduras latino-americanas! Fora Videla! Pelo direito de asilo em solo brasileiro de todos os refugiados políticos latinoamericanos! Fora Figueiredo! Contra o novo Estatuto dos Estrangeiros”.¹⁷² Dentro desse clima, o movimento estudantil preparava-se para aqueles que seriam dias que marcariam a história da resistência às ditaduras do Cone Sul.

3.1 RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: TRINCHEIRA DE LUTAS

Chovia fino na manhã do dia 22 de agosto em Porto Alegre; era o inverno de 1980, e apesar do frio e umidade, dezenas de estudantes encontraram-se sob as marquises da Faculdade de Direito da UFRGS, na Av. João Pessoa, centro da cidade. Na grande maioria eram estudantes da própria UFRGS, embora houvesse uma minoria da PUC/RS e de outras instituições; perto do meio dia, pouco mais de 50 manifestantes estavam a postos, prontos para iniciarem o ato de repúdio a Videla, quando um cerco da Brigada Militar aproximou-se fechando todas as avenidas e ruas de acesso ao local. A polícia tratou de montar um forte esquema de segurança a fim de conter qualquer tipo de manifestação ou desordem provocadas pelos estudantes. Diversas viaturas, camburões e tropas integravam o esquema, e “não muito distante do local, um caminhão militar abrigava uma tropa de choque, com apetrechos e bombas de gás lacrimogêneo”.¹⁷³ Do outro lado da avenida, na Casa dos Estudantes Universitários (CEU), localizada acima do Restaurante Universitário (RU), as sacadas estavam lotadas de estudantes que observavam a intensa movimentação repressiva montada contra os manifestantes; nos parapeitos havia diversos cartazes em desagravo à presença de Videla e Figueiredo. De um lado, a concentração de estudantes, buscando exercer sua liberdade de expressão manifestando o repúdio à presença dos ditadores que estariam na capital no dia seguinte; de outro, a Brigada Militar acionada pelas autoridades com tropas armadas de cassetetes, escudos, capacetes e capas de chuva. A ordem era clara: impedir o protesto. O cenário e palco de confronto estava montado.

¹⁷² Informe 098/116/APA/80, APA_ACE_1704_80, fl. 08. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

¹⁷³ MANIFESTAÇÃO dos estudantes. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 e 24 ago. 1980, p. 21.

Um intenso engarrafamento se formou, estendendo-se aproximadamente até a Av. Venâncio Aires. De vários pontos próximos da praça, policiais manuseavam transmissores portáteis e comandavam a tropa em volta do cerco; um agente cinegrafista da corporação também estava presente, filmando de alto a baixo os alunos postados nas sacadas da CEU e no saguão do RU. Dos estudantes era possível sentir a tensão daquele momento; Fredo Ebling Júnior, diretor local da UNE, e Luís Alberto Rodrigues, vice-presidente do DCE/UFRGS, tentaram dialogar com o comandante da Brigada Militar, explicando que a pretensão do ato era de dirigirem-se todos, pacificamente, até a frente do Consulado da Argentina, a poucas quadras dali, onde a manifestação seria encerrada; frente à negativa do comandante em permitir o deslocamento, um grupo de estudantes atravessou a Av. João Pessoa em direção ao RU e o caos finalmente se instalou.¹⁷⁴

A tropa de choque avançou com agressividade e rapidez sobre os estudantes que, nesse momento, contavam com cerca de o dobro do número inicial de manifestantes, ante a chegada de mais estudantes enquanto ocorriam as frustradas negociações com a Brigada Militar, ao pretenderem dar prosseguimento ao ato. O pânico foi geral; os policiais investiam seus cassetetes contra os estudantes e estes, no ímpeto de buscar refúgio contra a desmedida violência, colidiram contra a “[...] porta do prédio do restaurante, toda de vidro, lançando estilhaços por todos os lados”.¹⁷⁵ Segundo depoimento de Rogério Oliveira, então estudante de Artes da UFRGS presente naquele instante, a violência empregada pelos agentes do Estado contra os estudantes desarmados e indefesos foi desproporcional:

Eles batiam com vontade, não tinha garoto ou garota. Apanhava quem estivesse ao alcance dos cassetetes. Entre gritos e empurrões, consegui entrar correndo pela frente do RU, no térreo da Casa do Estudante. Meio espremido e cuidando para não me projetar ou ser empurrado contra a parede de vidraças ali, só me recordei de ter levado uma forte pancada nas costas nesta hora. Não sei de onde ela veio, tinha muita gente na volta e vários capacetes na nossa cola. [...] Com um grupo de estudantes, conseguimos correr para dentro da cozinha do RU e lá dentro acabamos numa meia dúzia que se escondeu, espremidos num canto mais escuro do fundo da cozinha, com alguns empregados do restaurante, todos apavorados. [...] Ouvíamos os gritos, os barulhos de vidros se estilhaçando lá dentro do salão do restaurante, ruídos de pancadas, pratos, cadeiras, muitos estudantes gritando com raiva e outros chorando, desesperados. [...] Havia um receio de uma chacina, um medo de que eles puxassem armas, passava todo tipo de coisa pela cabeça da gente.¹⁷⁶

Enquanto um grupo de brigadianos investia contra os estudantes no RU, os manifestantes que se encontravam nas sacadas da CEU passaram a arremessar bergamotas, laranjas, ovos, água, tomates, latas, sacos de lixo e o que encontravam pela frente sobre a

¹⁷⁴ MANIFESTAÇÃO dos estudantes. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 e 24 ago. 1980, p. 21.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ BORTOT; GUIMARAENS, op. cit. p. 243.

tropa logo abaixo, na via.¹⁷⁷ Ainda mais enfurecida, a Brigada investiu também contra o prédio da CEU, “acossando os jovens pelas escadarias, detendo alguns, arrastados para fora”.¹⁷⁸ A fim de dispersar os estudantes dos entornos do prédio do RU e CEU, a BM cercou todo o quarteirão, e paulatinamente aumentou a distância do cerco, até o encerramento de seu policiamento.

Sete estudantes foram feridos, dois deles levados ao Hospital de Pronto Socorro. Mauro Ribeiro (ou Mauro Coimbra Ribeiro, como foi identificado nos documentos repressivos), membro do Diretório Acadêmico da Engenharia da UFRGS, ficou internado naquele hospital após levar uma grave pancada na cabeça. Segundo a imprensa consultada, até então o movimento estudantil não havia tido nenhum estudante identificado ou preso; entretanto, na *Zero Hora* do dia 25 de agosto, foi informado que Paulo Roberto Gaiger Ferreira e Pedro Affonso Soares Pereira foram detidos pela polícia naquela sexta-feira,¹⁷⁹ sendo liberados no dia seguinte; a cópia de suas identidades constam anexadas na atualização de dados do informe 70/119, sem mais identificação, o que aponta seus prováveis fichamentos no DOPS/RS.¹⁸⁰

Nos diversos Campus da UFRGS, estudantes organizaram-se em comissões que, de sala em sala, anunciavam aos colegas o que havia acontecido. A Universidade teve suas atividades acadêmicas paralisadas na tarde de sexta-feira depois dos incidentes no ato de repúdio em frente aos prédios da Faculdade de Direito, da CEU e do RU.¹⁸¹ Diversos políticos se juntaram aos estudantes enquanto se debatia o ocorrido dentro das dependências do RU, discutindo junto com os discentes a melhor forma de articular os próximos passos e o que fazer diante da visita dos ditadores no dia seguinte, mesmo após tamanha repressão; entre os deputados, aderiram Aldo Pinto (PDT), Romildo Bolzan (PDT), José Fogaça (PMDB), Algir Lorenzon (PMDB) e Antenor Ferrari (PMDB), bem como o vereador petista Antônio Cândido “Bagé”. Uma comissão mista de estudantes e políticos dirigiu-se ao reitor da Universidade, Early Macarthy, denunciando a violência e invasão cometidas pela Brigada Militar nas dependências da UFRGS, transgredindo o acordo de inviolabilidade do Campus Universitário, como território federal, por forças policiais estaduais. O reitor prometeu medidas para que

¹⁷⁷ POLICIAIS dissolveram o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 21.

¹⁷⁸ TREZZI, Humberto. Os infiltrados e eu (como foi feito esse capítulo). In: _____; ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; MARIANO, Nilson. **Os infiltrados**: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: Age Editora, 2010. p. 64.

¹⁷⁹ LIBERADOS os 4 estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 35.

¹⁸⁰ Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_80_1, fl. 02 a 04. *Fundo Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

¹⁸¹ POLICIAIS dissolveram o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 21.

fosse garantida aos estudantes a “plena liberdade de expressão dentro do campus universitário”.¹⁸²

A repercussão da violência empregada pela BM sobre os estudantes teve uma profunda e negativa repercussão junto às autoridades. Na Assembleia Legislativa, as bancadas dos partidos da oposição emitiram notas oficiais lamentando e criticando a ação policial da sexta-feira. Para o PDT, o cerco policial do RU, após o espancamento e refúgio dos estudantes no seu interior, foi encarado como uma “efetiva prisão” e “virtual sequestro daquele punhado de jovens”. A liderança do partido entrou em contato com o Secretário da Justiça, Celestino Goulart, que “afirmou que daria ordens para a imediata retirada do cerco bem como para que os estudantes feridos fossem medicados e suas lesões registradas em laudo que instrísse o inquérito que deveria apurar as responsabilidades pelo ocorrido”. Segundo a nota, “esse posicionamento reflete o sentimento inequívoco da ilegalidade da operação repressiva que tolheu a livre manifestação dos estudantes portoalegrenses”. O PMDB também se pronunciou denunciando que “a instituição que deveria garantir direitos é a mesma que impede a realização pacífica destas manifestações, inclusive usando da força para praticar ofensas à integridade física”.¹⁸³

Logo após a invasão da CEU, um documento foi assinado e distribuído por nove grupos de estudantes secundaristas, de diferentes correntes políticas, que manifestaram seu repúdio à atitude da BM durante o ato público contra a visita do general Videla. Entre as organizações, constavam “UGES, Grêmio Estudantil José Infante D. Henrique, Grêmio Estudantil Albert Einstein, Colégio Israelita, Tendência Alternativa, Tendência Avançar a Luta, Grupo Transição, Grupo Alicerce, Grupo Secundarista do Pio XII, Rosário e Júlio de Castilhos”.¹⁸⁴

No fim da tarde de sexta-feira, o DCE convocou no RU uma assembleia geral discente para discutir a ação da Brigada Militar no Campus da Universidade e para avaliar novas estratégias para as próximas horas. O ato de reinauguração da Praça Argentina com a presença dos dois ditadores continuava marcado para o dia seguinte, a poucos metros dali. Cerca de mil estudantes compareceram à assembleia, na qual foi decidida, por unanimidade, a paralisação das aulas e vigília no local, até que fosse confirmada a partida do ditador argentino do país, programada para após o almoço no Palácio Piratini, do qual participava junto João Figueiredo e cerca de 600 empresários e autoridades. Na assembleia os estudantes também aprovaram

¹⁸² MANIFESTAÇÃO dos estudantes. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 e 24 ago. 1980, p. 21.

¹⁸³ EPISÓDIO repercute também na Assembleia. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 21.

¹⁸⁴ POLICIAIS dissolveram o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 21.

uma manifestação, no dia seguinte, na praça, alterando simbolicamente seu nome para Praças das Locas de Mayo, em homenagem à luta das *Madres* de desaparecidos e mortos políticos na Argentina.

Naquela noite, os alunos da PUC/RS organizaram um ato público de última hora em frente ao seu DCE, em repúdio tanto à visita do ditador argentino quanto aos espancamentos sofridos pelos colegas da UFRGS. Com um pouco mais de 100 estudantes,¹⁸⁵ que ouviram os pronunciamentos de seus colegas enfrentando o vento frio daquela noite de inverno, Fredo Ebling Júnior comunicou que os estudantes iriam encaminhar à Câmara de Vereadores da cidade “uma moção solicitando que a Praça Argentina passe a ser denominada Praça das *Locas de Mayo*, recebendo forte aplauso do público”.¹⁸⁶

Na UFRGS, a vigília no RU durou até o sábado, dia 23. Aproximadamente 300 estudantes compareceram, e de acordo com o informe nº 70/119 do SNI, “foram consumidos tóxicos e grandes quantidades de bebidas alcoólicas”.¹⁸⁷ (Nota-se aqui o claro intuito de registrar qualquer comportamento que pudesse ser utilizado para desqualificar a postura política daqueles estudantes). Rodas de violão, comícios e debates também integraram a programação daquela tarde e noite, que contou também com a presença dos políticos Firmo Rodrigues da Trindade (PT) e José Fogaça (PMDB). Do reitor da UFRGS, os estudantes receberam a assistência de assessores para que as refeições no RU pudessem continuar sendo servidas, “montando inclusive um esquema especial de atendimento” para os estudantes na vigília.¹⁸⁸ Segundo informações dos documentos do SNI, foram identificados dezenas de pessoas presentes nas manifestações do dia 22 de agosto (no ato e/ou vigília do RU);¹⁸⁹ a mesma fonte assinala a presença de mais de 15 entidades representadas. Entre elas havia

¹⁸⁵ Os números de presentes no ato da PUC são conflituosos; enquanto o informe 70/119 menciona cerca de 100 pessoas, a reportagem do jornal *ZH* confirma 300.

¹⁸⁶ ALUNOS da PUC realizam ato público contra a repressão. *Zero Hora*. Porto Alegre, 23 ago. 1980, p. 21.

¹⁸⁷ Informe nº 70/119/APA/80, APA_ ACE_1770_80, fl. 04. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*.

¹⁸⁸ MANIFESTAÇÃO dos estudantes. *Folha da Tarde*, 23 e 24 ago. 1980, p. 21.

¹⁸⁹ Adeli Sell; Aldo Pinto da Silva; Algir Lorenzoni; Ana Ruth Fonseca de Lima; Antenor Ferrari; Benjamin Heimberg Filho; Beti Stifelman; Celso Augusto Schröder; Cicero Guella Fernandes; Dagmar Anelise Pithar Felker; David Fialkow Sobrinho; Eduardo Potiguara Flores da Silva; Élvio Leonel Durão Figueiró; Henrique Finco; Ligia Maria Ávila Chiarelli; Luis Genésio de Oliveira Prestes; Mauro Coimbra Ribeiro ou Mauro Coimbra; Paulo Roberto Gaiger Ferreira; Pedro Afonso Soares Pereira; Paulo Muller Lopes; Rudi Luiz Reali; Sergio Roberto Batista Saraiva; Firmo Rodrigues da Trindade; Fredo Ebling Junior; José Alberto Fogaça de Medeiros; José Luiz Marques; Maria Gorete Gonçalves Selau; Paulo Nunes Flores; Héliida Liane de Figueiredo; Luiz Tadeu Viapiana; Walter de Almeida Freitas; Golde Maria Stifeiman; César Santos Alvarez; Jairo Getúlio Ferreira; Edmar Altair Ferreira Belmonte, Eduardo de Castro Campos; Lélío Miguel Antunes de Souza; e Antônio Cândido Brião Ferreira.

organizações políticas, estudantis e sociais de direitos humanos, que haviam se mobilizado em apoio à luta estudantil.¹⁹⁰

Nos documentos do Fundo de Arquivos Digitais do SNI, é de praxe os documentos listarem o nome de diversas pessoas de movimentos sociais, de direitos humanos ou organizações políticas reconhecidas nos eventos, mobilizações, reuniões e assembleias. Tais informações são fornecidas aos órgãos de segurança por seus agentes em campo, normalmente policiais infiltrados entre os estudantes; “ratos”, como eram comumente chamados pela esquerda, disfarçados de meros estudantes, cumpriam o papel de vigilância, de produção de informação, de suspeição e repressão; eram os olhos e ouvidos da ditadura. No informe 70/119 da APA, além de conter os nomes dos presentes no ato da noite do dia 22 realizado na PUC,¹⁹¹ são assinaladas também as frases “subversivas” proferidas pelos vigiados. Segundo consta, “Nivaldo Venâncio da Cunha disse a seguinte frase: ‘os acordos que estão sendo assinados pela Argentina e pelo Brasil não são com caneta, mas sim com armas; a tinta é o sangue do povo argentino’”; há também o registro do pronunciamento de Fredo Ebling Júnior e a convocação feita por Paulo César da Rosa aos estudantes da PUC a unirem-se no sábado à mobilização em frente ao RU da UFRGS.¹⁹² Estes registros não deixam dúvidas a respeito da infiltração policial entre os “inimigos internos” do Estado naquele contexto; era o Estado, sob incessante vigilância à sombra da Doutrina de Segurança Nacional. A certeza da infiltração também foi testemunhada por estudantes da época que participaram das manifestações de repúdio a Videla, como lembra Humberto Trezzi:

Recordo bem, porque eu estava lá. Era bixo da Comunicação da PUC/RS, em meu primeiro mês de aula. [...] Desde os primeiros dias de aula os líderes estudantis alertavam para infiltrados nas passeatas, geralmente os mais agressivos. Ou então os mais calados; ninguém sabia ao certo; tudo era intuição. A gente desconfiava, não tinha certeza. Mas policiais e militares disfarçados estavam mesmo lá, agora eu sei.

¹⁹⁰ “Comitê Brasileiro pela Anistia Seção RS (CBA/RS); União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES); Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre (SJP/PA/RS); Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBSPAL); União Estadual dos Estudantes Livres do RS (UEE/LIVRE/RS); Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da UFRGS (CEUE/UFRGS); Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados da UFRGS (DAIU/UFRGS); Diretório Acadêmico dos Institutos Científicos da PUC/RS (DAIC/PUC/RS); Diretório Central de Estudantes (DCE/UFRGS); Partido dos Trabalhadores do RS (PT/RS); Partido do Movimento Democrático Brasileiro do RS (PMDB/RS); Partido Democrático Trabalhista do RS (PDT/RS); Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros (FRACAB); Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS (MJDH/RS); Convergência Socialista; Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil (SILOCC); Liberdade e Luta (LIBELU)”. In: Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_80, fl. 20. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

¹⁹¹ Entre os estudantes, foram citados: Jorge Luiz Garcia de Souza, Eduardo de Castro Campos, Eduardo Alvarez Rodrigues Veríssimo Soares, Domingos Isaias Leite e Ivanir José Bortot. Entre as organizações estudantis, constam o DCE/PUC/RS, o Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino (CASTA), o Diretório Acadêmico do Instituto de Psicologia (DAIP), o Centro Acadêmico Visconde de Mauá (CAVM), o Diretório Acadêmico Manuel Bandeira (DAMB), o Diretório Acadêmico dos Institutos Científicos (DAIC) e o Centro Acadêmico dos Estudantes de Engenharia (CAEE), todos convocando a realização do ato.

¹⁹² Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_80, fl. 4 e 5. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

Um deles, o tenente do Exército Marco Pollo Giordani [...], que era estudante da PUC/RS e, como tal, relatava tudo que se passava a seus oficiais superiores. Outro, um policial civil que hoje é minha fonte e continua na ativa, comandando uma delegacia na Capital. Não nos conhecíamos, mas nossos caminhos se cruzaram naquele dia.¹⁹³

O sábado 23, o dia da presença de Videla em Porto Alegre e último dia do seu périplo no Brasil, seria de grande agitação e movimentação no centro da capital gaúcha; o movimento estudantil, organizado pelos diretórios acadêmicos universitários, grêmios secundaristas e por diferentes tendências e correntes políticas uniria suas forças para denunciar as duas ditaduras internacionalmente reconhecidas por suas violações de direitos humanos, desaparecimentos e mortes por perseguição político-moral-ideológica à população; seria o maior movimento brasileiro de “abaixo a ditadura” registrado em 1980, repudiando dois ditadores em um único lugar e momento.

Durante aqueles aparentemente singelos dois dias, o restaurante universitário da UFRGS teve sua função ressignificada por cerca de mil estudantes; não seria apenas um local de refeições comuns; o RU tornou-se uma trincheira de resistência concreta, e no seu interior, o movimento estudantil se alimentou da solidariedade democrática e luta contra as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Uma barricada de resistência não apenas por ter sido palco de uma desigual batalha entre forças policiais armadas que feriram brutalmente estudantes desarmados; era uma verdadeira trincheira de resistência contra a repressão, as ditaduras, a supressão da liberdade de expressão e direitos democráticos, contra Videla, contra Figueiredo. Para os estudantes, a sua ação era pelos brasileiros, argentinos, bolivianos, uruguaios, paraguaios e chilenos perseguidos; pelas *Madres* da Praça de Maio, pelos que tombaram, pelos que resistiram, pelos mortos e desaparecidos, pelos silenciados e oprimidos; a luta era pela democracia, pela liberdade de gritar aos representantes das ditaduras genocidas um grande e unísono “FORA!”.

3.2 PRAÇA DAS LOCAS DE MAYO

O tão anunciado grande dia da visita do general Jorge Rafael Videla a Porto Alegre finalmente chegou. Em vigília no restaurante universitário da UFRGS desde a tarde do dia anterior, centenas de estudantes acordaram preparados para encarar mais um dia de luta.

¹⁹³ TREZZI, op. cit. p. 63. Cabe registrar que o agente citado na nota, Marco Pollo Giordani, anos depois, obteria espaço midiático com a publicação da obra “Brasil Sempre”, livro apologético da ditadura e de suas práticas repressivas que procurava ser uma espécie de resposta para o emblemático “Brasil Nunca Mais”, produzido pela equipe da Arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns.

Temia-se nova investida de violência e truculência por parte da Brigada Militar, repetindo o fatídico episódio da manhã anterior. Os temores se comprovaram justificados. Um forte aparato militar era ostentado na Praça Argentina desde o amanhecer. Segundo o jornal *Zero Hora*, “o esquema de segurança montado nas ruas da capital gaúcha foi um dos mais rigorosos já vistos depois de 64”.¹⁹⁴ O local foi fortemente guarnecido por policiais militares, visando impedir o deslocamento até a praça dos estudantes que se encontravam no RU. As forças de segurança sabiam que os estudantes haviam planejado um ato em homenagem às *Madres* argentinas. A polícia faria de tudo para impedir qualquer manifestação que pudesse constranger ou contrariar os ditadores.¹⁹⁵

Impedidos de se deslocarem até a praça, visto que ela se encontrava completamente ocupada pelas tropas da Brigada, os estudantes optaram pela realização de uma assembleia pública no interior do RU a fim de deliberar sobre quais seriam as decisões seguintes a serem tomadas por parte do movimento. Enquanto isso, diante da incerteza do que exatamente estava acontecendo na assembleia, se ouvia entre as fileiras de policiais cochichos de tensão, enquanto a organização preparava-se para um enfrentamento direto com os manifestantes.¹⁹⁶ O esquema repressivo foi progressivamente intensificado; à ocupação da praça pelas forças da BM foi agregada a presença de seis viaturas e outros cem policiais. Por volta das 10h da manhã, o comandante da operação policial “mobilizou um grupo de PMs para o canteiro central da Avenida João Pessoa, desde o viaduto Loureiro da Silva até o viaduto Imperatriz Leopoldina. A Praça Raul Pilla, em frente à Praça Argentina, também foi ocupada por um pelotão da BM”.¹⁹⁷ Cada vez mais o centro de Porto Alegre assemelhava-se a uma cena de guerra, à medida em que se aproximava o horário da chegada dos ditadores.

Jorge Videla desembarcou no Aeroporto Salgado Filho cerca de 11h30 da manhã, vindo de São Paulo, sendo recepcionado pelo governador Amaral de Souza e pelo general João Figueiredo, que chegara de Brasília minutos antes. A seguir, reuniram-se por cerca de 20 minutos na sala das autoridades do aeroporto e, posteriormente, dirigiram-se para o Palácio Piratini, onde seria servido um coquetel com a presença de 470 empresários argentinos e brasileiros, seguido por um almoço com mais de 700 convidados.¹⁹⁸ Tamanha pompa marcou fato inédito no estado e na história do Palácio, sendo a primeira vez que dois presidentes de

¹⁹⁴ POLICIAIS, soldados e cavalaria. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

¹⁹⁵ NA PRAÇA, o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

¹⁹⁶ MADRES de Mayo, nome simbólico. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

¹⁹⁷ NA PRAÇA, o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

¹⁹⁸ FIGUEIREDO e Videla despedem-se hoje aqui. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23-24 ago. 1980, p. 16.

Estado se reuniram no local.¹⁹⁹ Entre as autoridades presentes na solenidade de despedida do ditador, estavam Joaquim Otero (Cônsul Geral da Argentina), Dom Vicente Scherer (cardeal de Porto Alegre), Jair Soares (Ministro da Previdência Social), Camilo Pena (Ministro da Indústria e Comércio), Said Farhat (Ministro da Comunicação Social), general Otávio Medeiros (Ministro Chefe do SNI), Danilo Venturini (Ministro Chefe da Casa Militar), Octavio Germano (Vice-governador do Estado), Jorge Ribas Santos (Presidente do Tribunal de Justiça), Nelson Marchezan (Secretário Geral do Itamaraty e deputado federal pelo PDS) e Guilherme Socias Villela (Prefeito de Porto Alegre, também pelo PDS), entre outras.²⁰⁰

Por todo o trajeto dos visitantes até o Palácio Piratini, muitos policiais acompanharam a comitiva;²⁰¹ entretanto, “o esquema de segurança para receber os dois visitantes foi diferente do que se viu até então. Todos os soldados dos diversos regimentos do III Exército foram colocados na rua, desde a ponta do Guaíba, Avenida Farrapos e imediações, área central e Praça da Matriz. Nenhum estava fardado, todos à paisana com um pequeno botão na lapela”.²⁰² Enquanto os ditadores e seus convidados rumavam ao Piratini, o esquema da Brigada Militar foi ainda mais intensificado na Av. João Pessoa. A área passou a ser patrulhada por um helicóptero, que sobrevoando baixo, possibilitava uma visão geral e próxima da área; um soldado, na porta, armado com uma metralhadora., se destacava na aeronave.²⁰³ Os políticos Antônio Cândido “Bagé” (PT) e José Fogaça (PMDB) uniram-se à assembleia dos estudantes no RU e pediram prudência por parte dos manifestantes, relatando o forte aparato policial-militar pelas ruas da cidade. Pessoas, não convidadas, muito menos bem-vindas, também estiveram presentes; de acordo com o jornal *Zero Hora*, “quatro agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) conseguiram se infiltrar no DCE. Dois deles se misturaram aos quase 100 estudantes concentrados no Restaurante Universitário e os dois restantes subiram aos andares superiores, acompanhados de alguns estudantes”.²⁰⁴

Ao meio dia, um pelotão de cavalaria começou a se deslocar do Palácio Piratini até a Praça Argentina, o que fez os estudantes suspeitarem de que Figueiredo e Videla estavam a caminho. À medida que os cavalarianos chegavam, a multidão de estudantes se concentrava

¹⁹⁹ O ENCONTRO final entre os dois presidentes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 30.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ A fonte consultada descreve “milhares de policiais”, estimativa esta possivelmente exagerada pela imprensa; é provável, entretanto, que milhares de policiais participaram do dispositivo global de segurança espalhados por toda a cidade, à paisana ou não, mas não “milhares” acompanhando o trajeto da comitiva dos ditadores em si. In: VIDELA encerra a visita. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 ago. 1980, p. 6.

²⁰² INTEGRAÇÃO teve brinde de Videla. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 25 ago. 1980, p. 20.

²⁰³ NA PRAÇA, o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

²⁰⁴ Idem. Não foi possível afirmar, pelas fontes, se os agentes foram levados por estudantes que colaboraram com a ação policial, ou se os agentes infiltraram-se e subiram no prédio junto com os demais universitários sem terem sido notados.

em frente ao DCE e RU, enquanto outros aglomeravam-se nas sacadas da CEU. Uma cena foi motivo de deboche e tensão; quatro cavalos resvalaram no piso de cimento que circundava a praça, fazendo com que os policiais que os montavam fossem derrubados; as centenas de estudantes que assistiam à cena começaram a vaiar e rir abertamente, o que fez com que o comandante da operação reagisse aumentando o policiamento da praça com mais 20 PMs.²⁰⁵ A seguir, um caminhão chegou para descarregar mais unidades de cavalaria, aumentando a expectativa da chegada dos ditadores; na lógica dos estudantes, era necessário, então, reinaugurá-la antes. Em menos de 30 minutos, cerca de 300 estudantes saíram da frente do RU da UFRGS e cruzando a Av. João Pessoa, ingressaram no pátio do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, ficando frente a frente com o pelotão da Brigada, iniciaram-se então, os gritos da manifestação em uníssono: “um, dois, três, quatro, cinco mil! Abaixo a ditadura na Argentina e no Brasil!”. Ouviram-se também as variantes “um, dois, três, quatro, cinco mil! Queremos que Videla vá pra puta que pariu”. Outros gritos foram dirigidos aos policiais armados: “não fique aí parado, você também é explorado”.²⁰⁶ Então, uma faixa foi aberta por várias estudantes, e nela se lia: “Praça das Locas de Mayo”.²⁰⁷

Comemoramos nossa vitória com mais um ato improvisado, ‘mudando’ então o nome da praça para “Praça das Madres de Mayo”, em homenagem às mães argentinas que, corajosamente, denunciam o desaparecimento de seus filhos pela repressão, ajudando a tornar conhecidos mundialmente os hediondos crimes praticados pelos militares direitistas do país vizinho.²⁰⁸

Enquanto isso, o encontro entre os generais Figueiredo e Videla no Palácio Piratini com cerca de 700 convidados continuava ocorrendo; 360 eram empresários brasileiros, 150 eram argentinos e havia mais de 200 autoridades dos dois países.²⁰⁹ No que era sua cerimônia de despedida, Videla fez um pronunciamento citando os acordos estabelecidos com o governo brasileiro no ramo de energia, comércio, indústria, turismo e agropecuária, lembrando das potencialidades da América Latina e da importância existente na cooperação bilateral entre Brasil e Argentina; Videla afirmou que a expectativa econômica em relação ao Brasil

foi e é contar com um país de empresas fortes, capazes de enfrentar suas obrigações e recompensas sem outras ataduras que sua responsabilidade social e o sentido cristão e moderno que proclamam as nações deste continente. Como podem ver, simplesmente optamos por estabelecer um critério de compatibilidade política e a

²⁰⁵ NA PRAÇA, o protesto dos estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

²⁰⁶ Outras palavras de ordem foram registradas no informe 70/119, como “Figueiredo e Videla assassinos”, “a PM tirou o sangue dos nossos irmãos, vamos agora buscar o sangue deles”, “sangue correu, repressão presente, companheiros feridos”, “anistia ampla, geral e irrestrita”, “não queremos mais um ditador”, “abaixo a ditadura”, “menos repressão, mais arroz e mais feijão”, entre outros. In: Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_MF_ALT_1, fl. 23. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

²⁰⁷ MADRES de Mayo, o nome simbólico. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

²⁰⁸ BORTOT; GUIMARAENS. op. cit. p. 245.

²⁰⁹ NA DESPEDIDA, 4 discursos e banquete para 700 convidados. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, página central.

liberdade econômica. A aplicação controlada desses critérios facilitou enormemente a classe de relações que procuramos com as nações de todo o mundo.²¹⁰

A visita de Videla a Porto Alegre, ao contrário do que fora nas demais capitais brasileiras, teve maior relevância sob um ângulo político do que econômico, segundo registrou a imprensa.²¹¹ Durante sua passagem pelo Palácio Piratini, recebeu do governo brasileiro um quadro pintado à óleo de uma fazenda gaúcha, do artista A. Gutierrez; de sua parte, deu ao governador Amaral de Souza um porta-documentos de prata e ao prefeito Guilherme Socias Villela uma placa de bronze comemorativa de sua vinda ao Brasil.²¹² Esta placa, que deveria ser afixada na praça, teve, por conta dos fatos, sua instalação adiada.²¹³ Após o discurso e coquetel, os dois ditadores recolheram-se ao gabinete do governador Amaral de Souza, juntamente com os ministros Jair Soares, Camilio Pena e Said Farhat, onde almoçaram sem assistência da imprensa ou de outros convidados.²¹⁴

Nos arredores da Praça da Matriz, onde fica o palácio do governo, diversos estudantes circulavam com a incumbência de informar sobre qualquer movimentação que pudesse indicar que Videla e Figueiredo se deslocariam até a Praça Argentina;²¹⁵ ao mesmo tempo, a comissão de segurança da polícia, formada por jovens de cabelo curto e roupas de civis (oriundos do III Exército e Escola de Polícia) também circulava no local, buscando discrição para não comprometer a missão de vigilância.²¹⁶ Na Praça Raul Pilla, uma comissão formada por líderes estudantis e pelo presidente do DCE da UFRGS, Luís Marques, juntamente com outras personalidades políticas como José Fogaça e Antenor Ferrari, buscaram dialogar com o Coronel Tamps, comandante da Brigada Militar, declarando que a manifestação estudantil não seria provocativa, buscando apenas garantir o direito de manifestação e a troca simbólica do

²¹⁰ VIDELA: “Estamos promovendo a abertura de nossa economia”. *Zero Hora*. Porto Alegre, ago. 1980, página central.

²¹¹ PARA empresário, uma saída. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23-24 ago. 1980, p. 16.

²¹² Na mesma constava escrito: “Visita del presidente de la Nación Argentina, teniente-general Jorge Rafael Videla. Porto Alegre, 23 de agosto de 1980”. In: HOMENAGEM a Videla gera polêmica. *Diário Popular*, 28 jun. 1998, p. 20.

²¹³ A placa de bronze homenageando a visita de Videla a Porto Alegre foi instalada dias depois e por muitos anos permaneceu esquecida com a normalidade democrática e a novidade dos processos eleitorais que se seguiram. Em 1998, sua presença foi lembrada, quando através do vereador Pedro Ruas, ativistas do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) solicitaram sua retirada da Praça Argentina. O debate sobre a praça como lugar de memória foi reacendido: o que fazer com a placa? Retirá-la e fingir que o governo brasileiro não homenageou um Estado genocida como a ditadura argentina? Ou colocar outra placa ao lado daquela em homenagem às *Madres* argentinas? O debate permaneceu sem consenso por muito tempo, até que em março de 2000 o MJDH denunciou o sumiço da placa da Praça. Até hoje, não se sabe ao certo seu destino. Enquanto uns afirmam que serviu como troféu na parede de algum militante político de esquerda, outros afirmam que foi parar no fundo do rio Guaíba, para sempre. O fim da placa permanece em mistério. In: PADRÓS. Enrique Serra. Homenaje a Videla en Porto Alegre. La Plaza Argentina como marco territorial de la memoria y del olvido. *Argentina: VIII Seminario Internacional Políticas de la Memoria*, 2015. p. 8 a 11.

²¹⁴ INTEGRAÇÃO teve brinde de Videla. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 25 ago. 1980, p. 20.

²¹⁵ BORTOT; GUIMARAENS. op. cit. p. 244.

²¹⁶ PADRÓS, 2015, op. cit. p. 7.

nome da Praça Argentina; diferentemente do dia anterior, o militar garantiu que os estudantes não seriam agredidos. Assim, quando foi recebida a notícia dos estudantes que estavam na Praça da Matriz de que a comitiva de Videla desistiu da visita para reinauguração da praça, os estudantes passaram a comemorar intensamente.²¹⁷ Segundo consta no jornal *Zero Hora*,

“Vitória”, gritaram os estudantes. Seus colegas, que lotavam todas as sete escadas do prédio do DCE, também vibraram. E o povo, na rua, aplaudia. Ao lado da faixa com o novo nome da praça, uma outra, igualmente muito grande: “Videla-Figueiredo, Fora”. Depois, na Faculdade de Economia, as manifestações contrárias à visita do general Videla e a inauguração simbólica da Praça das *Locas de Mayo*.²¹⁸

Os estudantes passaram então a reivindicar a libertação dos universitários Cícero Guella Fernandes, da Faculdade de Psicologia da PUC, Henrique Finco, da Faculdade de Engenharia da UFRGS, e do secundarista Sérgio, detidos pela Polícia na Praça Raul Pilla horas antes.²¹⁹ Depois da liberdade dos discentes detidos, e terminada a comemoração do “rebatizado” nome da praça, os estudantes voltaram ao RU, sua trincheira de lutas; lá, receberam a notícia de que Videla e Figueiredo haviam partido silenciosamente até o Aeroporto Internacional Salgado Filho, à tarde; o ditador argentino partira sem inaugurar a praça, nem instalar a sua placa de bronze, intimidado pela movimentação estudantil nos arredores do local; para muitos, aquele ficou conhecido como “o dia em que Videla amarelou”.²²⁰ No RU, diversos espetáculos teatrais, musicais e leituras de manifestos marcaram as várias horas de ocupação que se seguiram, concluindo-a em seguida; fora um grande marco de vitória para o movimento estudantil gaúcho, que resistira e lutara em repúdio à presença dos dois ditadores.²²¹

3.3 O BALANÇO DA VISITA

O informe nº 70/119 da APA também cita a detenção dos estudantes Cícero Guella Fernandes, Paulo Roberto Gaiger Ferreira, Henrique Finco e Pedro Affonso Soares Pereira pela Brigada Militar por ocasião do ato do dia 23 de agosto. Junto ao nome dos dois últimos, consta a informação de que “estavam de posse de máquinas fotográficas, efetuando levantamento do efetivo da segurança presente ao ato público”;²²² em anexo, também eram apresentadas quatro cédulas de identidade e uma carteira de estudante dos detidos; adiante no

²¹⁷ MADRES de Mayo, o nome simbólico. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 36.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ BORTOT; GUIMARAENS. op. cit. p. 237 a 245.

²²¹ PADRÓS. op. cit. p. 8.

²²² Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_MF_ALT_1, fl. 06. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*.

informe, uma descoberta surpresa para a presente pesquisa: doze fotografias inéditas destes dias de luta do movimento estudantil gaúcho.²²³ As imagens, apesar da má qualidade de suas fotocópias, encontravam-se juntamente com recortes de jornais da Zero Hora do dia 23 de agosto de 1980, nos quais noticiavam os desdobramentos do ato de repúdio a Videla em Porto Alegre, na véspera. As matérias dos jornais foram utilizadas anteriormente para trabalhar o tema como fonte básica nos trabalhos de Fernández (2011) e Padrós (2015), como anteriormente citado. Analisando a fonte de imprensa na íntegra no acervo do Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, em Porto Alegre, foi descartada a hipótese de que as fotografias fossem de origem da imprensa, por não haver nenhum indício ou registro de imagens semelhantes. Apesar de não conterem legenda, descrição ou datação, elas registravam a Praça Argentina cercada por policiais militares, estudantes confeccionando cartazes, faixas e em aglomerações em frente e dentro do RU e Casa do Estudante da UFRGS, na Av. João Pessoa.



Fonte: *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*, APA_ACE_1770_80_MF_ALT_1, fl. 11.

Uma das imagens, aparentemente do DCE, localizado no mesmo prédio do RU, mostrava alguns estudantes circulando no recinto em cuja parede estava escrito “DIA 22/8/80 RU: TRINCHEIRA DE LUTAS CONTRA AS DITADURAS DA AMÉRICA LATINA”. Outra fotografia mostra uma visão interna do prédio, cuja abertura de vidro que dava acesso ao lado externo era tomada por rabiscos de palavras de ordem (entre elas “soltem nossos presos”, “abaixo a ditadura”, “assassinos”, e outras de difícil identificação). Uma das fotos mostra jovens reunidos tocando violão na vigília do RU, e em outras, confeccionando faixas e

²²³ Informe nº 70/119/APA/80, APA_ACE_1770_MF_ALT_1, fl. 09 a 13. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS*. As fotografias encontram-se disponibilizadas na seção “Anexos”.

cartazes; de um ângulo superior, uma delas registrou o momento em que era feito um desenho de caveira, onde atrás dela cruzavam duas bandeiras: a do Brasil e da Argentina. Em algumas destas fotos, foi possível inferir a data do registro como sendo pertencentes ao dia 22 de agosto por meio de comparação com a fotografia de Arivaldo Chaves, da *Zero Hora*, na qual mostra a correria no momento em que a Brigada agride os estudantes em frente ao RU da UFRGS; entre os indícios que apontam aquela data, está a idêntica disposição de dois automóveis Volkswagen Fusca, um escuro e outro claro, respectivamente, estacionados junto ao meio-fio.



Fonte: BD ZH/Arivaldo Chaves. In: BORTOT; GUIMARAENS, op. cit. p. 240-241.

Entretanto, surge uma dúvida: de quem seria a autoria dessas fotografias? Seriam elas de agentes infiltrados ou dos próprios estudantes detidos? Com o cruzamento de fontes, foi possível estabelecer uma hipótese que explica como tais fotografias acabaram nos informes produzidos na Agência regional do maior órgão de informações da ditadura. Uma pequena nota publicada pela *Zero Hora* confirma a prisão dos quatro estudantes, apesar de divergir do SNI quanto ao dia da prisão de dois deles, cujas detenções também foram assinaladas pelo informe anteriormente citado; na reportagem, consta a informação de que:

A Polícia Federal liberou nas últimas horas da tarde os estudantes Paulo Roberto Gaiger, Pedro Afonso Pereira, Cícero Fernandes e Henrique Fico. Segundo o deputado Antenor Ferrari que aguardava a liberação dos universitários, os dois primeiros foram detidos sexta-feira. Cícero e Henrique, ontem de manhã [23 de agosto], quando fotografavam a visita do presidente Jorge Rafael Videla a Praça Argentina foram detidos por não terem credenciais. Da Polícia Federal, os estudantes foram ao IML para exame e posteriormente ao RU, onde seus companheiros os aguardavam em assembleia.²²⁴

²²⁴ LIBERADOS os 4 estudantes. *Zero Hora*. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 35.

Citado brevemente no primeiro capítulo deste trabalho, o informe 026/116 relata algumas estratégias articuladas pelo movimento estudantil que foram identificadas pelos agentes dos órgãos de informações como medidas dificultadoras e/ou comprometedoras da infiltração dos policiais nesse meio. Dentre os recursos utilizados pelos estudantes, percebeu-se a formação de comissões de segurança organizadas a fim de identificar e assinalar os “ratos” infiltrados; para identificação, os estudantes passaram a usar de recursos como provocação, inquirição, perguntas específicas sobre determinados assuntos e, o que causou significativas mudanças, a utilização de equipamentos fotográficos e filmadoras para registrar e compartilhar entre os demais estudantes a identificação dos infiltrados.²²⁵ Neste documento, diversos nomes são citados, junto a uma pequena descrição de quem eram essas pessoas, a que organização ou grupo pertenciam, profissão e se possuíam antecedentes ou envolvimento em outros episódios “subversivos”; na lista, um dos nomes traz luz à questão da origem das fotografias: “HENRIQUE FINCO, líder estudantil atuante. Participou do IIIº ENE. Foi detido em Minas Gerais”.²²⁶

A detenção de Finco, especialmente, não é justificada apenas pela suposta “irregularidade” de fotografar as manifestações sem credenciais, como consta na publicação da *Zero Hora* do dia 24 de agosto, acima citada; sua prisão, e a possível apreensão de seu equipamento e/ou material fotográfico pela Polícia Federal provavelmente consistiu numa ação de natureza político-repressiva premeditada com antecedência pelos órgãos de inteligência. Seu nome constava na lista de identificados pelo SNI como integrante da comissão de segurança do movimento estudantil em um informe produzido anteriormente (com mais de um mês de antecedência) ao informe que relatava sua prisão. O nome de Finco na lista de integrantes portadores de equipamento fotográfico, da comissão de segurança, juntamente com a notícia de sua prisão corrobora para inferir que sua detenção tratou-se de mais uma ação de neutralização do “inimigo interno” pela DSN. Assim, não é possível afirmar com absoluta certeza a autoria das fotografias, mas é plausível, mediante as fontes citadas, de que tenham tido origem no material apreendido pela polícia com os estudantes. A hipótese de ser de Henrique Finco aparece como uma das mais prováveis, visto que seu nome já era conhecido pela repressão como integrante de comissões de segurança no movimento

²²⁵ Informe nº 026/116/APA/80, APA_ACE_1687_80, fl. 01 e 02. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI - Agência RS.*

²²⁶ Na lista, consta o nome de diversos estudantes, militantes e políticos de partidos políticos, jornalistas e funcionários de repartições públicas que também integravam essas comissões de segurança contra a infiltração de agentes, entre eles: Élvio Leonel Durão Figueiró, Carlos da Cunha Contursi, Heriberto Back, Antônio Cândido Brião Ferreira, Ibsen Valls Pinheiro, Gerson Lopes Schirmer, Henrique Finco, Ricardo de Leone Chaves, Jandira Maria dos Santos Cesar, Francisco Daniel Lourenço da Silva, Tude Munhoz, Luiz Augusto Estrella Faria, Paulo Francisco Estrella Faria e João Alberto de Matos.

estudantil, portando material fotográfico. Entretanto, como Pedro Affonso Pereira (ou Cícero Fernandes)²²⁷ também foi detido por supostamente fotografar sem credenciais, não é descartada a possibilidade das fotografias terem sido suas, ou mesmo de ambos estudantes; ainda assim, a terceira possibilidade, de serem o resultado da ação de agentes dos órgãos de repressão infiltrados na mobilização, fica em aberto.²²⁸



Fonte: *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*, APA_ACE_1770_80_MF_ALT_1, fl. 10.²²⁹

Por fim, o último informe a ser aqui analisado, refere-se ao de nº 81/119, produzido pela Agência de Porto Alegre do SNI e difundido à Agência Central em 28 de novembro de 1980.²³⁰ Diferentemente dos informes anteriores, neste propunha-se uma análise geral dos movimentos de esquerda na área educacional, fossem eles relacionados ao movimento estudantil gaúcho, ou ao movimento docente (salientava-se o número de greves docentes no Rio Grande do Sul). Ao longo de 23 páginas, o documento faz um balanço dos principais acontecimentos daquele ano de 1980, no que tange a manifestações, reuniões, assembleias estudantis, divulgação de pautas de luta e, principalmente, os desfechos e desdobramentos de cada uma delas; uma espécie de retrospectiva política do ano de 1980, cruzando nomes,

²²⁷ Aqui, há uma incongruência entre as fontes. Segundo o jornal *Zero Hora*, Cícero Fernandes foi detido com material fotográfico junto com Henrique Finco; o informe nº 70/119, entretanto, apesar de confirmar a prisão de Cícero afirma que foi Pedro Pereira que portava máquina fotográfica junto com Finco.

²²⁸ Em contato posterior ao fechamento do texto e entrega deste Trabalho de Conclusão de Curso para a banca avaliadora, através de contato por rede social Henrique Finco reconheceu como sendo sua a autoria das fotografias. Detido por um policial à paisana durante manifestação, teve o filme de sua máquina fotográfica apreendido e desde então nunca mais soube dessas fotografias.

²²⁹ Nesta fotografia, Finco cita a identificação do agente infiltrado F.

²³⁰ Informe nº 81/119/APA/80, APA_ACE_1971_80. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS*.

lugares, instituições, partidos políticos, órgãos de representação, correntes políticas e reivindicações da classe estudantil.

O documento inicia comentando sobre o movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e elenca como uma das principais reivindicações as lutas pelos preços das refeições no Restaurante Universitário. A formatura das turmas de Engenharia da UFSM também foi destacada pelos órgãos de inteligência, devido ao caráter “subversivo” dos discursos dos oradores e professores paraninfos. Também sobre a cidade de Santa Maria, é destacada a realização do VI Festival Estudantil de Teatro, organizado pelos secundaristas da UGES e outros grupos estudantis; o evento foi considerado de caráter político pois criticava-se a ditadura por meio da expressão da arte. A UGES também foi foco de vigilância por parte dos órgãos de inteligência, principalmente após a radicalização da oposição à ditadura no início de uma nova gestão; sobre essa entidade, destacava-se, também, a realização do seu XXXIII Congresso, em São Borja.²³¹

O documento refletia a avaliação dos agentes que o produziram de que a paralisação de três dias em julho de 1980, proposta pela UNE, ganhou adesão das bases das principais faculdades e universidades particulares do estado, entre elas Unisinos, PUC/RS e Faculdade Ritter dos Reis, bem como nas universidades de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria e Rio Grande. Reivindicando o congelamento das mensalidades e a volta do índice de 12% do orçamento nacional para a educação, o movimento incorporou, ganhando adesão das universidades federais, como a UFRGS e UFSM, onde teve também apoio de organizações docentes na paralisação.²³²

O envolvimento de outras entidades, organizações e partidos políticos nas manifestações foi destacado como algo que mereceria a atenção dos agentes. A participação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino Americanos, do Comitê Brasileiro pela Anistia, da União Estadual dos Estudantes e da imprensa, lado a lado com os estudantes nas mobilizações de repúdio à visita de Videla a Porto Alegre, demonstra a sintonia dos movimentos sociais em oposição não só à ditadura brasileira, mas aos regimes de exceção sob a DSN na América Latina, demonstração singular de solidariedade democrática internacional. O informe também ressalta a articulação de núcleos de partidos políticos nas universidades,

²³¹ Informe n° 81/119/APA/80, APA_ACE_1971_80, fl. 01 a 06. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS.*

²³² *Ibid.*, fl. 06 a 09.

especialmente do PT e PDT, nas disputas de legitimidade na representação discente entre UEE e DEE e nas eleições do DCE de universidades como UFRGS, PUC e Unisinos.²³³

A luta dos professores também foi registrada nesse informe do SNI; em junho de 1980, as atividades de ensino nas duas maiores universidades federais gaúchas foram paralisadas para a realização de diversas manifestações, promovidas principalmente pela APUSM e ADUFRGS. As lideranças estudantis das universidades apoiaram a decisão de greve docente. Ao longo da paralisação, diversos debates foram organizados com os estudantes sobre as condições de ensino, questão salarial da classe, necessidade de maiores investimentos, melhores condições de trabalho, necessidade de redemocratização da estrutura universitária, entre outras pautas. Posteriormente, em setembro de 1980, houve reciprocidade a uma paralisação nacional de estudantes contou com o apoio e solidariedade das associações docentes.²³⁴

As últimas três páginas do informe têm a forma de um parecer geral sobre todas as movimentações reivindicatórias dos docentes e discentes ao longo de 1980. De modo geral, as atividades dos estudantes desenvolveram-se sobre seus interesses específicos, como boicote às mensalidades e ações de pressão em relação a projetos de lei que tramitavam no Congresso. Segundo o SNI, “a atividade mais expressiva, no entanto, e que alcançou um caráter mais radical, foi o movimento promovido, em conjunto, por todas as tendências do movimento estudantil do RS, em repúdio à visita do Presidente da Argentina a Porto Alegre”.²³⁵

A importância das manifestações daqueles dias de agosto também foi reconhecida pelos próprios estudantes, como se confirma na edição de setembro de 1980 do jornal “Universitário”, da UFRGS. Anexado ao informe nº 086/119, de 18 de setembro do mesmo ano,²³⁶ o jornal apresenta um balanço, sob a perspectiva estudantil, dos desdobramentos da visita de Videla a Porto Alegre. No texto, o primeiro ponto destacado pelos estudantes consistiu na crítica aos discursos sobre a política de abertura do general Figueiredo, achados em contradição com a postura violenta empregada pela Brigada Militar contra os manifestantes. Segundo consta, o diálogo entre as forças policiais e estudantis foi a base de

²³³ Informe nº 81/119/APA/80, APA_ACE_1971_80, fl. 10 a 15. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS.*

²³⁴ *Ibid.*, fl. 16.

²³⁵ *Ibid.*, fl. 21 e 22.

²³⁶ Informe nº 086/119/APA/80, APA_ACE_1728_80. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS.* Também disponível para pesquisa no acervo CEUE do Museu da UFRGS: 22/08: RU, trincheira de lutas contra as ditaduras latino americanas. *Jornal Universitário.* Porto Alegre, set. 1980. In: *Acervo CEUE*, Museu da UFRGS.

“cassetetes e pontapés”, também empregados “para acabar com a greve do ABC, que reivindicava melhores salários”.²³⁷

Após a violenta ação policial sobre a manifestação estudantil, violando a autonomia universitária ao invadir as dependências do Campus, CEU e RU, foi suscitada a organização de uma vigília no RU contra a presença do ditador argentino em Porto Alegre, bem como em repúdio à ação repressiva da Brigada. A convocação para a assembleia geral, organizada no final da tarde de sexta-feira (22), contou com a colaboração de “comissões que percorreram as salas de aula da UFRGS”. Com a paralisação das atividades acadêmicas na Universidade, a vigília contou com a presença de mais de 1500 pessoas, segundo os organizadores. Foi onde debateu-se, entre outros pontos, a violenta ação policial, decidindo-se, então, por fazer a troca simbólica do nome da Praça Argentina para Praça das *Locas de Mayo*, bem como a organização de um novo ato de repúdio a Videla para o dia seguinte.²³⁸

Para o movimento estudantil da UFRGS, a presença dos ditadores brasileiro e argentino em Porto Alegre e a mobilização em seu repúdio simbolizou um momento de coesão, na medida em que “o RU sexta à noite e sábado foi servido pelos próprios estudantes que, rapidamente, providenciaram lanches em número suficiente para que ninguém ficasse sem alimentação. A organização e solidariedade permitiu que isto fosse possível, o que veio fortalecer ainda mais a disposição de se manter a vigília tirada em assembleia”. A vigília no RU, usada para a reorganização das pautas de lutas contra as ditaduras, também simbolizou o anseio pela democracia, liberdade de expressão e espaço cultural, onde “músicos da UFRGS e de outras universidades vieram mostrar seus trabalhos, contribuindo também durante o tempo de vigília”, que contou também com a participação do grupo “Ói Nós Aqui Traveiz”, que improvisou uma peça teatral. A colaboração e solidariedade de diversos grupos e movimentos sociais foram fundamentais para o êxito do movimento, que abriu espaço para que deputados e vereadores trouxessem o seu apoio à luta, “pressionando a polícia para que soltasse imediatamente os estudantes que tinham sido presos. A Associação de Docentes da UFRGS, AMCEU, UEE, UNE e muitas outras entidades democráticas solidarizaram-se e apoiaram o movimento”.²³⁹

Em uma análise da conjuntura política brasileira e internacional, o artigo no jornal Universitário reconheceu a vitória do movimento de repúdio a Videla quando constatou que, apesar do cronograma oficial conter sua visita até a Praça Argentina, para reinaugura-la, o

²³⁷ Informe nº 086/119/APA/80, APA_ACE_1728_80, fl. 06. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS.*

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

ditador “[...] precisou alterar os planos por considerar que a praça era ‘insegura’. Quer dizer, que estava assegurada politicamente pela disposição de luta de mais de mil opositores à articulação das ditaduras no Cone Sul”. O balanço da visita, do ponto de vista dos estudantes, segundo o artigo, foi positivo ao dar uma oportunidade para que “os trabalhadores, a juventude e o povo de todo o Brasil conheçam os verdadeiros projetos de nossos opressores e comecem a buscar os meios para continuar avançado no caminho da luta coordenada e unitária das massas latinoamericanas”.²⁴⁰ A luta, assim, teria que apresentar elementos de unidade, coesão, solidariedade e coordenação, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos.

O movimento estudantil da UFRGS, nesse marco de resistência em Porto Alegre, adquiriu relevância regional, nacional e internacional para a história da luta contra a opressão das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Em uma conjuntura de aparente abertura da política brasileira, o autoritarismo e violência empregados pelos agentes de segurança da ditadura contra os estudantes evidenciam o contraste entre o projeto de “redemocratização” do governo e as ações empregadas pelos órgãos de inteligência e forças policiais na contenção e restrição da liberdade de expressão popular nas ruas. A malha de vigilância estendida sobre os grupos opositores da ditadura permeou diversas organizações e lideranças que pudessem apresentar algum tipo de ameaça à estabilidade da ordem imposta pelo Estado de Segurança Nacional. Neste sentido, a infiltração de agentes do Estado no movimento estudantil era de suma importância para as atividades de inteligência e controle sobre a oposição.

As mobilizações de agosto de 1980, contra a visita de Videla ao Brasil, não representaram apenas um inconformismo juvenil contra a opressão de uma ditadura. Cada acontecimento transbordou a politização do movimento estudantil universitário, mobilizado por suas questões internas inerentes à vida acadêmica na universidade pública, sem deixar de lado a preocupação com a conjuntura política nacional e internacional. A solidariedade democrática demonstrada pelos grupos estudantis, por políticos e grupos de direitos humanos para com os demais povos latino-americanos foi de singular natureza, ao agrupar diversos setores da oposição à ditadura brasileira, na luta por pautas específicas, mas com uma ambição universal: a obtenção de liberdade democrática para a América Latina, há muito reprimida pelos sucessivos golpes de Estado que assolaram a região sob a Doutrina de Segurança Nacional. Porto Alegre, nesse sentido, serviu de marco pontual para uma manifestação concreta de resistência às ditaduras latino-americanas.

²⁴⁰ Informe nº 086/119/APA/80, APA_ACE_1728_80, fl. 06. *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão e a universidade, ao longo de toda ditadura brasileira, estiveram em permanente relação de Estado e oposição. A historiografia sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul é ainda incipiente no que se refere à análise de seu papel na história da repressão e resistência durante o período de ditadura civil-militar (1964-1985). Marcado por um forte desinteresse e desincentivo institucional de investigar este passado, a UFRGS é uma das poucas universidades federais que não instalou algum tipo de Comissão da Verdade para investigar a história de sua participação na colaboração e oposição à ditadura civil-militar, fato que, por si só, corrobora a persistência de camadas de silêncio sobre seu passado recente. A análise das fontes repressivas e da imprensa, deste modo, se tornou essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Considero, também, que a fonte oral é uma rica ferramenta da História do Tempo Presente, contendo muitas particularidades e desafios metodológicos que enriqueceriam em muito a escrita deste trabalho. O uso de testemunhos orais aqui, entretanto, não foi utilizado essencialmente por limitações acadêmicas de espaço de texto e tempo de escrita; contudo, trata-se de fonte essencial que deve ser retomada para avançar na compreensão das mobilizações estudantis e do complexo contexto que envolve a realidade de cada um dos países envolvidos e da região como um todo.

A utilização de documentos produzidos por órgãos repressivos, especificamente do Fundo de Arquivos Digitais do SNI, disponíveis no Memorial Jesuíta da UNISINOS, revelou-se uma potencialidade rica e vasta para a escrita da história da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Apesar de eventuais problemas de acesso e compreensão, por parte do pesquisador, o contato com o acervo documental e a reflexão sobre sua estruturação, difusão e a produção de informes conferiu um caráter dinâmico e educativo para a compreensão do *modus operandi* dos órgãos de informação sob a Doutrina de Segurança Nacional em relação à oposição política. A utilização de agentes infiltrados em diversos meios da política, organizações de direitos humanos e movimento estudantil foi evidenciada como uma tática essencial para a produção de informação, revelando os “inimigos internos” e auxiliando na tomada de ações práticas por parte da repressão sobre a oposição.

A visita do ditador Jorge Rafael Videla ao Brasil, assim, proporcionou o estudo de diversas esferas de luta e denúncia que tangenciaram as mobilizações de repúdio à sua presença em Porto Alegre. Entre elas, destaca-se a postura de resistência assumida pelos estudantes bem como as ações repressivas sofridas, reprisando outras ondas de confronto ocorridas nos espaços universitários desde 1964. Em 1980, no contexto do encontro Videla-

Figueiredo no Brasil, o papel de liderança no repúdio contra as duas ditaduras também correspondeu ao movimento estudantil. Outro ponto levantado se refere à posição geográfica ocupada pelo Rio Grande do Sul, como rota de circulação de estrangeiros dos países vizinhos sob regimes ditatoriais, principalmente entre Argentina, Uruguai e Chile. Em decorrência dessa situação se enrijeceram os padrões de controle da conexão repressiva entre as ditaduras existentes.

Obviamente, a presença de um chefe de Estado como Videla, internacionalmente execrado por amplos setores da opinião pública devido à imensa conta de mortos e desaparecidos políticos do seu governo, representava uma ameaça de retrocesso da lenta redemocratização da política brasileira. A solidariedade democrática dos estudantes em Porto Alegre para com os demais países do Cone Sul, que também achavam-se sob Ditaduras de Segurança Nacional, ampliou o caráter das manifestações, que não apenas visavam repudiar o chefe de sua própria ditadura, mas conscientizaram-se da luta de países vizinhos. Nesse sentido, a homenagem à luta das *Madres* da Praça de Maio, no ato de renomeação simbólica da Praça Argentina, significou um grande momento de apoio fraterno com os setores da população argentina perseguida pela ditadura vigente no seu país e de universalização de lutas e demandas que extrapolavam filtros locais ou nacionais.

As mobilizações de repúdio a Videla e Figueiredo em Porto Alegre, por fim, representaram a confluência ideológica de diversos movimentos sociais, partidos políticos e organizações de direitos humanos que, em sintonia, lutaram contra a opressão das Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina. Assim sendo, agosto de 1980 representou um marco para a história do movimento estudantil gaúcho e brasileiro, que apesar de ser ainda alvo da vigilância e repressão dos órgãos repressivos da ditadura mesmo nos anos finais do regime, ampliou suas reivindicações para além das paredes do Campus universitário ou de seus interesses internos.

Em síntese, no calendário de Porto Alegre, agosto de 1980 foi marcado pelo movimento de solidariedade democrática internacional que teve no seu epicentro os estudantes da UFRGS, num episódio de confronto vitorioso contra o aparato de segurança truculento e ostensivo. Os estudantes e suas redes de apoio impediram a chegada de Videla e Figueiredo à Praça Argentina, frustraram a colocação da placa comemorativa ao fato, denunciaram a violência estatal existente na Argentina e no Brasil e homenagearam às *Madres* da Praça de Maio.

Eles gritaram: “Fora Videla! Fora Figueiredo!”. E, com muito mais força, bradaram: “Um, dois, três, quatro, cinco mil! Abaixo a ditadura na Argentina e no Brasil!”.

ANEXOS

Porto Alegre:

Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-30.03399584,-51.2177108,16.68058725a,7568.11662167d,35y,-0.43297741h,6.18023004t,0r>>.



Videla em Brasília:



“Brasília, 19 (EBN) – Presidentes Videla e Figueiredo cumprimentam-se na Base Aérea de Brasília, tendo ao lado as duas Primeiras Damas”. Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11062.



“Brasília, 19 (EBN) – Encontro dos dois presidentes com os chanceleres de Brasil e Argentina, no Palácio do Planalto”. Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11063.



“Brasília, 20 (EBN) – Presidentes Videla e Figueiredo sentados à mesa com os chanceleres dos dois países na assinatura dos acordos”. Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11064.



“Brasília, 20 (EBN) – Presidente Videla na inauguração do monumento oferecido pela Argentina a Brasília, na presença do Governador Aimé Lamaison”. Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.15047.

Videla no Rio de Janeiro:



“Chegada da comitiva de Videla no Aeroporto Internacional do Galeão, Rio de Janeiro – RJ”. Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, PPU.8614.

Manifestação de repúdio a Videla em São Paulo:



Fonte: Material *Brasil Nunca Mais* do Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp. Disponível em: <<http://revistamarie Claire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>>. Acesso em: dez. 2017.

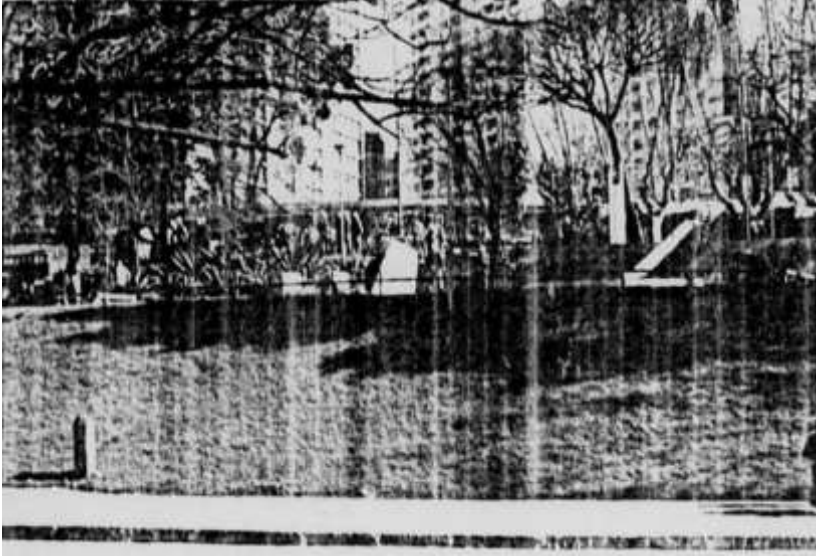
Videla em Porto Alegre:

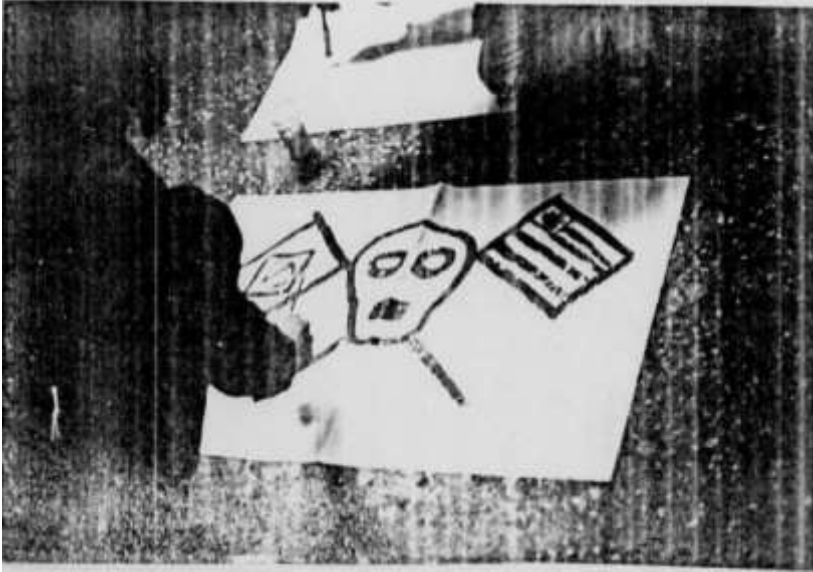


No centro da imagem, os ditadores Videla e Figueiredo e o governador Amaral de Souza no Palácio Piratini.

Fonte: *Arquivo Nacional*, BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.15051

Fotografias nos arquivos do SNI:











Fonte: *Fundo de Arquivos Digitais do SNI – Agência RS. APA_ACE_1770_80_MF_ALT_1*, fl. 8 a 13.



Fonte: BD ZH/Arivaldo Chaves. In: BORTOT; GUIMARAENS, op. cit. p. 240-241.



Fonte: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/06/protesto-estudantil-em-1980-impediu-presenca-de-ditador-argentino-em-solenidade-4164270.html>>. Acesso em: dez. 2017.

ACERVOS PESQUISADOS

Acervo CEUE – Museu da UFRGS

Acervo Jornal do Brasil, disponível em:

<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2&hl=pt-BR>

Acervo da Revista Veja, disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/>

Correio do Povo

Fundo de Documentos Digitais do SNI – Agência RS – Memorial Jesuíta (Unisinos)

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Arquivo Nacional, em:

FONTES APRESENTADAS:

Fundo de Documentos Digitais do SNI – Agência RS:

APA_ACE_1643_80

APA_ACE_1687_80

APA_ACE_1728_80

APA_ACE_1770_80

APA_ACE_1770_80_MF_ALT_01

APA_ACE_1770_80_MF_ALT_1

APA_ACE_1788_80

APA_ACE_1971_80

ARS_ACE_625_79

Arquivo Nacional:

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11062

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11063

BR RJANRIO EH.0.FOT, PRP.11064

BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.15047

BR RJANRIO EH.0.FOT, EVE.15051

BR RJANRIO EH.0.FOT, PPU.8614

Imprensa:

Correio do Povo

Folha da Tarde

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Veja

Zero Hora

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BARCELLA, Grazielle Araujo. *Terrorismo de Estado: análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso Dutra*. 2014. 74 f. Monografia (Bacharel em Arquivologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Revista AEDOS*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 6-24, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/40837/26770>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 175.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão: movimento estudantil e as liberdades democráticas**. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 3 – Mortos e Desaparecidos, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-219. (Memorias de la Represión) .

CERUTTI, Marcos Fontana. *Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2ª ed. rev, ampl, atual. 2009.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor**: o sequestro dos uruguaios. São Paulo: L&PM Editores, 2008.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. 2011. 617 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. O ditador Videla em Porto Alegre: um episódio de resistência e solidariedade democrática em tempos de ditaduras. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 56, p. 26-48, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/download/307/209>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

TREZZI, Humberto; ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; MARIANO, Nilson. **Os infiltrados**: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: Age Editora, 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Edição digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

_____. Nasce o SNI. In: _____. **A ditadura envergonhada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 155-175.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina**: 1960-1990. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. (Coleção Síntese Universitária).

HOBBSAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contenets/77/20080626_o_presente_como_historia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Revista Dimensões*, Vitória, v. 32, 2014, p. 2-28. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8316/0>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLII, n. I, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/583db925102a40.36300138/AMPM.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KUSHNIR, Beatriz. Nas teias da lei: limites e interditos no acesso à informação. In: _____. (org.). **Maços da gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: EdUFF, 2009, p. 1-22. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Nas_teias_da_lei.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros*, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016. Seção Artigos. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Alcar, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. História e imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: *XIV Encontro Regional de História*, Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/147.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

LOPES, Janaina Vedoin; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e leis de acesso à informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. *Revista AEDOS*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 6-23, ago./dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42160>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo; Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle – Université de Paris 1 – Pantheon Sorbonne, Paris.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: <www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/708/599>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Homenaje a Videla en Porto Alegre: La Plaza Argentina como marco territorial de la memoria y del olvido. Argentina: *VIII Seminario de Políticas de la Memoria*, out. 2015.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6356>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. et. al. (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

_____. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos; RUBERT, Silvania (orgs.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

_____; MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de segurança nacional. In: _____. et. al. (orgs) **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**. Memória e história. v. 3. Porto Alegre: Corag, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. *Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil*. 2016. 261 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade Nacional de Direito – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.